

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E OITO DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E DEZASSETE:**=====

===== Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezassete, pelas dezassete horas no **Auditório da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis**, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob Presidência da Senhora Dra. **Helena Maria Dinis dos Santos**, Secretariada pelo Senhor Dr. **Manuel José Tavares Soares** – Primeiro Secretário e pela Senhora Dra. **Maria Isabel Santos Barbosa** – Segunda Secretária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: =====

===== **Ponto um:** Aprovação da ata número dois da Assembleia Municipal;=====

===== **Ponto dois:** Regimento da Assembleia Municipal – Revisão de acordo com as alterações propostas em sessão de 23-11-2017- Aprovação; =====

===== **Ponto três:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município; =====

===== **Ponto quatro:** Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 30.09.2017- Apreciação; =====

===== **Ponto cinco:** 5.1. Documentos previsionais – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o ano 2018 - Aprovação; 5.2 Aprovação/Autorização das normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do ponto VII – aprovação dos subpontos 1.a) e b); e 2. (GDWF-I/79814/2017); =====

===== **Ponto seis:** Autorização de contratação de empréstimo de curto prazo para o ano económico 2018 (GDWF- I/74892/2017); =====

===== **Ponto sete:** Proposta de aprovação/adjudicação de empréstimo de operação de substituição da dívida do PAEL - Programa II (GDWF-I/79073/2017); =====

===== **Ponto oito:** Fixação da Taxa de Derrama para o ano 2018 (GDWF-I/70275/2017); =====

===== **Ponto nove:** *Definição de percentagem no IRS, sobre os rendimentos de 2018 (GDWF- I/70285/2017);* =====

===== **Ponto dez:** *Fixação das Taxas sobre os Prédios Urbanos, no âmbito do Imposto Municipal de Imóveis – IMI para 2018 - Aprovação (GDWF- I/70295/2017);* =====

===== **Ponto onze:** *Fixação da Taxa Municipal de direitos de passagem, para o ano 2018 (GDWF- I/70307/2017);* =====

===== **Ponto doze:** *Atribuição de apoio financeiro para o Passeio dos Idosos realizado em 2017, à Freguesia de Macieira de Sarnes (GDWF- I/74799/2017);* =====

===== **Ponto treze:** *Atribuição de apoio financeiro para o Passeio dos Idosos realizado em 2017, às Freguesias de Cesar, Cucujães, S. Martinho da Gândara, Fajões, Uniões de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo; Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madaíl; e Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz (GDWF- I/71377/2017);* =====

===== **Ponto catorze:** *Cofinanciamento do plano de desenvolvimento do Projeto “No Poupar é que está o ganho” (GDWF -I/71283/2017);* =====

===== **Ponto quinze:** *Minuta de Adenda ao Protocolo de colaboração com a Comossela-Aprovação (GDWF-I/77556/2017);* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Constituição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta (GDWF-I/78185/2017);* =====

===== **Ponto dezassete:** *Pedido de: 1. Reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade económica-industrial pela empresa MTC - Mold Tuning Company, Lda 2. Reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade económica-Industrial (ampliação) formulados pela empresa MTC - Mold Tuning Company, Lda. (GDWF- I/79299/2017e I/79334/2017, respetivamente);* =====

===== **Ponto dezoito:** *Pedido de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade económica-industrial, formulado pela empresa J&F Krûth Portugal, Lda. (GDWF-I 79339/2017);* =====

===== **Ponto dezanove:** *Pedido de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade económica-Industrial, formulado pela empresa Ancal Plásticos SA (GDWF-I 79348/2017);* =====

===== **Ponto vinte:** *Pedido de reconhecimento do interesse público municipal no investimento realizado no concelho de Oliveira de Azeméis, bem como as isenções previstas na alínea b), do n.º1, do art.º 23-A do novo Código Fiscal do Investimento aprovado pelo DL n.º 162/2014, de 31 de outubro e posteriores alterações pela empresa PERFECTFORM, LDA. (GDWF-I/79363/2017);* =====

===== **Ponto vinte e um:** *Concessão de isenção de taxas pela utilização da Piscina Municipal de Oliveira de Azeméis – Aprovação (GDWF- I/72498/2017);* =====

===== **Ponto vinte e dois:** *Concurso Público 108/17: Prestação de serviços de Gestão Florestal (pelo período de 30 meses) – Repartição de Encargos (GDWF-I/79350/2017);* =====

===== **Ponto vinte e três:** *Mapa de Pessoal para o ano 2018 – Aprovação (GDWF-I/79201/2017);* =====

===== **Ponto vinte e quatro:** *Plano de alinhamentos e recuos a salvaguardar na Rua Prof. Dr. Joaquim Silva e Av. Pinto Bessa- Cucujães – Aprovação da alteração (GDWF-I/79132/2017).* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Bruno Armando Aragão Henriques, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, Bruno Miguel da Silva Costa, José Manuel Marques Ribeiro, Raquel Marília Tavares Faria, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Pedro Luís Paiva Dias, Márcia Oliveira Gomes, João Pedro Santos Costa, Carla Sofia da Silva Brandão, Nuno Miguel Soares de Jesus, Rosa Maria de Castro Rodrigues, Simão da Costa Godinho, Bernardo Amaro Moreira Simões, António Marques Silva, Óscar José Santos Teixeira e Manuel Alberto Marques Dias Pereira.* =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *Ilídio Barbosa Lopes, Albino Valente Martins, Helga Alexandra Freire Correia, António Luís da Fonseca e Grifo, António Filipe Costa Valente Almeida Ferreira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, José Filipe da Silva Carvalho, João Pedro Queirós Xará, António Ilídio Martins Godinho, Bruno Moreira Rodrigues, José da Silva Queirós, José Rodrigues Santos, Florbela Neves da Silva e Manuel Rebelo da Costa.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** Jorge Paulo de Melo Pereira, Maria Helena da Silva Moreira e Susana Mortágua Gomes. =====

===== **Independente:** Augusto Moreira da Silva. =====

===== **Ausência dos Membros:** Carlos Manuel Costa Gomes (PSD). =====

===== A Senhora Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade do seguinte Membro: Ilídio Barbosa Lopes que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido Carlos Manuel Costa Gomes, em virtude do mesmo ter solicitado a sua substituição. =====

===== A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão declarando: =====

===== Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, público presente: muito boa tarde a todos. Vamos dar início à primeira Assembleia Ordinária deste mandato, e tal como tínhamos previsto e está na Ordem de Trabalhos - vamos iniciar pelo tempo do público que terá uma duração de cerca de quinze minutos. Eu agradecia que me fizessem chegar a folha de inscrição, pois sei que já se inscreveram algumas pessoas. E se entretanto, alguém do público quiser fazer uma intervenção mesmo que não tenha feito a inscrição na folha que se encontra à entrada agradecia que me dissessem. Vamos ter dois períodos – um no início e outro no final, como sabem. =====

==== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** =

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Florimundo Carvalho, Joaquim Olímpio dos Santos e Leonel Martins. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Florimundo Carvalho. =====

===== Em conversa com um vosso vereador, fiz uma série de sugestões para o nosso concelho. Ele pediu-me para as passar para o papel e enviar-vos. Aqui vão: -Acabar o passeio para peões na Rua Abreu e Sousa frente ao antigo Centro Vidreiro. O espaço existente para a circulação dos mesmos é pequeno e perigosíssimo. São só cerca de 90 metros e todos nós agradecíamos. -Rua do Centro Vidreiro a fossa existente junto aos ecopontos precisa de ser

reparada, o suporte da tampa está estragado e a deixar sair cheiros nada adequados à saúde de quem lá vai pôr o lixo, transeuntes, etc. A mesma fossa durante o ano extravasa muitas vezes com as consequências que todos nós sabemos. Bastava ligar a mesma à fossa existente na rua Vasco Ortigão e o problema seria resolvido (cerca de 120 metros). -Parque de La-Salette. Remoção de todas as mimosas e plantas trepadeiras na parte nascente, plantio de árvores de várias espécies para segurar a encosta e dar embelezamento. -Cimentar toda a área que pertencia ao antigo parque de campismo criando uma zona para eventos desviando-a do centro da cidade por causa do trânsito. Por debaixo da mesma, junto à estrada, desaterrar parte daquele espaço ficando um local para arrumações, os seniores jogarem à malha, às cartas e outras situações. É conveniente arranjar um espaço para os jogadores das cartas, não circula o ar onde o fazem, é pequeno, é doentio e perigoso para os idosos, que urinam em redor do mesmo. Ajudava a desviar o trânsito do parque que seria muito benéfico. -Plantio de árvores variadas no núcleo central do parque, podar as que lá estão para não morrerem, picar o terreno para ele absorver água. Além de ser inclinado está tão seco que nem já absorve água. Se possível instalação de rega gota a gota. -Limpar o lago e colocar a água em recirculação para oxigenação da mesma. -Instalar WC e fonte de abastecimento de água junto ao parque das merendas. Reparar o WC e o espaço junto à casa das heras, e a mesma. -A estalagem poderia ser transformada para um espaço de eventos, os ruídos não afetariam muito os vizinhos, ou num lar para idosos com posses que ajudariam a financiar o parque. -Um passeio para peões desde o corte para S. João da Madeira, como já começou a ser feito, até à antiga fábrica dos Lacticínios. -Alargamento da estrada junto ao Zé da Curva. -Arranjar um parque para os trabalhadores dos Moldes, para desbloquearem a rua junto ao Pingo Doce e não só. -Fazerem um passeio e ciclovía fazendo uma junção dos rios Caima, UI e Ínsua em redor da nossa cidade para turismo e habitantes (como fizeram os passadiços do Paiva), cobrando um euro a cada pessoa ficaria pago em poucos anos. Criar nesses passeios espaço para merendas, descanso etc. Claro, despoluir os rios. Instituir poluidor-pagador. Dotar o concelho de fiáveis estações de tratamento de águas. Dotar a Câmara com um kit para análise das águas para ver qual o prevaricador e fazê-lo pagar. Julgo que poderiam ser financiados pela Direção Geral do Turismo. Ao criar este circuito iria beneficiar a restauração e o comércio local, pois haveria pessoas a dormir em Oliveira. Veja-se o que os passadiços do Paiva fizeram por Arouca. Mais, o turismo asiático, veja-se o Porto, Paiva etc..., é muito sensível a rios, arquitetura, tradições e hoje em dia a maioria do turismo vem da Ásia. -Ter alguém responsável pela vossa comunicação atento a críticas nas redes sociais e resolução dos problemas rapidamente porque só assim se ganham eleições. Aprendam com os erros dos outros e não os repitam. -Recuperação de prédios devolutos para não descaracterizar mais a nossa cidade. -Criar espaços verdes, plantar árvores dentro da cidade, vejam as cidades no estrangeiro. Sei que não há dinheiro mas, a criatividade, ajudas do poder central, determinadas instituições, etc. fazem milagres. Obrigado pela atenção dispensada. Um abraço respeitoso. ““ Oliveira teus encantos” Oliveira minha terra adotiva Por outra não trocava muita lágrima furtiva Vendo dos políticos a

miopia. Quantos cidadãos deste país De sua terra podem tanto orgulhar Suas casas todas têm uma raiz Que aqui viemos a plantar... Temos uma criatividade excelentes Moldes, móveis, produtos lácteos Plásticos, painéis, calçado... tudo presente... Notórios seus efeitos práticos. A indústria a terra impulsionava A política parada no tempo A reestruturação que a cidade precisava Era adiada, como o lamento. Só a La-Salette é apelativa A cidade não nos faz sonhar A beleza dos rios cativa Devemos de a saber aproveitar... Despoluí-los, construir à volta passadiços Mostrar ao mundo sua beleza harmónica Daria ao comércio local benefícios E ao desenvolvimento outra tónica. Que a nova gestão camarária renove estruturas, tenha ousadia nos problemas não seja sectária, os cidadãos sintam felicidade, alegria. Percorram os arredores da cidade Vejam a sua beleza natural Se os políticos tiverem criatividade Seremos do mais belo de Portugal.”” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para dar resposta à intervenção anterior. =====

===== Muito boa tarde a todos. Espero que tenham passado um bom natal na companhia das vossas famílias. Cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e a Mesa que a acompanha, senhores Vereadores que me acompanham, também, membros da assembleia, público aqui presente, comunicação social. Em primeiro lugar agradecer este poema que nos trouxe – “ Oliveira teus encantos” e dizer-lhe duas ou três notas em relação às sugestões que nos apresentou. Uma delas tem a ver com a questão dos passadiços: Dizer-lhe que as obras devem ser feitas, são importantes para potenciar o território, mas é evidente que as obras são feitas pelas autarquias quando temos capacidade de recorrer a fundos comunitários. Os passadiços que referiu, os Passadiços do Paiva, foi uma obra candidata a fundos comunitários. Portanto teve essa participação e sem dúvida que colocou Arouca no mapa do turismo e no mapa europeu. É evidente que nós podemos ter a mesma pretensão em relação ao Caima. Mas a questão do Caima prende-se com uma outra questão que também colocou e que tem a ver com a própria despoluição do rio. Nós termos um local aprazível com belas paisagens, mas com águas residuais a serem depositadas no rio sem tratamento e descargas ilegais, não faz sentido. Será por ventura um mau investimento. Aquilo que é nossa preocupação tem a ver com as ETAR. Não com as ETA – porque essas já as temos há muito tempo, mas com as ETAR’s. Também, as temos há muitas décadas, as que temos no concelho tratam as águas residuais do concelho de Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, Vale de Cambra e também São João da Madeira – têm algumas décadas. Vão ser alvo de intervenção profunda e substancial de muitos milhões de euros, no sentido de as requalificar e tornar mais eficazes. Mas, não nos esqueçamos que essas ETAR’s não resolvem o nosso problema. O nosso problema é por um lado de rede (recolha) e por outro lado a dimensão de rede. Nós temos problemas ao nível de taxa de cobertura e só se resolve fazendo investimentos para que ela seja uma rede muito mais eficaz. E depois, então equipamentos que permitam, tratar das águas residuais, os tais esgotos que nós recolhemos. É um trabalho muito complexo e que exige um investimento muito forte que está na agenda das

nossas preocupações. Em relação ao parque de La-Salette, como disse e muito bem, ele é o ex-libris da nossa cidade, tem um conjunto de problemas ainda por resolver que tem a ver com a Estalagem S. Miguel, com a Casa das Heras entre outros. Mas, obviamente, que nós temos que ter algum cuidado com as intervenções que lá fazemos. O senhor é um especialista no parque, um dos oliveirenses que mais conhece o parque de La-Salette, não só as suas potencialidades, mas também, as suas fragilidades. É evidente que essas intervenções que nós fazemos têm que ter preocupações como essa que referiu. Não só de permitir que essa matéria natural seja o próprio adubo das plantas e terra que lá temos, mas também, termos cuidado com os materiais que utilizamos de maneira a que os solos sejam permeáveis e não como hoje acontece. Temos uma visita prevista dos serviços técnicos da vereadora responsável – Dra. Inês Lamego, ao parque no início do ano precisamente para olhar para um conjunto de preocupações que temos em relação ao parque e começarmos a construir um conjunto de respostas, e que permitam que nós intervenhamos no parque de maneira preventiva e não de maneira reativa. Ou seja, nós não queremos intervir no parque depois do senhor Florimundo ou outras pessoas preocupadas com aquele parque nos fazerem chegar estas sugestões e indicações. Nós queremos intervir porque temos um objetivo, um propósito para o parque. Queremos que ele dê um conjunto de respostas que hoje não dá. Portanto, a nossa preocupação vai ser no sentido de conjuntamente com técnicos, porque reconhecamos o seguinte, para perceberem a nossa realidade: se eu não estiver muito enganado, os números não andarão longe disto – temos no município de Oliveira de Azeméis, seis jardineiros, dois deles estão em situação de pré-reforma. Se quiserem perceber a nossa realidade quando comparada, por exemplo, com S. J. da Madeira eles têm, suponho eu, 23 ou 28 jardineiros. Vocês por aqui percebem a diferença de um território de 7 km² e um território de 163km². Percebemos, por aqui, que há um longo caminho a percorrer... E por isso é que sugerimos em termos de contratação, este ano, sendo as únicas que vamos fazer – a contratação de seis pessoas. Onde três são jardineiros e assim poderemos atender às preocupações do parque de La-Salette e de outras realidades, como as margens do Caima, o parque Molinológico os quais temos obrigação de preservar. Portanto, eu, rapidamente olhei para um conjunto de sugestões, algumas delas já estão na agenda das nossas preocupações. Outras delas vamos dar a devida atenção. E dentro das nossas possibilidades dar-lhe a resposta possível – do seu agrado e sobretudo, do agrado de toda a comunidade. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Joaquim Olímpio dos Santos. =====

===== Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia e membros da Mesa; Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores/as Vereadores/as, deputada da Assembleia Municipal; Minhas Senhoras e meus Senhores: A minha intervenção aqui e agora tem um objetivo bem definido. Pretendo fazer a entrega nesta Assembleia deliberativa, na pessoa da sua presidente, de uma proposta para a atribuição do nome de uma cidadã oliveirense a um

arruamento da freguesia de Oliveira de Azeméis. “Considerando: que a toponímia assume uma dupla importância, pois para além do seu significado como elemento de identificação, orientação, comunicação e localização dos imóveis rústicos e urbanos, é também uma área onde o poder local pode e deve intervir, tendo em conta aspetos de ordem cultural e histórica; que a toponímia, para além de todos os seus objetivos de organização do espaço, pode e deve ser utilizado para conservar a memória das pessoas, acontecimentos e valores, tendo também uma função pedagógica; que a atribuição de nome de pessoas na toponímia deve obedecer a critérios de rigor, coerência e isenção, pois é a única maneira de respeitar a memória das populações, proponho que a Assembleia Municipal diligencie esforços no sentido de submeter à aprovação, neste órgão deliberativo, do nome de Maria Julieta Guimarães Gandra, Dra. para constar na toponímia da freguesia de Oliveira de Azeméis. Síntese biográfica. Maria Julieta Guimarães Gandra nasceu na Rua Bento Carqueja pelas 03h e 30 minutos do dia 16 de Setembro de 1917, conforme consta no seu Assento de Nascimento. Filha de Mário Pereira Gandra e Aurora Rocha Guimarães Gandra (ambos naturais da freguesia de Oliveira de Azeméis). "Prisioneira de Consciência" em deliberação da Amnistia Internacional em 1964. Concessão de uma pensão "tendo em consideração o mérito excepcional da contribuição dada à defesa da liberdade e da democracia". Diário da República - 21 Série, n.º 29 de 04/02/1997. Despacho conjunto A-1/97 - XIII de 4/02/1997. Atribuição da Ordem da Liberdade no segundo mandato do Presidente da República, Jorge Sampaio, que a mesma rejeitou.” Em anexo um conjunto de publicações biográficas numeradas de 1 a 37 que ajudam a perceber a imensidão da sua estatura profissional e cívica. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para dar resposta à intervenção anterior. =====

===== Essa proposta vai ser entregue à Comissão de toponímia para ser analisada. A síntese que fez, o perfil que traçou desta cidadã julgo que reúne todas as condições para fazer parte da toponímia da nossa cidade. Mas, realmente será à comissão de toponímia que caberá fazer essa apreciação. Muito obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Leonel Martins. =====

===== Boa tarde a todos os presentes. É a primeira vez que eu venho à Assembleia Municipal nesta nova legislatura. Quero desejar as maiores felicidades a todos os membros desta Assembleia. Por outro lado quero também felicitar a alteração ao regimento que por um lado permite aos munícipes falarem no início da Assembleia e por outro lado e sempre que possível obter uma resposta por parte da pessoa a quem são dirigidas as questões. Posto isto, vou fazer um ponto de situação: a minha intervenção deve-se a um assunto que vem do anterior

mandato e que tem a ver com uma construção junto à minha casa na Rua 25 de abril. Na altura eu levantei a questão de não estar a ser respeitado o PDM relativamente à cêrcea. Depois de várias intervenções e chamadas de atenção, no dia 17 de julho e através de um despacho do então vereador das obras particulares – Dr. Ricardo Tavares e passo a citar: “...determina-se a suspensão dos trabalhos até que tal projeto mereça parecer favorável.” No dia 5 de setembro, o Senhor Ricardo Tavares fez um despacho que determina a decisão do embargo da obra e o argumento, utilizado foi incumprimento à suspensão da obra. Portanto, foi comprovado que a obra não estaria a cumprir o PDM, por tal facto foi sugerida a suspensão dos trabalhos e como eles continuaram com a construção no dia 5 de setembro há um despacho em que faz o embargo da obra. No dia 6 de setembro o proprietário da obra entregou um novo projeto de arquitetura. Esse novo projeto de arquitetura que corresponde à casa como está hoje que tem 1,35m acima do permitido. E passo a citar novamente: “...projeto esse que carece da devida análise técnica e posterior decisão.” No dia em que esse parecer técnico ficou pronto e que relativamente à cêrcea diz isto, e isto implica dizer que, a fachada para a Rua 25 de abril deverá ser definida pelo parceiro desse arruamento – que é a casa onde eu vivo. E no caso da fachada com frente para a Travessa Celeste Ramalho depreende-se que será inferior à do número 119 da Rua 25 de abril.” E no parecer técnico conclui: “... na opinião do técnico o requerente deve respeitar pelo menos o projeto inicialmente aprovado para que possa cumprir as disposições do PDM.” O parecer técnico vem confirmar aquilo que eu disse anteriormente na Assembleia, que realmente a casa não estava a cumprir o PDM relativamente à cêrcea. Tem aqui um pormenor que diz assim: “...deve respeitar pelo menos o inicialmente aprovado.” O que é esta questão do pelo menos? Então o responsável por este parecer técnico faz uma análise desde o início deste processo camarário. Numa altura em que apareceu este processo eu apresentei na Câmara, fiz uma exposição em que solicitava que a casa que lá estava anteriormente não fosse demolida, mas sim restaurada. E o senhor (técnico) chega à conclusão e passo a citar: “...fase ao acima exposto, na opinião do técnico autor da presente informação, o licenciamento original resulta de pressupostos erróneos.” Portanto, desde o início que temos aqui um processo que está viciado. “...resulta de pressupostos erróneos. Não foi tido em conta o art.º103 do Decreto-Lei n.º 80/2015.” No dia 24 de novembro, tive uma reunião com a atual senhora vereadora das obras particulares. A senhora doutora disse-me que a obra continuava embargada, porque tinha sido indeferido o novo projeto. No entanto, disse-me que não concordava com as regras do PDM relativamente à cêrcea e que ia propor uma alteração das regras. E que sendo aprovada essa alteração, que eu não sei qual é, automaticamente o projeto seria deferido. E que inclusivamente, eu que me tinha queixado por ter cumprido o PDM relativamente à cêrcea e que tinha uma sala com um pé direito baixo, agora já podia levantar a minha casa. Tipo lego, mais umas pecinhas e sobe. Para finalizar a reunião disse-me que embora a obra continuasse embargada, ela autorizava a continuação das obras. E justificou que iria permitir a colocação de telas (telas essas que já tinham sido colocadas em setembro), colocação de rufos e caixilharia. Como um despacho deve ser entendido com carácter de lei, eu pus a questão por

escrito ao senhor presidente e à senhora vereadora para me dizer qual é o fundamento jurídico – para por um lado proibir e por outro lado permitir. Até este momento não recebi qualquer resposta. Depois, no dia 25, fiz também um pedido por escrito ao senhor presidente que me dissesse se o período para apresentação de propostas para alteração do PDM ainda estava em vigor, porque ele tinha sido iniciado em fevereiro de 2018 pelo período de 18 meses e terá terminado em julho ou agosto. Portanto, eu perguntei se já tinha expirado ou tinha sido prorrogado o prazo. Também, não recebi qualquer tipo de resposta. No dia 19 de dezembro, eu não sei se isto é um despacho ou um ofício, que está assinado pela senhora Teresa Melo – chefe da equipa multidisciplinar, que assina por delegação do senhor presidente e que confirma a permissão da continuação das obras. Como as obras estão embargadas eu no dia 22 e 27 de dezembro fiz uma denúncia na Câmara e solicitei a fiscalização das obras, porque independentemente da autorização que foi dada, eles estavam a fazer mais do que o que foi permitido. Para finalizar, o que eu solicitava era que me fosse dada uma resposta. Em primeiro lugar qual o fundamento jurídico para embargar uma obra e em simultâneo permitir que a continuem? Em segundo lugar se o período de apresentação de propostas para alteração do PDM terminou ou não em julho/ agosto ou se foi prorrogado? Finalizava só com duas sugestões: a primeira sugestão - a passadeira à entrada da Rua 25 de abril. A passadeira que lá se encontra está deslocalizada, a maioria das pessoas que lá passam de carro têm a preocupação de olhar só para um dos lados, e quando dão conta já estão em cima da passadeira com os peões a atravessar. Outro problema, já vem de trás e tem a ver com o que se passa à entrada da Escola Soares Basto. A água não tem inclinação/ escoamento, ela fica estagnada. Quando chove, no passeio formam-se poças e não permite aos peões terem passagem e aos alunos acesso à escola. No ano passado fizeram uma pequena alteração – uns rasgos, que no meu entender foram feitos para o lado oposto. Portanto, os rasgos têm que ser feitos para o lado da biblioteca, porque tem inclinação e a água saía por esse lado. Obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para dar resposta à intervenção anterior. =====

===== Dar só uma nota: a alteração do regimento permite intervenções no início e no fim tem essa particularidade. Em relação a este problema: é um problema herdado, um problema complexo e que se tem arrastado. Já são recorrentes as intervenções do senhor Leonel em relação a esta matéria. A única garantia que eu lhe posso dar em relação a este processo é o seguinte: a informação logo que nos chega é imediatamente encaminhada. Ou seja não fica a fazer monte, não fica parada. Outra coisa que lhe posso garantir é que este município em concreto, como qualquer outro, faz sempre as coisas no estrito cumprimento da lei. Sobre isso que não reste nenhuma dúvida. Tudo, aquilo que foi feito, todas estas questões que me colocou - vão ser respondidas, obviamente, por quem tem capacidade técnica para responder. Não serei eu certamente, mas o que lhe posso dizer é que a senhora vereadora já emitiu um despacho, esse

despacho é um despacho que fundamenta o seu pensamento em relação a todo este processo. Despacho que lhe vai ser entregue e aí perceberá qual é a nossa posição em relação a esta matéria e aquilo que tem que ser feito pelo município em questão para que resolvam o seu problema num quadro, de como lhe disse, de legalidade. É apenas isso que tenho que lhe dizer, é evidente que nós estamos a falar de um caso que não é único. É um caso entre muitos outros, estamos a falar deste em particular, mas como todos os outros é um caso que terá de ser resolvido cumprindo a lei. =====

===== Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Muito obrigada pela sua intervenção e pelas sugestões que deixou, senhor Leonel Martins. Espero então, que os esclarecimentos que pediu lhe sejam dados no prazo de 30 dias e que seja dado conhecimento a esta Assembleia. Não temos mais ninguém inscrito neste período. No entanto, lembro que no final da sessão haverá outro período para o público. Passava agora a dar algumas informações gerais: quero informar a Assembleia que o vereador Ricardo Tavares justificou a sua ausência nesta sessão e que se fez substituir pela vereadora Helena Lestre. Também o deputado Carlos Costa Gomes apresentou o seu pedido de substituição para esta assembleia, estando a ser substituído pelo deputado Ilídio Lopes. Dar uma breve informação, também, que da sessão de 21/ 11 já perto de terminar, foi entregue à Mesa pelo Partido Socialista a lista dos membros da assembleia e presidentes de junta para a constituição do grupo municipal. Não havendo mais nenhuma informação para vos dar, passava já para o Período de Antes da Ordem do Dia. =====

*===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 19º DO REGIMENTO)** =====*

===== A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”, concedendo o uso da palavra ao deputado Bruno Costa do PS. =====

===== Excelentíssima Presidente da Assembleia Municipal Dra. Helena Santos, Excelentíssimos secretários, em vosso nome cumprimento todos os presentes neste auditório. Nesta minha primeira intervenção numa Assembleia Municipal, gostaria de desejar a todos um excelente mandato e os melhores contributos, para que o concelho possa vir a ter um maior desenvolvimento económico e social. Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados municipais, face às notícias que ultimamente têm vindo a público, sobre os apoios do município à Cerciaz, a Bancada do Partido Socialista pretende que esta Assembleia seja cabalmente esclarecida sobre o assunto, pois as polémicas de nada servem se não puderem conduzir a melhores soluções e, muito menos, se não houver boa-fé e clareza de todas as partes envolvidas no debate. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Joaquim Jorge, a Cerciaz é uma instituição que, há cerca de quatro décadas, vem desenvolvendo intervenções meritórias e de

grande valia junto de crianças e jovens com deficiência e incapacidades do nosso concelho e concelhos limítrofes. Recentemente, fomos confrontados com a notícia de que, por uma razão de interesse público, foi renunciado, com efeitos imediatos, um protocolo assinado entre esta instituição e a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis relativo à manutenção de espaços verdes públicos. Senhor Presidente, não queremos acreditar que o município tenha tomado essa decisão de ânimo leve, por isso, gostaríamos que nos esclarecesse, respondendo cabalmente às questões que aqui deixamos: - Que motivos estiveram na base da cessação do referido protocolo? – Para além deste protocolo, há outros apoios que o município tem vindo a conceder à Cerciaz? - Se sim, quais? - Até ao momento, que diligências tomou no sentido de ultrapassar a situação? Obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Albino Martins do PSD. =====

===== Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados Municipais; Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores; Senhoras e Senhores Colaboradores Municipais; Senhoras e Senhores Membros da Comunicação Social; Oliveirenses. No início de dezembro, o Agrupamento de Escolas Soares de Basto assinalou com pompa e circunstância os 90 anos de existência da escola sede e evocou o centenário da morte do seu patrono, o benemérito Francisco Alves Soares Basto. Foi graças à generosidade deste e ao bairrismo e visão do futuro do oliveirense Bento Carqueja que nasceu em 1927, em Palmaz, a Escola de Artes e Ofícios, a que sucedeu a Escola Industrial e Comercial de Oliveira de Azeméis, hoje Escola Básica e Secundária Soares Basto. Oliveira de Azeméis, outrora berço da indústria vidreira nacional e durante muitos anos rendido a esta indústria quase única, num concelho predominantemente agrícola, transformou-se nas últimas décadas em concelho industrializado onde predominam os moldes, os plásticos e os componentes para automóveis entre uma diversidade grande de empresas dedicadas à atividade transformadora. Sem esforço, reconhecemos, em boa parte dos empresários que hoje lideram a nossa indústria e que subiram a vida a pulso, a formação de alto nível que lhes foi proporcionada pela Escola Industrial e Comercial de Oliveira de Azeméis. Pois bem, as cerimónias da Soares Basto há dias tiveram ainda outro momento alto e de grande significado para o futuro da aproximação que se pretende entre a formação e a vida ativa. Refiro-me à assinatura de um protocolo de colaboração entre o Agrupamento de Escolas Soares de Basto e o Grupo Simoldes. Com este protocolo abre-se a possibilidade de uma colaboração tão efetiva quanto desejável entre a formação e o mundo do trabalho e que vai desde o fornecimento de equipamentos à disponibilização de instalações e de formadores de parte a parte, do estabelecimento de parcerias no desenvolvimento de projetos específicos à inserção dos jovens estudantes no mercado de trabalho. Meus senhores, este é o caminho certo a percorrer pela educação daqui para a frente. E para que este e outros protocolos sejam possíveis, para que a educação e a formação desemboquem e sejam bem-

sucedidas na empregabilidade dos nossos jovens, na construção de uma sociedade mais desenvolvida que proporcione melhor vida a todos, é necessária esta abertura agora verificada com a maior autonomia das escolas e a recetividade da sociedade civil. No nosso entender, para isso muito pode contribuir a experiencia do “ Aproximar Educação ” que Oliveira de Azeméis agarrou de forma pioneira querendo mais próximas dos cidadãos as decisões e mais de acordo com a nossa realidade local. A propósito, Senhor Presidente da Câmara, gostaria de lhe perguntar (e esta Assembleia certamente quer saber) se já pensou no futuro do contrato interadministrativo de delegação de competências enquadrado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. Este ano é o último da experiência-piloto. Pretende Vossa Excelência que se torne definitivo ou, pelo contrário, não vê interesse em mantê-lo. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Presidente da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca - Susana Mortágua. =====

===== Antes de mais quero cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Dra. Helena Santos e na sua pessoa permita-me que cumprimente todos os presentes. Queria com esta simples intervenção agradecer à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal o esforço e investimento realizado no relvado sintético do Futebol Clube Pinhirense, cuja inauguração ocorreu no passado dia 8 de Dezembro. O Futebol Clube Pinhirense é uma associação desportiva que sempre viveu do sacrifício e voluntarismo de pessoas da Comunidade, sendo que este contributo do Município, da União de Freguesias e da atual Direção do Clube, veio trazer um novo fôlego e motivação para a prática desportiva na nossa comunidade e no nosso concelho. A União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz vê assim valorizado o seu património desportivo. Deu-se, portanto, um passo importante no sentido da modernização deste espaço. A aposta séria na formação de jogadores é agora o caminho para assegurar e justificar investimentos futuros como este. Deixo aqui mais uma vez o meu agradecimento em nome da União de Freguesias. Muito obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado João Costa do PS. =====

===== Muito obrigado Senhora Presidente. Antes de mais boa tarde a todos, sintam-se todos cumprimentados, em especial o nosso público. Obrigado por terem vindo testemunhar a casa da democracia do Município de Oliveira de Azeméis. A questão que eu gostaria de colocar, ao Senhor Presidente da Câmara tem como tema a Casa da Juventude. Um tema frequentemente questionado pela bancada do Partido Socialista ao anterior executivo pela voz da Ana Sofia Pinho. Hoje enquanto membro do grupo municipal do Partido Socialista compete-me a mim questionar o Senhor Presidente. Enquanto jovem preocupado com todo este impasse

relativamente à situação do antigo centro de saúde, mas também, enquanto jovem sensato que não está à espera que em dois meses este executivo seja capaz de resolver aquilo que o Partido Social Democrata não conseguiu resolver em dez anos. Posto isso, as questões que eu gostaria de colocar são as seguintes: - Quando é que a Câmara Municipal vai resolver o impasse jurídico e finalmente tornar-se proprietária do antigo centro de saúde de Oliveira de Azeméis? E por último a questão é: - Quando tempo é que os jovens oliveirenses vão ter que esperar para que a casa da juventude seja uma realidade em Oliveira de Azeméis? Muito obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada Helga Correia do PSD. =====

===== Cumprimentar em primeiro lugar a Senhora Presidente da Assembleia – Dra. Helena Santos, Senhora e Senhor Secretários da Mesa; Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação; Senhoras e Senhores Deputados Municipais; Comunicação Social; Restante público. Senhor Presidente, a questão que lhe trago na minha primeira intervenção neste mandato, diz respeito à situação do posto de GNR de Cesar e para isso terei de fazer um breve enquadramento histórico. Como todos sabemos os alertas sobre o estado de degradação do posto de GNR de Cesar não são recentes tais como, as do posto de GNR de Cucujães. Ambos os postos mereceram, e bem, a visita da Secretária de Estado adjunta do MAI em fevereiro último. É de conhecimento público que o posto territorial de Cucujães foi incluído na proposta de lei de programação dos investimentos em infraestruturas e equipamentos das forças de segurança, só não sabemos é para quando? Na discussão do OE 2018: GP- PSD, GP-CDS questionaram o ministro do MAI sobre o ponto de situação de ambos os postos territoriais da GNR de Cesar e Cucujães, por entendermos serem ambas urgentes e prioritárias. Enquanto o GP-PS entendeu questionar o Ministro em nome do Senhor Presidente da Câmara apenas sobre o posto territorial de Cucujães. Senhor Presidente, pergunto se desistiram de lutar pelo posto territorial de Cesar. Conhecemos a realidade de ambos os postos, as várias forças políticas visitaram juntas, em janeiro último o posto territorial de Cesar, o que mudou desde aí até novembro de 2017. E passo a citar o senhor deputado: Filipe Neto Brandão - “fui interpelado muito recentemente pelo recém-eleito presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis, que me perguntou muito compreensivelmente para quando o início das obras desse posto, (referindo-se ao posto de Cucujães) portanto eu desincumbindo-me da solicitação que me foi feita.” Senhor Presidente, as notícias transmitidas pela Senhora Secretária de Estado não foram nada animadoras. O PSD de Oliveira de Azeméis é coerente com os seus princípios, defende hoje o que defendeu no passado. Condições dignas para os militares e todos aqueles que necessitam de recorrer aos seus serviços. Lutaremos para que este posto continue a ser uma realidade, na freguesia de Cesar. Disse que: “havia a dúvida se este posto era ou não era para encerrar, nós estamos precisamente a ponderar o não encerramento e a procurar também resolver, até com a junta de freguesia que levantou o problema. Procurar também resolver, olhando precisamente para as

freguesias que serve este posto territorial e saber se relativamente à sua localização, se como foi proposto pela GNR se se justifica o seu encerramento ou não, e para já vamos mantê-lo enquanto não tivermos solução alternativa e uma solução ponderada para esta localidade.” Termino Senhor Presidente, dizendo que não podemos ter Oliveirenses de primeira e Oliveirenses de segunda, e enquanto voz dos oliveirenses nesta Assembleia Municipal, bem como na Assembleia da República lutarei para que ambos os postos sejam uma realidade. Assim espero, que este executivo lute enquanto puder, como lutou e reivindicou no passado nomeadamente o deputado Nuno Jesus e o deputado José Lourenço, para que ambos os postos sejam uma realidade no concelho de Oliveira de Azeméis.=====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== Começo então por responder à intervenção do senhor deputado Bruno Costa: Dizer-lhe de forma muito simples, que para nós, todos os protocolos entre a autarquia e outras entidades têm que cumprir escrupulosamente a lei e nunca devem colocar em risco o bom nome das instituições. O que é que acontece? Acontece que nós temos uma especial preocupação com o bom nome da instituição - Câmara Municipal, que tem sido tão mal tratado ao longo de todos estes anos, ou pelo menos, num passado mais recente. E preocupa-me, também, o nome de todas as instituições, todas as entidades, todas as coletividades que conosco se relacionam. E portanto, nós sobre isto não temos rigorosamente nenhuma dúvida. E sempre que estamos confrontados com situações que nos obrigam a tomar medidas imediatas e urgentes para resolver uma situação que não está devidamente enquadrada, obviamente, que nós não hesitamos. Nessa matéria não vamos hesitar nunca, e tomaremos sempre as medidas que tiverem que ser tomadas para cumprir escrupulosamente a lei. É isso que os oliveirenses esperam e exigem de nós. Nessa perspetiva o que eu tenho a dizer, senhor deputado, é que nós informámos o senhor presidente da direção da Cerciaz da necessidade de resolvermos aquele protocolo explicando o porquê. Procedemos à resolução desse protocolo conforme havíamos acordado. Reunimos com a direção da Cerciaz, logo que nos foi possível e naturalmente com a direção da Cerciaz num quadro de responsabilidade, seriedade e compromisso institucional vamos encontrar uma solução para continuar a apoiar uma instituição que nos merece todo o respeito e consideração. Ainda para mais com um público tão particular como é o público em apreço. Portanto, nessa perspetiva, aquilo que se procurou, foi transformar essa questão num problema seríssimo de falta de apoio, enfim, um virar de costas a uma instituição por parte da Câmara Municipal. A Câmara Municipal não vira as costas às instituições, pelo contrário é num quadro de parceria, num quadro de respeito mútuo e num quadro de apoio permanente que vai com as instituições ajudá-las a desempenhar a sua missão/ função. No caso concreto da Cerciaz é isso que nós vamos continuar a fazer. Agora deixem que vos diga uma coisa que é particularmente importante em relação aos protocolos: Os protocolos não podem personificar uma prestação de

serviços que não cumpre aquilo que está definido na lei, nomeadamente o princípio da proporcionalidade. Ou seja, nós não podemos, independentemente, das nossas preocupações ao nível da inclusão social, ao nível do apoio a uma coletividade desportiva prestar um apoio que não é enquadrado no interesse público. Queria que vocês percebessem isso, e é apenas disso que se trata. Em relação aos outros protocolos com esta instituição, nós temos um conjunto vasto de protocolos. Temos por exemplo um apoio para a modalidade de BOCCIA – o centro de boccia que temos a funcionar na Cerciaz, para o qual damos um apoio anual de 5.000,00€; temos a cedência de uma loja social/ solidária que fica nas instalações das lojas exteriores do mercado municipal; disponibilizamos a Escola do Areal para a Cerciaz desenvolver atividades; temos também outro tipo de apoios, nomeadamente, à festa de “Passo del Rey”, que organizam anualmente com o apoio de 4.000,00€ e temos também, mais um (protocolo) que terá que ser revisto a curto prazo, exatamente, pelos mesmos motivos pelo qual foi revisto o protocolo de que estamos aqui a falar. Em relação à intervenção do deputado Albino Martins: Na sua intervenção fez referência à importância do papel desempenhado pela atual Escola Soares Basto, não vamos aqui falar de novo do trajeto da Escola de Artes e Ofícios e da Escola Industrial e Comercial de Oliveira de Azeméis. Mas, obviamente, que estamos de acordo com o papel importantíssimo que a escola desempenhou, não só no papel da formação de gente que tem dado provas pelos quatro cantos do mundo, mas também, na promoção da qualidade do nosso ensino e da sua notoriedade. Portanto, essa é uma escola de referência do concelho entre outras escolas. Essa ponte que está a saber fazer com o nosso tecido empresarial é o caminho certo que nós temos que seguir. Porque cada vez mais nós temos que saber fazer essa ponte e levar as empresas às escolas e fazer o percurso inverso levando as escolas às empresas. Esse protocolo foi estabelecido com um importante grupo empresarial oliveirense e é um passo certo naquilo que deve ser o relacionamento entre o estabelecimento de ensino e o tecido empresarial, onde muitos desses alunos que são formados vão mais tarde ou mais cedo encontrar o seu emprego. Bom em relação à questão que me coloca, objetiva – se vamos ou não manter o contrato interadministrativo de delegação de competências, está naturalmente a referir-se ao programa “Aproximar Educação”. É evidente que poderíamos ter aqui uma conversa e isso seria um tema para uma Assembleia Municipal, eu dizer qual é a minha perspetiva em relação àquilo que deve ser um modelo de descentralização de competência em matéria de educação. Eu tenho sido absolutamente claro naquilo que tenho dito em relação a essa matéria. Eu, contrariamente ao que muitos dizem, considero que estas questões têm que ser analisadas com toda a prudência. E foi por isso que fui um dos acervos críticos do modelo que estava a ser preconizado para o programa “Aproximar Educação”, porque estava a ser feito contra os principais agentes da educação que são os professores. Há uma coisa com a qual eu nunca vou compactuar: Como sabe, nós estamos neste momento a desenhar o novo quadro de descentralização de competências, onde vamos generalizar a descentralização de competências em matéria de educação para as câmaras municipais/ autarquias, mas vamos ensaiar também, essa descentralização de competências sendo um pouco mais ambiciosos em matéria de saúde e em

matéria de cultura e inclusive em outras matérias como a proteção civil. Deixe-me que lhe diga, eu serei daqueles, independentemente de quem governa o país num dado momento, contra uma descentralização de competências que coloca em causa aquilo que são as funções sociais do Estado. E esta é uma das responsabilidades que o Estado tem e que está inscrita na nossa constituição, e portanto, nós temos que encarar a constituição como elemento fundamental da produção da igualdade de oportunidades para todos os portugueses. E quando a educação deixar de cumprir esta missão e este papel fundamental, eu garanto-vos que nós estamos a hipotecar o nosso futuro. Nessa perspetiva, a descentralização de competências tem que ser uma descentralização que não transfira aquilo que são as responsabilidades e a função social do Estado na democratização da educação para aquilo que é, digamos, um ensaio. Um ensaio como os que têm sido feitos ao longo dos anos no sentido de transferir essas responsabilidades para privados ou para outro tipo de lógicas, com as quais eu não estou minimamente de acordo. Esse é um compromisso que existe dentro do Município de Oliveira de Azeméis e em mais treze municípios. Nós, naturalmente, honramos os compromissos que foram assumidos pelo executivo anterior. Estamos a fazê-lo. Nessa perspetiva nós vamos manter o programa “Aproximar Educação”, que não é um problema que se coloca neste momento, porque não está para acabar. É um problema que se colocará em 2019, mas eu julgo que vamos ter esse problema antecipado. Porque aquilo que está a acontecer é o novo quadro/ figurino que irá permitir às autarquias adquirirem um conjunto de competências nesta matéria e em outras que já referi. Mas deixe que lhe diga que esta não é uma matéria pacífica. Tivemos agora o Congresso da Associação de Municípios Portugueses e vários presidentes de câmara manifestaram ali a sua preocupação em relação a estas transferências de competências, porque o problema desta transferência de competências é um problema que acontece normalmente depois das transferências do poder central para o poder local, e depois das câmaras municipais para as juntas de freguesia. É fácil transferir competências. O problema é encontrar no destinatário quem faça essas competências com ganhos racionais de eficácia, e também, com sustentabilidade, e com meios técnicos/ humanos para poder desempenhar essa função como deve ser. Uma coisa é conservarmos estradas outra coisa é tratarmos da educação e da formação das pessoas, por isso temos que ter particular preocupação. Há uma questão que nos preocupa em relação ao programa “Aproximar Educação” e foi essa uma das maiores desilusões que nós tivemos com este programa: quando assumimos este compromisso com o Ministério da Educação e Ciências foi na perspetiva de recebermos todas as estruturas que estavam em condições de ser recebidas, tínhamos duas escolas as EBS’s de Fajões e a Ferreira da Silva que só receberíamos se nos fossem entregues integralmente requalificadas. Para essa requalificação eram necessários seis milhões e meio de euros, e aquilo que nós assumimos foi com três milhões e meio de euros (que eram verbas que devíamos destinar à construção dos nossos centros escolares que ainda faltam construir para cumprirmos a nossa parte educativa) aceitar que essas verbas em vez de saírem do Orçamento Geral do Estado, saíssem de fundos comunitários com o esforço da própria autarquia. Nessa perspetiva o programa “Aproximar Educação” está a defraudar-nos. Para

terminar e tranquilizá-lo dizer que aquilo que está assinado e contratualizado entre a Câmara Municipal (executivo anterior) e o Ministério da Educação e Ciências vai ser cumprido e assegurado pelo atual Executivo. Em relação à intervenção da senhora presidente de junta de freguesia Susana Mortágua: Naturalmente que a acompanho na satisfação da construção desse relvado sintético. Neste caso particular e concreto, desta direção de Futebol Clube Pinheirense ainda com mais agrado. Porque é claramente gente que arregaça as mangas, não espera que as coisas aconteçam muito pelo contrário, trabalha, empenha-se para fazer as coisas acontecerem. É claramente um tipo de direção que faz sentir que estão à frente das nossas coletividades e que são pessoas comprometidas, pessoas empenhadas que o fazem de forma completamente altruísta, genuína, com muito esforço pessoal. Nessa perspetiva, eu acho que foi uma excelente prenda que o município deu, não só à coletividade mas também a toda a comunidade do Pinheiro da Bemposta. Quanto à intervenção do senhor deputado João Costa: Em primeiro lugar agradecer-lhe a sensatez, jovem, de não esperar que em dois meses nós conseguíssemos encontrar solução para muitos problemas, problemas que se vêm eternizando há muitos anos. As instalações do antigo centro de saúde são um problema complexo. Eu não sei se vou classificar o problema como um problema de natureza jurídica. Eu julgo que é mais um problema de definição de titularidade do imóvel, porque andámos aqui durante muito tempo sem perceber quem era o proprietário do imóvel. Sem sabermos quem era o proprietário não estaríamos em condições de procurar encontrar uma solução para resolver o problema. Neste momento, ultrapassada essa questão e fomos nós Câmara Municipal que demos passos firmes para, digamos, ultrapassarmos esse problema e percebermos quem é efetivamente o proprietário do imóvel. Pelo que está agendada uma reunião para a próxima semana com a Administração Regional de Saúde do Norte para procurarmos criar pontes de entendimento que permitam que aquele equipamento seja entregue à Câmara Municipal. Há aqui um diferendo de verbas, não vou estar aqui a explicar o processo, tem a ver com a construção do novo centro de saúde e aquilo que foram as responsabilidades assumidas pela autarquia. Houve transferências, esta contratualização foi feita com a Administração Regional de Saúde do Centro depois passou para a do Norte que alegam que nós não entregamos a totalidade da verba que nos havíamos comprometido... Portanto, há aqui um diferendo de algumas centenas de milhares de euros. A autarquia alega que fez um conjunto de obras que também não era obrigada... Querem fazer aqui um acerto de contas de maneira a que possamos chegar a uma solução. Uma coisa é certa e para terminar: dizer-lhe que é absolutamente lamentável que duas entidades públicas permitam, que por não se entenderem, um edifício localizado num sítio tão nobre da cidade, esteja todos os dias a degradar-se e a apresentar sinais tão claros de vandalização. Portanto, aquilo que eu lhe posso dizer é que estamos profundamente empenhados em resolver rapidamente esse problema e procurarmos chegar a uma solução que evite o mínimo de despesa financeira para a autarquia. Porque colocou a questão: -“Para quando a Casa da Juventude? Deixe-me dizer-lhe que o que está previsto no contrato que foi estabelecido entre a autarquia e Administração Regional de Saúde é que apenas 80m² daquele edifício fossem utilizados para um

programa de juventude. Era essa a obrigação que existia e é essa a obrigação que está plasmada no contrato que foi assinado entre as partes. O que é que eu quero dizer com isto? Quero dizer que nós teremos que equacionar todas as possibilidades para podermos criar uma resposta a esse nível da “Casa da Juventude” que poderá passar por aquele espaço ou poderá passar por qualquer outro espaço que encontrarmos. Estamos a trabalhar nesse assunto, o assunto está em cima da mesa. Em relação à intervenção da deputada Helga Correia: Obviamente que partilhamos da mesma preocupação. Nós estamos a falar por ventura dos dois piores postos de GNR do país e nós temos essa consciência. São dois postos que realmente não reúnem condições não só para os militares que lá trabalham, mas também, para os utentes que lá se dirigem. Agora deixe que lhe diga que a nossa intervenção e a nossa preocupação não é diferente, porque falamos dos dois ao mesmo tempo. Nós temos que saber definir prioridades e como sabe o posto de GNR de Cucujães está numa fase muito mais adiantada do que o posto de GNR de Cesar. Existe inclusive compromisso, como referiu, da tutela em relação à requalificação do posto da GNR de Cucujães e não em relação ao posto de Cesar. Mas, tenho falado algumas vezes com o senhor presidente da junta de freguesia de Cesar e nós não vamos abandonar a questão do posto da GNR de Cesar. Estamos atentos e logo que tivermos possibilidade de reunir com o Senhor Ministro, como sabe houve a alteração do titular da pasta, por um lado vamos reclamar a requalificação do posto de GNR de Cucujães - que já tem um local destinado, vamos apresentar, e terei oportunidade de concertar isso com o senhor presidente da junta de Cesar, que poderá acompanhar inclusive se tiver disponibilidade para o fazer nessa visita com a tutela, no sentido de reclamar uma intervenção ou solução. Sinceramente, eu já conversei com o senhor presidente da junta de Cesar sobre uma possível solução para isso. Estamos entendidos em relação a essa matéria. Comungamos da sua solução que temos apresentada ao Senhor Ministro, vamos defendê-la com todas as nossas forças e utilizar a argumentação adequada para tentar explicar ao Senhor Ministro que é absolutamente fundamental a manutenção dos dois postos de GNR; que os postos são indispensáveis para as pessoas que servem e nessa perspetiva nós não estamos, claramente, a colocarmos como prioridade o posto de GNR de Cucujães a dizermos que o posto da GNR de Cesar corresponde a um serviço que é prestado a oliveirenses de segunda. E não é só a oliveirenses que prestamos esse serviço, mas claramente aquilo que nós estamos é a não introduzir ruído nas questões. Estamos a procurar, de forma objetiva, que o Ministério da Administração Interna cumpra aquilo a que se comprometeu fazer em relação ao posto de Cucujães e vamos procurar em relação ao posto de Cesar encontrar o mesmo tipo de comportamento. Garantir que em articulação com o senhor presidente da junta de Cesar – julgo que ele não deixará que eu me esqueça deste assunto. Portanto, nesta perspetiva, a preocupação que a senhora deputada aqui expressou é a minha preocupação, é a preocupação da junta de freguesia de Cesar e a preocupação das populações a quem estes postos servem. Deixo a minha garantia que estaremos atentos e procuraremos que estes dois postos de GNR tenham a resposta que merecem. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa - Maria Helena Moreira. =====

===== Boa tarde. Excelentíssima Presidente da Assembleia Municipal, senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Membros da Assembleia Municipal e demais aqui presentes – apresento a todos, as minhas cordiais saudações. Esta minha intervenção tem como intuito alertar para a necessidade e especial cuidado ao nível do planeamento, coordenação e segurança rodoviária e suas acessibilidades tanto a obras a adjudicar como as já adjudicadas. Este alerta tem a sua razão de ser, no imediato e em particular à freguesia de Carregosa, onde desde finais de setembro se deu início à construção do passeio pedonal na Rua João Borges de Almeida que faz a ligação do centro de Carregosa aos lugares de Borralhais e Teamonde. Não há dúvida que conhecendo os hábitos da população de Carregosa, especificamente dos habitantes de Borralhais e Teamonde que acede regularmente ao centro da vila para aceder aos diversos serviços e que o fazem maioritariamente a pé; É grande a necessidade em promover a ligação entre estes dois lugares pela via pedonal. Todavia, a concretização desta via/ obra deve dar uma resposta satisfatória e segura aos seus utilizadores. Ora, o passeio pedonal que está a ser realizado é estreito. Tem menos de um metro de largura (incluindo a medição das próprias guias) e em pelo menos 150 metros o passeio não tem qualquer muro de suporte ou resguardo em zonas em que está a confinar com terrenos com uma profundidade superior a dois metros. Por outro lado, o passeio foi ocupar parte da via, estreitando-a, o que condicionou o trânsito e conseqüentemente ao manter-se agrava a segurança dos seus utilizadores sejam peões ou condutores. A junta de freguesia em exercício tem recebido muitas queixas por parte dos residentes que se veem limitados nos acessos às residências com as alterações do sistema de drenagem de águas pluviais e com o agravamento da acessibilidade generalizada, realçando-se que é um acesso com grande tráfego de camiões. Estas reclamações têm sido feitas chegar ao executivo camarário e sobre as mesmas tem sido manifestada a devida compreensão, todavia, urge tomar medidas a curto prazo no sentido de regularizar esta situação e dar solução ao passeio pedonal que foi construído sem qualquer proteção lateral e havendo a disponibilidade de os proprietários confinantes em ceder terreno para alargamento da via nesse lugar em concreto. E por outro lado não seria de prosseguir com o passeio até à capela nos 150 metros que antecede, porque estreita de tal forma a via que impedirá veículos de se poderem cruzar. Simultaneamente tomar medidas de pavimentação da rua, de forma a aproveitar toda a sua largura e tentando aproveitar o espaço ocupado pelo passeio alteando em conformidade e assegurando o sistema de drenagem necessário. Estas serão algumas das alternativas mais acessíveis e que vêm à priori como válidas pra assegurarem a segurança dos veículos e peões na Rua João Borges de Almeida. É imperioso dar seguimento a esta obra assim se evitando a repetição de acidentes como os que já têm ocorrido com conseqüências gravíssimas para os envolvidos, familiares e comunidade em geral. Dando algum conforto aos residentes dos lugares de Borralhais e

Teamonde. Este não é mais do que um alerta para uma situação que atenta diariamente contra a segurança rodoviária da povoação de Carregosa e por isso solicitasse que seja atendido com a brevidade possível. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Filipe Carvalho do PSD. =====

===== Muito boa tarde a todos. Senhora Presidente da Assembleia, senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, público, funcionários camarários. Só dois esclarecimentos: Em junho passado foi noticiado pelo Conselho Metropolitano que estaria em discussão com as Infraestruturas de Portugal a adesão de Oliveira de Azeméis e S. J. Madeira ao título andante dos transportes públicos. Gostaríamos de saber qual é o ponto de situação e se por ventura existe algum desenvolvimento relativamente ao estudo de viabilidade da requalificação da Linha do Vouga – entre Oliveira de Azeméis e Espinho. Aproveito a oportunidade para, também, desejar a todos os oliveirenses um excelente ano de 2018, repleto de sucessos. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque – Amaro Simões. =====

===== Muito boa tarde. Senhora presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, colegas, público e comunicação social. Dois pequenos apontamentos: Em primeiro lugar, como representante das Juntas de Freguesia do município de Oliveira de Azeméis ao Congresso da Associação Nacional de Municípios, no dia 9 de dezembro, venho dar nota da minha breve apreciação a este 23º Congresso que tinha como orientação geral “Descentralizar Portugal”: Os municípios estão à defesa relativamente às novas competências a descentralizar, sobretudo na área da Educação e da Saúde, sem garantias formais de financiamento. Procuram maximizar a participação das receitas do IVA e IMI, incluindo os edifícios propriedades do Estado. Nota-se alguma falta de solidariedade entre municípios grandes e municípios pequenos. Muitos dos maiores não participaram. Este congresso foi muito marcado pelas consequências dos incêndios. Foi manifestada muita preocupação com as medidas preconizadas para a prevenção, proteção às vias e às habitações, particularmente focadas nos Presidentes de Câmara. Uma segunda nota tem a ver com os protocolos de delegação de competências a atividades de apoio à família. Estes protocolos, sucessivamente renovados, têm 15 anos. Nessa altura, não havendo agrupamentos nem a figura “Aproximar Educação”, as Juntas de Freguesia, como entidades mais próximas, aceitaram o desafio proposto pela Câmara Municipal para a prestação deste elementar serviço de apoio às famílias, Hoje, os pressupostos são outros, havendo menos crianças e, conseqüentemente necessidade de deslocar ou fechar espaços, a Câmara Municipal ou os Agrupamentos dispõe de

mais mobilidade para gerir os recursos humanos e materiais disponíveis. Continuarei, assim, a insistir na harmonização de critérios, na vantagem para o funcionamento dos serviços prestados, para o equilíbrio dos orçamentos das juntas de freguesia, para as funcionárias, para os pais e para as crianças, que a Câmara Municipal ou Agrupamentos possam assumir diretamente estes contratos e os respetivos compromissos com as funcionárias afetas a esta valência. Outra nota simpática que queria deixar: Para a elaboração do orçamento, tenhamos dele a opinião que tivermos, foi com simpatia que acolhemos as propostas do presidente da câmara para ajudar a fazer o orçamento. Tivemos uma explicação antes de o orçamento ser público – é uma iniciativa saudável. Aproveito, agora, para desejar a todos um bom e feliz ano de 2018. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Fernando Pais do PSD. =====

===== Cumprimentar Vossa Excelência, restante Mesa, a equipa do Executivo Camarário, os meus colegas membros da Assembleia Municipal, público, jornalistas aqui presentes e demais pessoas – uma boa tarde e um cumprimento especial. Quando o meu colega Bruno Costa teve a intervenção que teve, eu de facto, pensei que a minha intervenção fosse completamente esgotada de conteúdo. Porque de facto quando ouvi falar sobre as motivações e o rompimento de um protocolo, pensei que o Senhor Presidente de Câmara nos elucidaria de forma cabal e objetiva sobre as razões de tal denúncia. E eu não fiquei esclarecido, nem muito menos penso que o Bruno Costa ficou esclarecido, ou se ele, hoje, saberá comunicar aos presentes quais são as razões que estiveram na base do protocolo. Eu, mais até, do que o próprio Bruno Costa, a primeira coisa que pedi para me ser facultado foi o tal protocolo. E verifiquei o protocolo e a decisão da senhora vereadora – Inês Dias Lamego, e eu também lhe pediria que explicasse aqui o que ela escreveu, porque é tão generalista que eu não consigo entender. Este protocolo de colaboração já vem desde 2007. Com três ou quatro adendas no próprio ano de 2007 – protocolo celebrado no dia 3 de setembro com uma duração de seis meses. Todos nós já sabemos qual é o âmbito de intervenção do protocolo - que é promover através da Cerciaz e dos alunos da mesma, a manutenção e o tratamento dos espaços verdes. Que quer no início do protocolo, quer através das adendas que eu referi, foram simultaneamente ampliados. Eu recorde, quando fiz parte da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fajões de ver lá os alunos da Cerciaz a trabalharem e a dinamizarem esses espaços verdes. Bom, a senhora Vereadora Inês Dias Lamego, no dia 30 de novembro de 2017, portanto cerca de um mês depois de tomar posse, tem este despacho que diz assim: “... que este protocolo tinha como objetivo a definição dos termos e as condições de colaboração institucional entre os outorgantes, com vista por um lado: permitir aplicar e rentabilizar as capacidades obtidas pela formação profissional na valência jardinagem, e por outro lado a manutenção regular e sistemática dos espaços verdes situados no município.” Isto é como sabe, senhora vereadora, a

descrição integral do artigo da cláusula primeira que diz o objeto. Aí a senhora esteve muito bem. Mas depois diz: “ ... que já não se verificam os pressupostos que motivaram a celebração deste protocolo.” Ou seja, que não há necessidade de jardinagem, nem de fazer qualquer tipo de rentabilização das capacidades. E eu vou ver os pressupostos: Nos pressupostos deste protocolo diz o seguinte: “... reconhecer o papel e missão da Cerciaz enquanto centro de recuperação de crianças e jovens deficientes; a importância da Cerciaz enquanto centro de formação profissional que: a- abrange jovens com deficiência mental ligeira ou moderada ou multideficientes dos 15 e os 16 anos; b- tem como objetivo a integração socioprofissional dos jovens no mundo de trabalho...” Eu não percebo como é que esses pressupostos não se verificam na atualidade. Mais: estamos a falar num protocolo que neste momento fez dez anos e em que todos os anos ou todos os seis meses era objeto de prorrogação. Ninguém questionou este protocolo. E de repente passado um mês há um protocolo, Senhor Presidente de Câmara, as informações que eu tenho, esta é uma denúncia sem qualquer comunicação prévia à instituição – posso estar errado. Aquilo que nós criticamos é isto, eu estive a pensar e de facto, o senhor diz que a questão aqui é uma questão de legalidade – ok. O que é que está ilegal? Eu por muito esforço que faça, e até antecipando uma resposta sua, a única coisa que vejo aqui é de facto nós considerarmos que, por este serviço estar a ser prestado por pessoas importantes (pessoas deficientes e que precisam de integrar o mercado de trabalho), por este serviço a Câmara Municipal consideraria fazer da mesma forma e com valor inferior. Não sei se é isto que o senhor me vai dizer. Mas se é, desculpe-me Senhor Presidente e Senhora Vereadora, porque eu acho que a Senhora Vereadora também devia explicar o seu despacho. Eu acho que há aqui um complô social. E mais do que isso, havia de facto que salvaguardar esta situação não acabando com o contrato, explicando às pessoas ou fazendo outro contrato. Até admito que esta participação que nunca foi atualizada de há dez anos para trás seja até insuficiente e se façam os outros protocolos mais alargados, abrangendo um leque de ofertas que a Cerciaz, até pode ter. O que nós não concordamos, é que primeiro: que haja alguma ilegalidade manifesta neste contrato para o denunciar unilateralmente e da forma como foi feito. Em segundo lugar há aqui o interesse público que todos nós temos de intervenção no mercado de trabalho de pessoas com deficiência e que merecem uma integração efetiva. Outra questão que me preocupa, Senhor Presidente, não é este caso particular, é o modo esfusante. Ou seja, eu acho que não é forma de resolver isto. Mesmo que esteja errado – estão aqui juristas, durante dez anos as pessoas recebem aquele dinheiro/ participação... Mesmo que fosse ilegal, quase que a ilegalidade se dilui no decurso do tempo. Não sei do que é que se estão a rir. Estão aqui juristas que não se riram, há uma figura de direito que se chama uso de direito. Ou seja a prática reiterada das coisas conduzem de boa-fé e fazem com que as pessoas acreditem que aquilo está certo. Eu desde logo acho que este protocolo não tem qualquer ilegalidade, nem fere o interesse público que era aquilo que o deputado Bruno Costa tinha questionado. Outra questão que me preocupa aqui: De que forma foi feita esta denúncia? Se esta denúncia tem efeitos imediatos ou se perde os seus efeitos para o final da renovação dos seis meses. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Nuno Jesus do PS. =====

===== Muito boa tarde a todos, endereço os meus cordiais cumprimentos a todos os presentes na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia. Fazendo aqui a minha primeira intervenção deste mandato como membro desta Assembleia, gostaria de deixar aqui os meus melhores votos de felicidade a todos os eleitos, porque com certeza que a felicidade de todos será a felicidade de todos os oliveirenses e da cidade de Oliveira de Azeméis. Aproveito para desejar a todos os presentes e a todos os oliveirenses que 2018 seja um ano repleto de paz, saúde e felicidade. Dois assuntos trazem-me cá Senhora Presidente: recentemente tivemos notícias de que relativamente à iluminação pública foi efetuado um reforço das iluminárias led. Eu já constatei nomeadamente na freguesia de Ossela e Palmaz. Tivemos também notícia da resolução da situação que estava pendente relativamente ao fornecimento de energia elétrica na área de Acolhimento Empresarial Ul/ Loureiro, nomeadamente no Centro de Negócios. E gostaria de questionar se já existe algum desenvolvimento acerca da resolução do problema da iluminação no nó do IC2 aqui na cidade. Outro assunto que me trás cá, também, prende-se com a Casa do Mateiro junto ao Parque de La-Salette. Passo lá muitas vezes, como a grande maioria de nós, e constatei que a obra está parada. As vedações continuam fechadas. Gostaria que esta Assembleia e os oliveirenses fossem esclarecidos de qual é o ponto de situação do presente e do que é que está a pensar para o futuro daquele espaço. Muito obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== Muito obrigada Senhora Presidente. Senhora deputada Helena Moreira é evidente que partilhamos das mesmas preocupações em relação ao planeamento. E essas preocupações agudizam-se quando estamos a falar de planeamento que sendo mal feito coloca em risco a segurança das pessoas. No caso concreto que nos falou aqui da Rua João Borges de Almeida: Nós já fomos ao local, já estivemos consigo no local, sabe que também mandamos parar por mais 150 metros que tínhamos a realizar de obra. Mas o que acontece, neste momento, estão lá investidos entre 80 a 100 mil euros, portanto, nós não podemos destruir aquilo que foi feito pois trata-se de dinheiro do erário público e seria muito mal interpretado pela população, nomeadamente pelos carregosences. Aquilo que nós temos que fazer é encontrar soluções, nomeadamente para criar condições de segurança. É evidente que alargar aquele passeio/ via, seria o desejado, mas também estamos a falar de muros de suporte de terras caríssimos que não temos capacidade financeira para o fazer. Já me disponibilizei para ir ao local avaliar consigo e encontrarmos possíveis soluções para que acautelemos a segurança das pessoas. O planeamento deve ser feito e significa ponderar antes de agir, acautelar antes de agir, mas esse planeamento não foi tido em consideração. Fizemos aquela obra que lá está, temos um conjunto

importante de recursos financeiros aplicados sem cumprirem a sua missão, porque objetivamente, aquilo não é um passeio onde as pessoas possam circular e desfrutar em segurança. Vamos procurar encontrar uma solução, mas não lhe sei dizer ainda qual é. Em relação à intervenção do senhor deputado Filipe Carvalho: No Conselho Metropolitano do Porto, este assunto do andante e da linha do Vale do Vouga é um assunto que está em cima da mesa. É um assunto que por ventura não terá a mesma importância que tem para os restantes municípios. Mas para os municípios que são servidos por esta linha ferroviária é evidente que uma intervenção e requalificação eram fundamentais para criarmos condições de mobilidade, e sobretudo, condições de mobilidade que nos permitissem aceder com rapidez, segurança e conforto à grande centralidade que constitui a Área Metropolitana do Porto. Aquilo que me foi dado a perceber, nestes dois meses, e eu já tive duas reuniões do Conselho Metropolitano do Porto ou três se considerarmos a reunião de eleição do Conselho Metropolitano é que, nós perdemos demasiado tempo a fazer estudos. E gastamos fortunas a fazer estudos. Eu na última reunião que aconteceu fui confrontado com o pagamento de mais um estudo. Portanto, foi-me colocada à frente uma documentação para eu assinar, onde eu teria que pagar mais um estudo para a questão da linha do Vale do Vouga e para sua requalificação urbana, etc. A linha do Vale do Vouga tem sido analisada em duas perspetivas: os presidentes de câmara comungam da importância da sua requalificação, mas julgo que não têm sabido num quadro de concertação, encontrar os mecanismos adequados para pressionar e influenciar a tutela para a sua requalificação. Nós temos exemplos de respostas semelhantes, por exemplo na linha de Guimarães, que depois de serem requalificadas e eram linhas que também estariam condenadas, hoje prestam um serviço fundamental às populações que servem. Isto é um pouco como o saneamento em Oliveira de Azeméis: Nós precisamos entre 60 a 75 milhões de euros para requalificar a linha de Vale do Vouga. A intervenção é profunda, porque trata-se de alterar a bitola métrica, a eletrificação da linha, a substituição integral do material integrante, temos intervenções profundas a fazer ao nível das estações. Temos que fazer ainda uma outra coisa que é adaptar os horários às necessidades das populações e aos fluxos das pessoas. Esse é um trabalho que temos que fazer, mas é evidente, que a questão do andante só fará sentido se tivermos requalificada a linha. Porque neste momento a linha de Vale do Vouga dá dois milhões e meio de euros de prejuízo, por ano, à REFER. Portanto, não é uma linha rentável, e como sabe foi feito um investimento de 400 mil euros na automatização de um conjunto de passagens de nível e seria dramático para nós que esta linha fosse encerrada. Portanto, aquilo que cabe a estes municípios que são servidos por esta linha é sentarmos... Eu tenho a particularidade de neste momento ser presidente da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, um conjunto de municípios que integram esta estrutura a serem servidos por esta linha ferroviária. E aquilo que eu vou procurar é um quadro de concertação com todos os meus colegas para que este assunto se transforme num assunto prioritário. Houve um plano como sabe que se chama IEVA, que são estruturas de valor acrescentado. Nesse plano esta linha não foi incluída, assim perdeu a oportunidade de ser requalificada e aquilo que nós vamos procurar fazer é num

quadro de afirmação deste território, num quadro de afirmação de um conjunto de municípios que é servido por esta infraestrutura, explicar à tutela que ela tem um papel fundamental a desempenhar num quadro de mobilidade regional que é absolutamente determinante. Estamos a falar de um conjunto de municípios que agrupados têm uma grande importância económica e social. Portanto, o que vamos procurar fazer é pressionar para que esta linha passe a ter a devida atenção por parte da tutela. Em relação à questão colocada pelo senhor presidente de junta Amaro Simões: Estas componentes de apoio às famílias, ao longo destas últimas décadas, têm sido tratadas a vários níveis com frentes dinâmicas que existem nas freguesias. Têm sido tratadas ora com a responsabilidade das juntas de freguesia, da câmara municipal, pelas associações de pais. Portanto, o que temos aqui é um quadro complexo onde temos, como disse, um conjunto de funcionários sobre a responsabilidade de todas estas entidades que acabei de referir. Aquilo que nós vamos procurar fazer é aperfeiçoar o modelo que existe. E vamos promover esse aperfeiçoamento uniformizando a resposta que nós vamos dar. É nisso que estamos a trabalhar e estamos também a trabalhar com o senhor vereador responsável no sentido de termos uma resposta uniformizada, adequada e que evite esses constrangimentos que aqui procurou referir. E porque, é uma preocupação para as juntas de freguesia. Vamos ver se muito rapidamente conseguimos começar a dar os passos que permitam que esta realidade seja una e que sirva realmente os interesses. Em relação ao senhor deputado Fernando Pais: Agradeço esse esforço de antecipação da minha resposta. Obviamente, que eu disse tudo o que havia para dizer sobre isto e o senhor sendo jurista entenderá que não se trata de diluirmos uma ilegalidade no tempo. Trata-se de sanar imediatamente algo que não está legalmente enquadrado. Eu fui claro. O senhor quis entender aquilo que lhe apeteceu entender, e obviamente que o senhor deputado Bruno Costa atendendo a que não pediu esclarecimentos adicionais ficou esclarecido com a resposta que lhe foi dada. O senhor ficaria estarecido se conhecesse a forma como a coisa foi feita. Isto foi feito num quadro de respeito institucional que nos merece não só a Cerciaz, mas também, qualquer instituição com que nós nos relacionamos. Agora deixe que lhe diga: esse quadro institucional de respeito não permite que nós mantenhamos até ao final do período de vigência coisas que não têm que ser mantidas até ao final do período de vigência. E deixe que lhe diga outra coisa: não estamos a falar só e apenas deste tema, há mais problemas para resolver. Com esta instituição e com outras instituições do nosso concelho. E como diz e bem há muitos anos que vêm a ser mantidas, mas vêm sendo mantidas de forma incorreta. É importante que se resolvam todas estas questões. Como sabe, a última adenda ao contrato não é de 2007 como diz, é de 2010, e portanto, devia ter essa informação bem mais atualizada. O que acontece é que como sabe desde 2007 até agora houve uma alteração do quadro legal em que nos movimentamos. Temos hoje as figuras dos acordos de execução e essas figuras tipificam perfeitamente a forma como nós podemos contratualizar as coisas. E tipificam de uma forma clara. As nossas juntas de freguesia têm todos os meses que justificar o valor que lhes é entregue, por exemplo, qual é o valor do custo da água, do funcionário, qual área onde intervêm. Aliás, há até câmaras municipais onde definem o metro

linear da área de intervenção do espaço público. O que é que isto quer dizer? Quer dizer, que de uma forma muito clara, o que está em causa é o tal princípio da proporcionalidade. O senhor sendo jurista deve saber que esse princípio está na lei e nós não podemos alegar a inclusão social ou a importância da inclusão social, porque compreenderá que eu lhe diga que não tem mais preocupações que eu a esse respeito. Ambos comungamos da preocupação e da importância que há em integrar socialmente não só este tipo de utentes, mas também, outro tipo de utentes. Agora deixe que lhe diga o seguinte: Eu não estou a falar particularmente desta atividade da jardinagem, estou a falar de qualquer outra atividade. Esta atividade – jardinagem, se fosse relevante para a Cerciaz constaria do seu site e seria promovida como uma boa prática de integração e seria divulgado este protocolo que existe com a Câmara Municipal como exemplo. Se for procurar, e teve preocupação de procurar informação para ter uma intervenção fundamentada, verá que não existe nenhuma referência a este protocolo nem importância deste tipo de serviços. E eu, não disse esta palavra arbitrariamente, escolhi a palavra – deste tipo de serviços, porque é exatamente disso que se trata. Senhor deputado, nessa perspetiva deixe-lhe dizer o seguinte: vou-lhe dizer de forma muito breve o que é defender os interesses de uma instituição. Defender os interesses de uma instituição é nós não lhe prometermos, por exemplo, e neste caso concreto, porque já que entendeu trazê-lo à discussão - 71.600,00€ de apoio para uma caldeira e nunca lhe termos entregue o subsídio. Isso é que é uma falta de apoio efetivo a uma instituição/ coletividade. Nós não temos esse tipo de práticas e não vai ser essa a forma de como nós nos orientaremos. Não é o tipo de relacionamento que devemos ter com as instituições. Será um relacionamento transparente, nós não teremos instituições em Oliveira de Azeméis a quem pagaremos água, outras a quem não pagaremos água. Não teremos instituições em Oliveira de Azeméis a quem pagamos energia elétrica e outras a quem não pagaremos energia elétrica – não teremos esse tipo de práticas. Esse tipo de práticas são indutoras de um clima que nós não queremos que exista entre a Câmara e as instituições. E por isso é que nós, e essa informação foi prestada ao senhor presidente e aos elementos da direção que o acompanharam inclusive à técnica, que nós estamos neste momento a elaborar um regulamento de atribuição de apoios e subsídios que enquadra as regras pelas quais nós nos vamos reger para ter critérios de avaliação perfeitamente transparentes que promovam equidade e que não levantem entre instituições nenhuma dúvida e preocupação em relação à atribuição desse tipo de apoios. Portanto, é errada a informação que o senhor afirmou. Nós informámos o senhor presidente da direção que íamos fazer a revisão daquele protocolo e conforme já lhe disse foi promovida uma reunião entre a câmara municipal e a direção da instituição no sentido de encontrar uma solução para o problema. Agora a solução que vamos encontrar e isto é absolutamente claro, é uma solução no estrito cumprimento da lei. Essa situação vai ser encontrada e não só no estrito caso da Cerciaz, mas com qualquer instituição que neste momento tem protocolos com a Câmara Municipal e posso-lhe dizer que são muitos. Senhor deputado Nuno Jesus: a iluminação pública é um percurso complexo. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, gasta por ano um milhão e trezentos mil euros em iluminação pública. É

uma verba substancial e uma verba que temos obrigação de substituir. O que é que nós fizemos? Nós conseguimos a custo zero, e o termo é mesmo esse, que a EDP substituiu mil iluminárias de vapor de sódio e de vapor de mercúrio pouco eficientes e de grande consumo por iluminação led e neste momento no universo das vinte mil iluminárias que temos no concelho, 15% cerca de três mil já são iluminação led. Vamos fazer este percurso de uma forma muito mais iluminada, vamos procurar encontrar soluções que permitam rapidamente transformar esta realidade e ter este peso da iluminação led a ser bem mais substancial do que é hoje. Estamos a fazê-lo por exemplo, em sede de um instrumento que nós negociamos com a comissão de desenvolvimento regional norte e que tinha a ver com um conjunto de rubricas elencadas no nosso pack de coesão de desenvolvimento territorial, fizemos uma reafectação de verbas que na nossa opinião tinha prioridades erradas e transformámo-la numa única prioridade que é a substituição da luminária led. Nós vamos continuar este processo de investimento na iluminação pública. Quanto ao nó do IC2: dizer que é um problema que ainda persiste há já algum tempo, está numa escuridão total há algum tempo, a intervenção vai ser feita muito brevemente. Aliás já está paga a taxa que é devida à GNR pelo corte de trânsito. Portanto, nós muito rapidamente vamos ter a intervenção feita pela EDP e criadas as condições de segurança para os automobilistas. Centro Interpretativo do Vidro: é um problema muito complexo. Tivemos um problema com o empreiteiro inicial, tivemos um problema com o segundo empreiteiro. Neste momento a obra está abandonada, aquilo que nós fizemos desde que chegamos à Câmara Municipal, foi tomar posse administrativa do edifício para procurarmos uma solução. A solução que nós encontramos foi a necessidade de incluir já no orçamento de 2018 por isso perceberão mais à frente, o quadro de constrangimento em que nós nos movimentamos... Foi por isso posta já uma verba de trezentos e cinquenta mil euros para procurarmos fazer um conjunto de coisas que permitam que aquele edifício não se perca. Agora, uma das coisas que tivemos que fazer muito rapidamente, foi retirar de lá um conjunto de material que lá estava abandonado, extremamente valioso. E digamos correndo esse material riscos de ser furtado, nós tivemos que muito rapidamente o guardar e evitar que mais esse prejuízo acontecesse. Deixe que lhe diga uma coisa em relação a este dossier do Centro Interpretativo do Vidro: O município por não ter conseguido concluir a obra no prazo que estava definido, corre riscos de devolver quinhentos mil euros que já recebeu de fundos comunitários. Esse é um risco sério que nós corremos, para além disso, já fomos notificados para o efeito, ainda não nos exigiram o pagamento. Mas para além disso um edifício que teria uma participação de 85% e um esforço da autarquia residual, passa agora a ser integralmente suportado pela autarquia. Estamos a falar de um esforço brutal, que vamos ter que fazer em vários anos para acabar aquilo. Esta é a realidade, o que se passa com o Centro Interpretativo do Vidro é o que acabei de dizer. Temos uma preocupação em relação à antiga Casa do Mateiro, um dia destes, quando tivemos um vendaval algumas telhas caíram, houve infiltrações de água e causou alguns prejuízos. O objetivo é ainda em 2018 acabar a Casa do Mateiro e fazer também alguma intervenção no edifício novo do Centro Interpretativo do Vidro. Depois em 2019 procurar dar mais um empurrão nesta obra e

obviamente tentar dentro da medida das nossas possibilidades concluí-lo, porque seria dramático que aquele edifício fosse deixado ao abandono como alguns que temos no nosso concelho. =====

===== Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Anunciar que: O PSD gastou, 18 minutos e 42 segundos; O PS gastou, 7 minutos e 45 segundos; e CDS/PP gastou, 5 minutos 7 segundos; Este foram os tempos utilizados no “Período de Antes da Ordem do Dia”. Antes de passarmos propriamente ao “Período da Ordem do Dia” quero, dizer-vos que é um prazer enorme estar aqui a realizar esta Assembleia nesta sede da União de Freguesias, que é, também, um prazer enorme ver esta sala com metade do espaço ocupado pelo público – público que até já fez intervenções. Tudo isso, também, se deve à simpatia e disponibilidade do senhor presidente, das funcionárias da câmara que apoiam esta Assembleia – sempre incansáveis. Inclusivamente, um dos funcionários estava de férias e prontificou-se a vir de igual forma dar-nos apoio na parte do som. Não posso deixar de referir que também uma funcionária da Junta de Freguesia estava de férias e esteve aqui hoje à tarde a prepara a sala. Tenho de facto que deixar esta nota, porque isto denota uma vontade e uma disponibilidade das pessoas que o fizeram de uma forma perfeitamente graciosa e disponível, sem reivindicar qualquer coisa. Agradecer mais uma vez ao senhor presidente Manuel Alberto e passar-lhe a palavra antes de passarmos à Ordem de Dia. =====

===== Senhora presidente, agradeço, não estava à espera de uma intervenção neste momento. De qualquer maneira agradeço a vossa presença. Dizer que é um grande prazer para a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Macinhata da Seixa, Madail e Ul receber esta assembleia. Agradecer também a presença do executivo, o público, membros da assembleia e da comunicação social. Não me vou alongar. Desejo a todos uma boa discussão, a democracia é feita disto. É feita de divergências, e ainda bem que há divergências, ainda bem que há pontos de vista diferentes, é isso que faz com que nós possamos crescer e encontrarmos soluções. E ao contrário daquilo que muitas vezes as pessoas julgam, as discussões não são motivo de discórdia, mas sim de encontrar aquilo que é melhor para todos. Espero que corra tudo bem e que 2018 seja um ano profícuo para todos nós, em especial para os oliveirenses. Que sejam muito felizes e aquilo que seja difícil de resolver que sejamos capazes de encontrarmos as soluções e que nos faça crescer. Obrigado. =====

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====*

===== Seguindo os trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao Período da Ordem do Dia. =====

===== **Ponto um:** *Aprovação da ata número dois da Assembleia Municipal;* =====

===== *Presente para aprovação a ata: n.º 2 – Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em 23.11.2017.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Colocada à votação, a ata n.º 2 da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 23.11.2017 foi aprovada por maioria, com a seguinte votação: - a favor: trinta e oito votos; abstenções: uma do PSD.* =====

===== **Ponto dois:** *Regimento da Assembleia Municipal – Revisão de acordo com as alterações propostas em sessão de 23-11-2017- Aprovação;* =====

===== *Pela Assembleia Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== *Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi dito:* =====

===== *Foram feitas novas reuniões devido às propostas que foram feitas. Os líderes das bancadas encontraram-se e chegaram ao documento final o qual foi distribuído por todos os elementos.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do deputado Albino Martins.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Albino Martins do PSD.* =====

===== *Obrigado Senhora Presidente. Muito rapidamente, pois não tinha intenção de fazer esta intervenção, mas queria deixar duas notas, primeiro porque me esqueci no início, já foi aqui dito que estava ausente e substituído o nosso líder de bancada - Dr. Carlos Costa Gomes. Cumpre-me dizer que está retido doente na cama com febre alta e o médico proibiu intransigentemente de sair de casa. Daqui vão os meus cumprimentos e votos de que regresse rapidamente ao trabalho. Estando de acordo e apesar de termos aprovado na última Assembleia, uma pequena proposta, um pormenor que eu sugeri e que voltou a ficar lá, uma opção que não me satisfaz. Apesar disso vamos votar favoravelmente. Apenas um alerta que queria deixar, porque os grupos municipais que se reuniram para trabalhar este regimento aprovaram, estamos todos de acordo que se deva dar a palavra ao público em duas partes. De*

qualquer forma podem ter pensado que os 15 minutos seriam para cada elemento, mas não é. O que aconteceu hoje aqui, já vimos sem desprimor para qualquer um, todas as intervenções são importantes, não podemos compactuar com isto sob pena de invertermos os papéis – o público fazer o período de antes da ordem do dia e membros da assembleia fazerem o papel do público. Portanto, Senhora Presidente é um alerta que deixo no sentido do tempo do público que está estabelecido são 15 minutos mais 15 minutos – são para cumprir. Assim como os membros, e eu faço este apelo a todos os membros começando por mim, devem ser sucintos, não se devem repetir para sermos céleres e tornar importante aquilo que é importante. Deve ser apelado ao público para que aproveite a oportunidade mas que seja sucinto e que haja um rigor muito grande na distribuição do tempo pelo número de pessoas para que com síntese se possa trabalhar e valorizar até as intervenções do público. Muito obrigado. =====

===== Colocado à votação, o ponto número dois, foi aprovado por unanimidade. =====

*===== **Ponto três:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município; =====*

===== Pela Assembleia Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhora Presidente, basicamente o que estamos aqui a fazer é cumprir uma formalidade legal. Estamos aqui a apresentar a evolução dos níveis de execução do orçamento pela componente da receita, despesa e grandes opções do plano. Portanto, coloco-me à vossa disposição para responder às questões que queiram colocar. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia Municipal apreciou a referida informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município. =====

*===== **Ponto quatro:** Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 30.09.2017- Apreciação; =====*

===== Pela Assembleia Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Obrigado. O que estamos a fazer é dar-vos informação sobre aquilo que tem sido a execução do nosso Plano de Ajustamento Financeiro, no âmbito do programa de apoio à economia local. Aquilo que podemos obter da leitura deste documento é que os pagamentos em atraso a 30 de setembro de 2017 - desde dezembro de 2014 que estamos sem pagamentos em atraso. Isto não quer dizer que não tínhamos créditos com vencimentos superiores a 90 dias para pagar. Mas, esses créditos não são considerados pagamentos em atraso. A dívida total do município a 30 de setembro é de 19.471.000€ conforme podem ver no documento, aquilo que estava previsto no programa eram 17.4 milhões de euros, ou seja, temos aqui um desvio de cerca de dois milhões de euros. Aquilo que tínhamos de fazer era essa redução da dívida para cumprirmos aquilo que estava definido no plano de ajustamento financeiro. As dívidas de empréstimos a médio e longo prazo são de 13.285.596€. Nós temos uma redução de cerca de 2.9 milhões de euros até setembro de 2017 e temos que reduzir cerca de 200.000,00€ até ao final do ano para alcançar os objetivos a que nos tínhamos proposto em 2017. O endividamento líquido municipal a 30 de setembro de 2017 é de 9.8 milhões de euros, tivemos uma redução de 2.8 milhões de euros até setembro de 2017 e temos que reduzir 3.265 até atingirmos objetivo no final do ano. Ou seja temos que fazer um esforço adicional de mais 400.000,00€ em números redondos. O volume da dívida a fornecedores é de 1.664 milhões de euros, temos uma redução de 116.000,00€ face a dezembro de 2016 e está cerca de 255.000,00€ abaixo do estimado no plano para 2017, ou seja tínhamos previsto 1.918.861€ e temos neste momento 1.664.301€. Portanto o volume da dívida a fornecedores representa 4.51% das receitas totais do ano anterior e respeita um limite máximo de 40% que está definido na lei. O prazo médio de pagamento a fornecedores é de 43 dias e o que estava previsto no plano era 55 dias. Estamos aqui, também, dentro de máximo legal de cerca de 180 dias. Portanto, coloco-me agora à vossa disposição para quaisquer questões que me queiram colocar. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia Municipal apreciou o Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Ajustamento Financeiro. =====

===== **Ponto cinco:** 5.1. Documentos previsionais – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o ano 2018 - Aprovação; 5.2 Aprovação/Autorização das normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do ponto VII – aprovação dos subpontos 1.a) e b); e 2.; =====

===== *Pela Assembleia Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Bom, o Orçamento Municipal para 2018, algumas notas, muito breves e que são os números macro que importa reter. Nós, obviamente que estamos a falar de um Orçamento que é um orçamento que traduz um quadro de grande constrangimento orçamental, mas mesmo dentro desse quadro de constrangimento orçamental, era muito importante começarmos já a dar alguns sinais de orientações diferentes que queremos adotar, que queremos seguir em relação às orientações que vinham a ser seguidas no passado. Importa referir que não é em dois meses, porque nós temos e porque tivemos que trabalhar em contra relógio, a toda necessidade, com a extraordinária colaboração de um conjunto de colaboradores da autarquia que connosco até altas horas permitiram que nós hoje tivéssemos este trabalho feito e que é digno. Mas, como dizia eu, naturalmente, que estes dois meses não temos aqui as marcas distintivas de uma gestão diferente. Portanto, aquilo que eu tenho para vos dizer em relação a este Orçamento, em termos globais é de 40.5 milhões de euros, o nosso orçamento no passado já foi muito superior a estes valores. Mas, com a concessão da rede de água e saneamento, nós perdemos uma das nossas principais fontes de receitas, portanto o nosso orçamento é hoje bem mais modesto que no passado. O volume de investimento que está hoje previsto no plano plurianual de investimento é de 7.2 milhões de euros, é um investimento que traduz a capacidade financeira do município a investir num conjunto de obras que são algumas delas referenciadas pelas nossas juntas de freguesia, outras que dão continuidade a responsabilidades e compromissos sendo assumidos em planos plurianuais anteriores e outras que suscitam de manifestação que vos acabei de referir sobre o caminho diferente que queremos seguir. Dados aqui alguns números muito breves, a despesa total de capital prevista é de 13.2 milhões de euros e que incluiu os tais 7.2 milhões de euros de verbas previstas no PPI. Mais as responsabilidades da utilização dos empréstimos bancários, e quando comparamos estas verbas com as receitas de capital totais são de 5.8 milhões de euros. Fica claro e evidenciado o esforço do município na canalização de receitas correntes para o financiamento de despesas de capital ou despesas de investimento. Do lado da despesa corrente nós temos o valor de 27.3 milhões de euros e as rubricas mais importantes que compõem estas despesas, são as despesas com o pessoal. O município de Oliveira de Azeméis gasta cerca de 13.3 milhões de euros em encargos com pessoal, este valor é um valor que representa o aumento de 4% ao orçamento inicial de 2017. Mas quando estamos a falar em relação à execução o aumento real é inferior a 1,5% e este aumento, naturalmente, tem a ver com algumas admissões de colaboradores. Representa cerca de 40 mil euros, não é relevante dentro deste peso, mas tem a ver com, o descongelamento das carreiras e com o aumento do salário mínimo, com o impacto de 1,5% nas despesas com o pessoal. Outra rúbrica relevante*

nas despesas correntes é a aquisição de bens de serviços, 10.4 milhões de euros. Esta rubrica representa uma lotação global de menos 2% em relação ao exercício anterior. Como vos dizia esta proposta orçamental traduz alguma preocupação da uma nova definição de prioridades, e aquilo que nós temos é um conjunto de linhas estratégicas que nós vamos procurar valorizar neste orçamento. Nomeadamente a reabilitação urbana, onde nós incluímos um conjunto de obras que já há alguns anos aguardam requalificação como por exemplo a antiga Biblioteca Municipal, o Salão Nobre, a remodelação do Cineteatro Caracas, a mobilidade sustentável, a inclusão social, a competitividade e valorização do território, a atração do investimento no turismo e empreendedorismo, reforços financeiros às freguesias. Aqui dizer-vos que nós incluímos já neste orçamento um reforço de 15% nas transferências para as nossas juntas de freguesia. O apoio às pessoas e às famílias, com ações e projetos de ação social mantendo o IMI familiar nos 0.375% e os incentivos à natalidade que já vinham sido atribuídos pelo executivo anterior. Na área da educação incluímos um dos nossos compromissos eleitorais – o vale educação. E esta é uma das áreas prioritárias de investimento na melhoria das condições de ensino dos nossos alunos e conforme vocês podem observar na melhoria das instalações. Estamos a falar num investimento na ordem dos 100 mil euros, e também um investimento preconizado para as juntas de freguesia de mais 15% que se traduz num esforço de cerca de 230 mil euros para estas duas rubricas. Para além destas obras referidas na área da educação e na área da reabilitação urbana vamos dar especial atenção à requalificação do Bairro de Lações. Nós quando chegámos ao executivo camarário fomos confrontados com a perda de uma candidatura que terminou em 31 de outubro de 2017. Uma candidatura de 400 mil euros com 95% de participação de fundos comunitários, ou seja a autarquia era apenas obrigada a despende 20 mil euros do seu orçamento para a requalificação dos dois blocos que são propriedade da autarquia. Não completámos essa candidatura, porque precisávamos de fazer dois projetos de especialidade – um projeto térmico e um projeto acústico, que custava precisamente 20 mil euros e por causa disso perdemos essa candidatura de 400 mil euros. Nós não podemos permitir que aqueles edifícios continuem naquele estado e que as pessoas que nele habitam, vejam ano após ano promessas de que vão ser feitas requalificações e intervenções. São edifícios antigos, edifícios que foram construídos com materiais que hoje são materiais obsoletos, são materiais que se foram degradando ao longo de todos estes anos, e portanto, é necessário e urgente criar algumas condições de dignidade e habitabilidade para aqueles inquilinos que temos naquele espaço. A câmara municipal tem que ser um exemplo. Tem que ser um senhorio exemplar, nessa perspetiva aquilo que nós vamos procurar fazer, é pelo menos uma intervenção ao nível do telhado, da caixilharia e criação de condições de isolamento do edifício – procurar minimizar os problemas que hoje já começam a causar problemas estruturais no edifício. Pelo menos a implementação de uma primeira fase de requalificação do Bairro de Lações. Mas, vamos também, conforme já vos disse, na explicação que dei ao senhor deputado Nuno Jesus em relação ao centro interpretativo do vidro – vamos alocar uma verba de 350 mil euros para que esta obra não fique parada e se vá degradando. Vamos ter também investimento

substancial no prolongamento da rede de abastecimento de água, temos duas candidaturas: uma delas, já aprovada e assinada e a outra depende da construção de um reservatório. Estão desbloqueados terrenos, o trabalho foi feito muito rapidamente, estamos a criar as condições para que essa candidatura não se perca e tínhamos investidos mais 3 milhões de euros no alargamento na nossa rede de água. Estamos também a fazer uma intervenção nos arruamentos e nos caminhos agrícolas e florestais, esta intervenção está aqui plasmada no plano plurianual de investimentos. E como já referi aqui, um investimento muito forte na iluminação pública. Para vos dizer, também, que o que esperamos depois deste investimento é que nós consigamos gerar um “superavit” económico que nos permita fazer uma redução da dívida e ter no final de 2018 menos 4.1 milhões de euros da dívida do que temos em 2017. A dívida em 2017 ainda não está apurada como é óbvio, mas em vez dos 17.5 milhões de euros a dívida (é normal isto acontecer num ano eleitoral), rondará os 19/ 20 milhões de euros. Portanto, este orçamento é um orçamento feito com rigor, esse rigor manifesta-se naquilo que são as dotações no plano plurianual de investimento para os próximos anos e aquilo que nós fazemos é introduzir no orçamento critérios de razoabilidade, critérios de rigor, critérios de objetividade. Não faz sentido que nós incluamos num orçamento um conjunto de obras que se eternizam e tenhamos no plano plurianual de investimento, por um lado, obras que já se realizaram, já foram executadas e continuam no plano plurianual de investimentos, e por outro lado, obras que estão há dez anos por se concretizar. O plano plurianual de investimentos tem que ser realista, tem que ser objetivo, tem que incluir aquilo que são, as disponibilidades financeiras de intervenção do município. Aquilo que nós fizemos, não só para o exercício de 2018 mas projetando neste exercício a nossa capacidade até 2020, foi fazer essa afetação com a introdução de critérios objetivos para que todos percebam o quadro em que cooperamos. Não quer isto dizer que nós à semelhança dos outros municípios não iremos buscar cada cêntimo que esteja disponível dos apoios comunitários que surgirem. Portanto, quando esses serviços comunitários surgirem nós vamos candidatar-nos um conjunto de obras que temos interesse e temos vontade fazer e nessa perspectiva aquilo que acontecerá é que esses planos plurianuais de investimento traduzirão um reforço que vamos ter por via de financiamento desses fundos comunitários. Conforme vocês poderão observar este plano plurianual de investimentos traduz-se numa preocupação objetiva e esta já é uma dinâmica de gestão que nós vamos procurar introduzir nos próximos anos. Aquilo que nós estamos a fazer é ao invés de olharmos para um programa de desenvolvimento estratégico que tem três prioridades de investimento com trinta e sete rubricas, reduzimos e concentramos toda essa panóplia de investimentos em meia dúzia de áreas que consideramos fundamentais para o futuro e uma delas é a reabilitação urbana e a possibilidade de nós construirmos um edifício novo dos Paços do Concelho - que acomode os serviços e que responda às necessidades/ fluxos dos serviços e que nós tenhamos ganhos de eficácias substanciais. Mas queremos, também, criar a possibilidade de construirmos mais ciclovias neste concelho e criarmos aqui condições para a mobilidade urbana sustentável. Queremos criar/ construir um interface modal de transportes, obviamente que este interface dependerá de termos

interessados na sua utilização, mas esse é o propósito que vamos observar e depois, uma grande aposta na casa da cultura. Procurando uma reabilitação do Cineteatro Caracas, que permita conferir àquele espaço condições de segurança, conforto, para que as pessoas possam desfrutar de espetáculos. Digamos que a construção deste orçamento passa, sobretudo, por uma definição de novas prioridades e por uma definição de intervenções que vamos ter de fazer no sentido de libertar espaços, no sentido de pouparmos rendas. E com essas disponibilidades, naturalmente, temos possibilidade de fazermos outro tipo de investimentos. Terão, oportunidade de ver nas grandes opções do plano a matriz dos próximos investimentos. Perceber que à cabeça dessas grandes opções do plano estão os investimentos na educação e por ai se percebe que a aposta na formação dos nossos jovens é absolutamente fundamental para o nosso futuro e para o reforço da nossa competitividade no quadro regional, nacional e até internacional. Meus caros amigos, coloco-me à vossa disposição para analisarmos e discutirmos este ponto. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se os pedidos de inscrição de Susana Mortágua – Presidente da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca, Fernando Pais, Bruno Aragão, Albino Martins, Jorge Pereira e José Santos – Presidente da Junta de Freguesia de Ossela. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Presidente da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca - Susana Mortágua. =====

===== Esta minha intervenção vem no sentido de demonstrar a minha satisfação por ver neste Orçamento reconhecida e contemplada pelo Executivo Camarário o que é também uma das nossas propostas mais importantes, que é a Requalificação da Zona histórica da Bemposta. Consideramos que a valorização deste património é um dos pilares sobre o qual deve assentar a estratégia de desenvolvimento da nossa terra. Temos em Pinheiro da Bemposta, um património construído único no concelho, tendo a particularidade de se tratar de um ponto de passagem dos muitos turistas que percorrem o Caminho de Santiago. Apesar destas enormes potencialidades, dada a sua posição geográfica alheia às dinâmicas do quotidiano e com falta de outros atrativos, tem sido um potencial esquecido. Uma forma de encarar este desafio é pensar através do olhar do viajante que percorre o Caminho de Santiago. Como se pode “Descobrir Pinheiro da Bemposta e o Concelho de Oliveira de Azeméis pelo Caminho de Santiago”? Que experiência queremos proporcionar ao caminhante nessa passagem e como torná-la mais permanente? Sendo Pinheiro da Bemposta a freguesia mais a Sul e a primeira freguesia do concelho a receber estes turistas funciona como cartão-de-visita, tendo que ter, por essa razão, uma especial atenção. O reconhecimento desse valor e esta aposta no centro histórico da Bemposta deverá procurar dar dignidade ao espaço envolvente, aumentando a consciência individual das suas potencialidades. Esta requalificação deve ser acompanhada com uma forte

dinamização. Dinamizar o centro histórico da Bemposta constitui um enorme desafio, mas é um desafio que a União de Freguesias pretende encarar e levar avante e começando já este ano com o retomar da celebração do Foral de Figueiredo e Bemposta. Esta requalificação será acompanhada, portanto com ações imateriais que promovam a nossa história e a nossa cultura, para que o investimento que se faça possa ser ainda mais dignificado e justificado. 2018 é o ano europeu do património cultural, e é nessa perspetiva também que queremos deixar a nossa marca e afirmar o carácter dinâmico da nossa comunidade. Por outro lado, Santa Maria da Feira foi eleita "Capital da Cultura do Eixo Atlântico 2018", podemos aproveitar desta proximidade e tornar esta estratégia numa visão mais global daquilo que serão as nossas iniciativas, no âmbito da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria. É este desafio que lanço. Muito obrigada! =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Fernando Pais do PSD.* =====

===== *Nós, previamente, estamos conscientes da dificuldade natural que este município teve para elaborar um orçamento dado que apenas teve dois a três meses para o fazer. De qualquer maneira, nós ficámos um bocado desiludidos quando recebemos esta proposta de orçamento e plano plurianual de investimentos para este mandato. Porquê? Desde logo a primeira sensação que tivemos foi a constatação de que o exercício de poder é substancialmente diferente da tarefa de oposição ao mesmo. E aquilo que eu costumo designar como um choque de pretensões eleitorais com a realidade efetiva da governação. Pensamos nisto, porquê? Porque o documento que nos foi apresentado, em nada reflete aquilo que o executivo PS defendeu ao longo dos últimos anos, nomeadamente, na última campanha eleitoral elegendo entre vários aspetos, algumas bandeiras eleitorais: o investimento em água e saneamento com vista à cobertura total do concelho, a construção e melhoramentos de centros cívicos para todas as freguesias, o parque urbano municipal, o alargamento da rede viária e dotar as juntas de freguesia de melhores condições económicas e financeiras, a desoneração da área fiscal pelas famílias, nomeadamente, a redução de IMI e IRC, e para as empresas criando desde logo condições mais favoráveis para o investimento e a fixação industrial. Aliás os grandes investimentos para os próximos tempos são afinal obras e projetos já contratualizados por executivos anteriores. E em nada vemos nenhum sinal de que isto possa ser renovado. Projetos novos, prioridades que o PS assumiu na recente campanha eleitoral, não estão plasmados neste documento. Não há nenhum, sinal no orçamento quanto a estas questões. Assim, ao nível da receita, os munícipes e as empresas oliveirenses irão pagar mais 704.551,00€ em impostos diretos, o que perfaz um aumento de 6,3% relativamente ao ano anterior. Os impostos indiretos aumentam 26% e as taxas 17,6%, num acréscimo previsto da receita de 164.000,00€. Se ao menos este aumento de receita fosse sinalizado para investimento público ou municipal, nós até aceitaríamos que o caminho estaria a ser percorrido de forma correta. Contudo e apesar disso,*

o executivo PS prevê investir em saneamento 31.550,00€ para 2018 num total previsto ao longo dos 4 anos de 416.800,00€ não cumprindo com uma das suas promessas eleitorais de canalizar dois milhões por ano do orçamento municipal para ampliar a rede de saneamento. Esta é uma questão particular, evidentemente, foram cometidos erros no passado, mas esses erros têm que ser corrigidos e de acordo com aquilo que achamos que deve ser corrigido. Na água, o investimento previsto e que resulta da candidatura apresentada pelo executivo anterior, portanto aqui não há muito a decidir. Assistiu-se igualmente a uma diminuição real das transferências correntes e de capital para as juntas de freguesia – neste aspeto o Prof. Albino terá uma intervenção mais preparada e circunstanciada. Não nos cansamos, também de por um lado saudar o aumento das transferências correntes para os clubes, associações e instituições sem fins lucrativos que o merecem. Na nossa perspetiva é sempre insuficiente, mas é com apreensão que encaramos a redução de 33% nas transferências de capital ao nível do investimento em obras e equipamentos. Em suma a prometida Grande Praça não aparece, o Parque Urbano desapareceu, Casa da Juventude, o Arcádia, a Estalagem S. Miguel, continuam sem qualquer solução prevista. Mais do que isso não há nenhum sinal nesse sentido. Por último verificamos com alguma preocupação que há uma redução de um milhão e seiscentos mil euros num investimento municipal. Outra das questões que queria levantar e por ser um episódio jurídico, é uma questão que vem no plano plurianual de investimentos, nomeadamente, no que diz respeito à administração direta. Em que se prevê valores nos transportes rodoviários no valor de 248 mil euros e valores 395 mil euros, 600 mil euros e 800 mil euros para os anos de 2019, 2020, 2021. Nos aqui, senhor presidente, obviamente, que isto seria no plano ideal. Administração direta é de facto aquilo que idealmente todos os municípios deveriam fazer, ainda assim entendemos que deverá ser feito com alguma cautela porque implica sempre um investimento no pessoal. E nós sabemos que o pessoal custa neste momento à autarquia 30% do orçamento. A administração direta é uma situação que todos nós estamos de acordo, há que rentabilizar os meios humanos da câmara, mas deve ser feito com algum cuidado, porque depois começamos a ter uma situação incontrolável nesse aspeto. E mais não diria. Obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão do PS. =====

===== Muito boa tarde a todos. Sintam-se cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Aproveito para agradecer ao senhor Presidente de Junta a receção desta Assembleia neste auditório e para desejar a todos, sobretudo ao Município de Oliveira de Azeméis um excelente 2018. Minhas senhoras e meus senhores, senhor Fernando Pais: Efetivamente o exercício do poder é bastante diferente do exercício de oposição. Talvez por isso, e pela primeira vez nesta Assembleia, de forma formal ouvimos em relação à rede de água e saneamento a referência aos claros erros do passado. Efetivamente, o exercício do poder é diferente do exercício da oposição, mas verá que não para todos. Iniciado um novo ciclo

autárquico e concluído um processo eleitoral, este é o primeiro documento estratégico que nos cabe analisar. Um orçamento, sendo um plano de intenções e aspirações, é também espelho do quadro estrutural do município, dos constrangimentos a que está obrigado, das consequências de opções anteriores. Como dissemos repetida e exaustivamente, algumas dessas opções anteriores condicionaram fortemente o município e, também como sempre o dissemos, continuarão a condicionar. Excelentíssimos Senhor Presidente, Senhores Vereadores, o Partido Socialista não esquece, não faz tábua rasa, não ignora, não quer ignorar, todas as posições que foi tomando ao longo dos anos nesta matéria. Não ignoramos isso e sobretudo, como também já o dissemos, não temos duas caras. Mudaram efetivamente os atores políticos, como mudaram já noutras alturas, mas é agora diferente o grupo que os suporta nesta Assembleia e, nesse sentido, estamos muito conscientes da responsabilidade das nossas opções. Minhas Senhoras e Meus Senhores, o Concelho de Oliveira de Azeméis tem a segunda pior taxa de cobertura de redes de água e saneamento e deixou escapar, no devido tempo, os quadros comunitários dedicados. Tem uma rede viária muito degradada e que necessita de intervenção urgente e, sobretudo, planeada. Tem um património edificado altamente degradado e desprezado durante anos. Nunca teve um verdadeiro Centro Coordenador de Transportes, com tudo o que isso significa em políticas de mobilidade e centralidade regional. Não tem uma casa da cultura ou de espetáculos que lhe permita rivalizar e competir em atração com outros municípios envolventes. Tem uma dívida que continua a pesar, há quase uma década desde o início do Plano de Saneamento Financeiro. Sobretudo e mais do que a dívida, estamos obrigados ao cumprimento deste Plano de Saneamento que limita muitas das opções que poderíamos tomar, sempre o dissemos. É neste quadro que nos movemos. Não espere, senhor Presidente, da nossa parte, como já percebemos de outros, uma inversão de papéis ou de narrativa. Se a realidade não muda mais de quarenta anos de uma gestão que sempre criticámos, o papel que agora assumimos altera substancialmente o tom e a forma que queremos imprimir a estas discussões. Não nos ouvirá, por isso, expressões de júbilo, laudes à gestão, disparates comparativos com o quadro nacional, como tantas vezes aqui ouvimos. Senhor Presidente de Câmara, este não é o orçamento que o Partido Socialista desejaria para este concelho, nem o orçamento que este concelho precisa. Mas é, pela primeira vez, um orçamento que começa a inverter políticas e a iniciar um ciclo novo. É, pela primeira vez em muitos anos, um orçamento que inicia o cumprimento de compromissos eleitorais desde a primeira hora, como por exemplo o Vale Educação, de apoio às famílias, e o reforço das transferências para as juntas de freguesia, um aumento de 15% em relação ao exercício anterior. Defendemos durante anos este reforço. Foi uma das maiores consequências do Plano de Saneamento financeiro sobre a qual mais nos debruçámos. Sempre achamos possível e não podemos deixar de salientar a medida neste primeiro orçamento. Num novo quadro de relacionamento autárquico, estamos certos que os Senhores Presidentes de Junta sentirão este reforço, ainda que para muitos, e face aos valores de partida, a dimensão da obra continue a ser imensa. A autarquia continua obrigada ao cumprimento de um Plano de Saneamento Financeiro e de uma dívida que está, dez anos depois e com consequências claras

na nossa competitividade, em cerca de 19,5 milhões de euros. O seu pagamento, que estamos obrigados, limita, como sempre o dissemos, a capacidade de investimento da autarquia. Mas há opções que mostram como finalmente é possível começar a inverter o ciclo. O Plano Plurianual de Investimentos é talvez, em todos os documentos que analisaremos na Assembleia de hoje, o que melhor espelha este grilhão de forças em que nos movemos: 1. A realidade e os problemas do concelho que sempre sinalizámos e criticámos; 2. Os constrangimentos financeiros e a dívida que limita a capacidade do município; 3. Um novo quadro de investimentos, realista e conservador, que não promete um início de mandato milhões de muito para coisa nenhuma. Para os desiludidos, bastará recordar, apenas como exemplo, que para o ano de 2016 o município foi prevendo, desde 2013 e nos anos subsequentes, 14,1 milhões de euros, que passaram para 11,1 milhões de euros, depois para 7,5 milhões de euros, e no orçamento para o próprio ano a previsão era já 4,8 milhões de euros. Meus senhores, para esse ano, o valor executado em sede de PPI foi de 3,8 milhões de euros. O PPI que agora aprovamos representa neste momento 20% do total do orçamento, um valor superior ao que o município tem vindo a conseguir executar. Nenhum de nós pode achar suficiente ou ficar conformado. Senhor Presidente, esperamos que o início da sua gestão, que a racionalização de recursos que irá imprimir, por exemplo e de forma urgente, em relação às excessivas rendas que o município paga atualmente, possa libertar recursos financeiros para reforçar os níveis de investimento. A recuperação de edificado urbano inscrito no PPI é um sinal evidente dessas prioridades e das novas prioridades do município. Senhor Presidente de Câmara, Minhas Senhoras e Meus Senhores, o Partido Socialista votará favoravelmente este orçamento, pelo menos nos últimos 16 anos, o primeiro orçamento que votamos favoravelmente. E votamos porque agora somos maioria e é isso que é esperado de nós? Não, de todo. Porque nunca votamos contra um orçamento em início de mandato quando se tratou de novo ciclo político e com novos atores. Porque percebemos os constrangimentos que herdamos e temos consciência de que não se constrói em quatro o que não se fez em quarenta. Como o dissemos vezes sem conta nesta Assembleia e, mais importante, olhos nos olhos, a todos os oliveirenses, na última campanha eleitoral. O exemplo mais claro será naturalmente a Rede de Abastecimento de Água e Saneamento. Mas votaremos favoravelmente, sobretudo, porque iniciamos finalmente a inversão de políticas pelas quais sempre lutamos. Sem euforias, mas com esperança. Muito obrigado.==

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== Senhora Presidente Susana Mortágua, obviamente que a zona da Bemposta é fundamental para nós. A zona histórica é fundamental para o concelho, não só para a freguesia do Pinheiro da Bemposta, mas para a promoção e valorização da história de Oliveira de Azeméis. Nós estivemos no gabinete de apoio técnico que no ano passado fez um trabalho extraordinário de requalificação daquele espaço, entretanto, fomos cometendo um ou outro erro

de planeamento, um ou outro atentado contra a preservação daquela memória histórica, mas estamos de acordo que é muito importante a sua requalificação. É muito importante a sua dinamização, não só porque por ali passam muitos caminhanes, mas porque é importante darmos a conhecer aquele património a toda a comunidade oliveirense. Há muita gente que não conhece aquele património e há muito menos gente ainda a reconhecer todo o seu potencial de valorização. É absolutamente, importante que nós percebamos, aquilo que temos, que é nosso, único e distintivo. Que traduz a nossa especificidade e tenhamos aí sim uma grande capacidade para nos concentrarmos na afirmação desta especificidade. E é isso que nós estamos a fazer. Referiu o exemplo da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria: nós vamos olhar para estas questões da valorização do território com uma preocupação diferente da preocupação que temos tido. A valorização dos territórios não se faz apenas no plano económico faz-se também neste plano da afirmação da valorização das tradições, dos nossos costumes, do nosso património arquitetónico, da nossa história. Vamos já procurar uma oportunidade que vamos ter, na participação da BTL, que vai ser feita num quadro de cooperação com todos os municípios que integram a Associação de Municípios de Terras de Santa Maria uma tentativa de afirmação desta realidade que temos nesta região que naturalmente é complementada com essa que referiu de Santa Maria da Feira. Nós percebemos todos, os presidentes de câmara que compõem esta associação, que é extremamente importante que nós tenhamos estratégias próprias e individuais para que cada um por si valorizar o seu território, mas há um conjunto de respostas que serão mais eficazes se forem dadas num quadro de concertação que são dadas em conjunto. Portanto, aquilo que fizemos foi promover um trabalho de afirmação de toda a realidade territorial, das tais especificidades de cada território, vamos aumentar a área de participação na BTL e vamos procurar nós, Município de Oliveira de Azeméis, fazer um trabalho próprio que corresponde à nossa vontade de afirmação da realidade da Bemposta e de outras regiões do nosso concelho. Para que essas realidades sejam do conhecimento de todos aqueles visitantes e operadores turísticos, e procurar dessa forma que o nosso território seja visitado e que esses visitantes tragam para o nosso território dinâmicas económicas e sociais que são determinantemente determinantes. Senhor Fernando Pais: Sei que a expectativa dos oliveirenses em relação a este executivo é elevada. O senhor já perdeu todas as expectativas em relação a este executivo, e apenas em dois meses o senhor consegue dizer que este executivo não fez rigorosamente nada daquilo que foram os seus compromissos eleitorais. Bom, deixe que lhe diga e o situe: da leitura atenta deste orçamento, o senhor, percebe que duas das propostas que nós tivemos em sede de compromissos eleitorais, e nós temos que lhe dar esse benefício da dúvida se me permite. Nós cumprimos com aquilo que prometemos, o mesmo já não podemos dizer de outras práticas do passado. Por isso é que temos uma das piores taxas de cobertura de água e saneamento do país. Esta é que é a realidade este é que é o legado. Mas deixe que lhe diga, se esteve atento à minha explicação, este orçamento inclui já duas das nossas propostas. Dois, dos nossos seis compromissos que apresentamos aos oliveirenses. E esta questão do vale educação e do reforço no apoio às juntas de freguesia em 15% está já traduzido

neste orçamento. Em dois meses conseguimos acomodar neste orçamento, conforme já lhe disse foi de difícil construção e percebe porquê, se perceber que temos uma dívida entre os 19 e os 20 milhões de euros. Mas no próximo orçamento vamos conseguir acomodar outros nomeadamente, a questão do apoio aos medicamentos e vamos construir outras respostas. Naturalmente, que o senhor percebe que as grandes obras que são feitas pelas autarquias, são obras que são possíveis de ser feitas quando existe financiamento comunitário. Portanto, logo que exista fundos comunitários disponíveis, nós estaremos atentos e iniciaremos o caminho que for necessário fazer, que for necessário percorrer para que aquilo que foram os nossos compromissos com os oliveirenses sejam uma realidade. Agora não temos nenhuma dúvida em relação a isto: é que o caminho que vinha sendo seguido nos trouxe até aqui. E a realidade já foi aqui suficientemente caracterizada. A sua preocupação em relação às transferências de capital, uma preocupação que eu entendo, mas repare: as transferências de capital têm na sua génese a complementos - fundos comunitários. E a componente dos fundos comunitários é absolutamente determinante para a composição dessa verba. O que é que acontece? Acontece que nós somos o único município da Área Metropolitana do Porto que tem uma taxa de execução zero, no seu plano estratégico de desenvolvimento urbano e no seu programa de coesão e envolvimento territorial. E termos uma taxa de execução zero, mas para além da taxa de execução zero, temos uma particularidade ainda mais grave: temos uma ausência de projetos. E estou extremamente preocupado com o dossier Cineteatro Caracas. Porque o senhor diz que há aqui um conjunto de obras que nós herdámos e estamos a dar continuidade. O senhor está completamente enganado. As candidaturas estavam todas a cair. Todas as candidaturas estavam perdidas. A candidatura do Cineteatro Caracas não tem sequer nenhum tipo de projeto de especialidade definido. Nós neste momento o que temos é um estudo prévio. Um estudo de arquitetura que vai ser concretizado mas não temos nenhuma especialidade prevista, veja lá o nível de responsabilidade com que estávamos a tratar este concelho. Um equipamento com estas características, não tinha projeto de especialidade de som, de vídeo, de lighting, etc. Por aqui percebe o estado da nação. Aqui percebe a dificuldade e o quadro de constrangimento com que estamos a lidar. Mas, também está enganado em relação à questão da água. Conforme lhe expliquei fomos nós que tivemos que criar condições, porque efetivamente, tínhamos uma candidatura de 3.2 milhões de euros, mas só estava aprovada uma pequena parte dessa candidatura. A candidatura mais substancial, de 2.4 milhões de euros estava condicionada à construção de um reservatório R17. E foram essas condições que nós criamos para que essa candidatura não se perdesse. Mas, ainda não está resolvido ou garantido... Estamos a trabalhar nesse sentido. Deixe que lhe diga um ou outro aspeto que eu acho absolutamente formidável: Eu acho que estas questões da rede de água e saneamento são questões demasiado, sérias para nós procurarmos introduzir ruído na sua discussão. Nós temos esta realidade que eu já aqui referi. Temos a segunda pior taxa de cobertura da rede de água e saneamento do país e muito rapidamente e infelizmente vamos ser o pior município dos país. Porque o município que ocupa neste momento a derradeira posição está a fazer investimentos fortes para a resolução do seu

problema. Nós tínhamos quadros comunitários de apoios que permitiam precisamente atender a este tipo de problemas, criar este tipo de infraestruturas. Este tipo de infraestruturas como sabe são básicas e nós tivemos outro tipo de prioridades, e eu respeito as prioridades que foram decididas. As prioridades que foram decididas são um tipo de gestão. Mas o que é um facto é que temos este problema por resolver e é de grande seriedade. Para o resolver é preciso uma grande dotação financeira e eu nunca disse que resolveria o problema da rede de água e saneamento em quatro anos. Eu nunca disse que resolvia da água e saneamento com um milhão e meio de euros de esforço do nosso orçamento. Eu disse que essa seria uma das estratégias e disse sempre que se calhar teríamos que a complementar com uma ou mais estratégias. Agora aquilo que deve ser feito, e está a ser feito é definir este problema como uma prioridade. E para este executivo, este problema é uma prioridade. E não é pelo facto de estarem 38 ou 40 ou 50 ou 60 mil euros no ano 2018 ou 100 ou 150 mil euros nos anos seguintes, que nós vamos resolver este problema. Este problema precisa de 40 a 50 milhões de euros para ser resolvido. E pode ser resolvido conforme eu disse. E volto a afirmar: com o esforço orçamental da própria autarquia, ou seja, com os tais 1.5 ou 2 milhões de euros em dez/ doze anos fazer investimento nesta rede, investimento sendo em áreas de menor densidade populacional ser reprodutivo e permitir o alargamento do investimento a outras zonas mais remotas e de maior complexidade técnica. Podemos renegociar o contrato de conceção. É isso que nós estamos neste momento a fazer, à espera das possibilidades e a influenciar a tutela alertando-a para a gravidade deste problema, um município com estas características com esta importância económica corre riscos de perder neste momento empresariais substanciais. Porque hoje os grandes investimentos que se operam na Europa, são extremamente exigentes e procuram territórios sustentáveis. Nos temos este problema, sério e de difícil resolução. Por isso não vamos transformar este problema num problema menor, nem de chacota política. É um problema a que nós estamos a dar a devida atenção, já fizemos pelo menos duas reuniões, e quando estou a falar nisto são ao mais alto nível com responsáveis da INDAQUA. São reuniões onde nós procuramos na primeira fase explicar-lhes qual era a postura deste executivo e numa segunda fase para dar soluções e resolver os problemas. Deixe que lhe diga que em princípio tenho uma reunião já agendada com o Senhor Ministro do Ambiente, para lhe apresentar este problema que temos no nosso município, e naturalmente, pedir ao senhor ministro que nos ajude na sua resolução. Este é um caminho que tem que ser feito e que passa em primeiro lugar não por esconder o problema, mas por reconhecê-lo. Por reconhecer que este é um problema de saúde pública, um problema ambiental gravíssimo, mas sobretudo um problema que afeta a nossa qualidade de vida e a competitividade deste território. Portanto, quem tem estas funções e quem olha para elas como nós temos olhado, não pode transformar este problema num problema de mera promessa eleitoral, e estamos conversados em relação a promessas eleitorais – não vamos estar a repisar este assunto. O que importa neste momento é que todos os elementos que compõem o conjunto camarário tenhamos a capacidade de se não ultrapassarmos totalmente este problema e ultrapassarmos as metas do PEAASAR tenhamos a possibilidade de o dublar em grande parte.

Senhor deputado o senhor diz que os impostos vão aumentar 700 mil euros. Um orçamento como sabe é um documento provisional, portanto aquilo que escrevemos no orçamento depois no final de 2018 vai ser sujeito a verificação e assim perceber os níveis de execução. Eu dou-lhe um exemplo só para o senhor perceber a contextualização daquilo que o senhor acaba de dizer: no ponto 3 desta assembleia, nós no orçamento de 2017, estavam previstas para transferências de capital 5.77 milhões de euros. Era isto que o executivo anterior pretendia ter em termos de transferências de capital. Sabe quanto é que está executado no ponto 3? Como teve oportunidade de apreciar há pouco, com execução a 8 de setembro de 2017 – 1.26 milhões de euros. Estamos a falar de 21.96% daquilo que nos propúnhamos arrecadar, quer isto dizer, que estamos a falar de 4.5 milhões de euros. Nós não optamos por este tipo de via. Aquilo que nós procuramos fazer é introduzir critérios de rigor nos orçamentos. Deixe que lhe diga o seguinte em relação às obras por administração direta: ninguém compreende que o município com os funcionários do programa “Aproximar Educação” - cerca de 800 colaboradores, tenhamos capacidade de fazer administração direta que é praticamente residual. Eu não quero que os colaboradores da autarquia sejam meros tapadores de buracos. Nós temos que ter capacidade interna para mover um conjunto de respostas que são fundamentais. E por isso é que nós não podemos deixar que o nosso parque de máquinas se degrade como acabou por degradar, não podemos deixar que os funcionários trabalhem com ferramentas que não cumprem as normas de segurança, não podemos deixar que os colaboradores trabalhem sem equipamentos individuais de proteção, que não tenham formação para trabalharem com plataformas, com equipamentos em altura, elétricos, etc. Nós temos um caminho enorme para fazer, mas com a preocupação de sobretudo termos a capacidade de dar um conjunto de respostas céleres e que muitas vezes não são céleres porque obrigam a um conjunto de procedimentos concursais que as tornam morosas. Portanto, nessa perspetiva nós temos que ter capacidade interna para atender a um conjunto de necessidades que nos são transmitidas pelas nossas juntas de freguesia e pelas nossas populações. É evidente que para nós fazermos essas intervenções por administração direta é muito importante que nós tenhamos recursos humanos. E por isso o sinal que nós demos, em termos de contratação, vamos falar nisso num ponto mais à frente, foi exatamente que os únicos funcionários que nós pretendemos admitir são funcionários para reforçar esta área. Dos seis funcionários, três são jardineiros e três deles são para reforçar esta área. Estes não são maus investimentos, são excelentes investimentos. Os maus investimentos são os colaboradores que nós admitimos não por mérito, não porque são importantes para a organização, mas por questões de servilismo político. Esses é que nos trazem a este tipo de problemas que temos hoje. E é isso que nós não queremos que aconteça. Nós não somos daqueles que achamos que a função pública, os mecanismos públicos fazem pior que os privados e que estão condenados. Nós não temos essa visão do poder autárquico, não temos essa visão das nossas responsabilidades e aquilo que nós vamos procurar fazer, senhor deputado, é criar condições para que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis tenha capacidade para promover um

conjunto de projetos e capacidade para concretizar no terreno um conjunto de projetos. Isto é absolutamente fundamental e inegociável para nós.=====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Albino Martins do PSD. =====

===== Bem, eu estou em sintonia com o meu colega Fernando Pais e bastante desiludido com este orçamento. Sobretudo por aquilo que ele representa em contradição das promessas propagadas em campanha eleitoral e não só. E também acho que não há milagres e uma coisa é estar na oposição e outra é estar no poder. Eu ouvi com atenção as intervenções anteriores, mais concretamente do senhor deputado Bruno Aragão e do Senhor Presidente da Câmara em respostas e a opinião com que eu fiquei.... Perdoem-me este não é o meu papel – fazer apreciação de quem me antecedeu, mas não resisto. Eu conheço minimamente as intervenções do senhor deputado Bruno Aragão em mandatos anteriores. E parece, senhor deputado, que o seu discurso continua a ser da oposição. O senhor desculpe, mas acorde que o senhor já está no poder, não está na oposição. Da mesma forma que o senhor presidente pareceu-me responder àquilo que foi questionado à maneira como entendeu, mas também, me pareceu que falou demasiado no passado e pouco no futuro. Também, não está na oposição, está no poder. E de onde vem a desilusão? Alguns números, e eu gostaria aqui de contestá-los e peço desculpa se erro, porque não sou um especialista na matéria, mas o Senhor Presidente vai-me esclarecer, primeiro foi aqui usada como bandeira, pelo senhor presidente, as duas grandes medidas que são o cheque educação e os 15% às juntas. Perdoe-me, mas o cheque educação apesar do mérito que você teve nós temos que reconhecer que o executivo anterior ofereceu os livros ao 5 e 6 ano de escolaridade – iniciativa da Câmara Municipal, vai deixar de o fazer porque o Governo já se comprometeu em fazê-lo. Portanto, é tirar de um lado e pôr o outro. Perdoe-me mas não há assim tanta vantagem nisto. Quanto aos 15% de aumento, não consigo vê-los, e daí possa estar a ver mal. Mas o que eu li é que as juntas de freguesia vão perder 7,3% nas transferências correntes e 38% nas de capital e ficarão com menos 142.580,00€. Há de haver aqui outras formas de compensar, mas aquilo que eu leio é o que está escrito no orçamento. Até porque as outras formas de compensar, gostaria de saber os critérios que vão usar. Portanto, durante muito tempo, ouvimos o Partido Socialista dizer que era necessário inverter a tendência crescente das despesas correntes para reforçar o investimento, ou seja as despesas de capital. Vimos aqui que não é tanto assim. Senhor Presidente, é certo que já explicou a questão dos apoios comunitários, mas isso não justificará tudo. Foi exatamente este o ponto muito batalhado, a questão do investimento e não as despesas correntes. Não vemos tanto assim. De certa forma, contrariando tudo o que eu disse antes, e surpreendentemente vemos que as transferências para as instituições sem fins lucrativos, portanto, clubes, associações culturais, desportivas, recreativas sofrem um incremento de 55,6% no total de 460 mil euros. Neste panorama de contenção ficamos absolutamente espantados com este valor. Queremos um

esclarecimento, porque em face a isto podem-nos perguntar a quem se destina. Estará aqui algum apoio reforçado a algum movimento associativo? E se assim é, em que moldes? É certo o Senhor Presidente falou aqui em um regulamento, não há novidade, há que o pôr em marcha. Tem mais de dez anos a criação do regulamento de apoio a entidades e organismos que procura criar igualdade, equidade e justiça na atribuição desses apoios. As condições financeiras do município levaram à suspensão das atribuições correntes e conseqüentemente o regulamento foi posto na gaveta. Já lá vão uns anos. No entanto, excetuaram-se os apoios à formação no desporto e na música. Esses apoios que se mantinham até há bem pouco tempo.... E a minha pergunta é: -São para continuar? Essa é uma questão que ponho ao Senhor Presidente também. Há clubes com dezenas e centenas de crianças e jovens em escalões e diversas modalidades e esse é um trabalho inestimável em prol dos nossos jovens. Vai a Câmara continuar a acarinhar este trabalho, da mesma forma ou de outras formas? Temos no concelho várias bandas de música centenárias, uma será mesmo a mais antiga do país. Todas têm as suas escolas de música onde formam crianças e jovens, todos os anos engrossam as fileiras. Em alguns casos de maior sucesso nasceram mesmo valores para a música que se afirmam a nível nacional e até mesmo internacional. Vai a Câmara continuar a olhar para estas escolas de música? Senhor Presidente, este é um pequeno apanhado de algumas questões que quero pôr, mas reforço aquilo que disse de início. Nós entendemos perfeitamente que dois ou três meses, não dão para mostrar aquilo que valem. E estamos esperançados, também, nós que lutamos pelo nosso concelho – que sejam capazes de fazer melhor. Mas é preciso dar sinais. E esses sinais podiam começar a ser dados no PPI. Podiam começar a ser dados e parece-nos que não são suficientemente dados. Inclusive as grandes obras podiam ter um sinal e parece-me que não estão aqui espelhadas. Finalmente a questão da administração direta, não era a questão que me trazia, mas o Senhor Presidente falou. Desculpe, mas vou ter que questioná-lo também sobre isso. Eu penso que tocou no ponto certo, a administração direta está demasiado frágil, não tem recursos humanos nem equipamento. Será vantajoso fazer esse investimento? Ganhar-se-á vantagem com esse investimento? Há distância de talvez décadas se calhar consegue-se, mas cá estaremos para ver Senhor Presidente. Fazemos voto que assim seja, muito obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Jorge Pereira do CDS/ PP. =====

===== Boa noite. Excelentíssima Senhora Presidente, da Assembleia Municipal, senhores Secretários, senhores Vereadores, Senhores presidentes de junta aqui presentes – em particular, senhor presidente anfitrião. Senhores membros da Assembleia, oliveirenses, comunicação social, os meus cumprimentos. Aproveito já para desejar boas festas e votos de um excelente ano 2018. Senhor Presidente da Câmara, a análise que o CSD/ PP fez a este documento, que apesar de ser uma estimativa por alto, o quadro plurianual de programação orçamental deixa à semelhança dos orçamentos dos executivos anteriores, revelado uma tendência de um aumento

progressivo da despesa corrente e uma tendência para manutenção das despesas de capital, ou seja, não investimento. Carece, portanto, de estratégias que prossigam políticas de maior investimento no desenvolvimento do município, seja por opção mais acelerada ou renegociação da dívida municipal, seja por encontrar rendimentos suplementares, nomeadamente, no aproveitamento de financiamentos por parte do atual quadro comunitário de apoio. Verifica-se também que nos anos passados e recentes, não houve nem projetos, nem candidaturas, nem financiamentos dos quadros comunitários de apoio, com exceção de uma parte sobrança de um crédito. Já ao nível das grandes opções do plano para 2018, na página 120: as grandes parcelas dos investimentos aqui contemplados, são na área da educação, remodelação das escolas, Básica e Secundária de Fajões e a Ferreira da Silva em Cucujães. Agora quanto aos investimentos, no abastecimento de água há uma previsão de perto de 2,5 milhões de euros para 2018 estando definido ainda apenas cerca de um milhão. Mas para os anos seguintes, a Câmara demonstra de que ainda não tem qualquer solução de investimento para apresentar aos oliveirenses. Gostaríamos de ficar mais tranquilos, Senhor Presidente. Se o Presidente, nos pudesse elucidar como vai ser resolvido o problema da água no que concerne às ligações de água dos ramais aos particulares, já que a concessão da INDAQUA apenas contempla o fornecimento. No tocante a transferências de verbas para as freguesias houve uma promessa eleitoral que o executivo não pretenderá deixar de cumprir. As transferências correntes evoluem de 1.100.000€ em 2018 até cerca de 1.200.000€ em 2021. Mas, também, aumentam em proporção semelhante às transferências para a Associação de Municípios. Já as transferências de capital vão de 90 mil até 143.500,00€ em 2017/2021. Mas em 2018 o valor orçamentado é inferior ao que o anterior executivo orçamentou para 2017. As transferências de capital para as juntas em 2017 estavam orçamentadas em 145.980,00€ ou seja mais 55.980,00€ do que em 2018 e nas transferências correntes 1.186.800€, mais 86.800,00€ do que em 2018. Não sabemos afinal qual será a execução orçamental destas rubricas em 2017. E em que medida é que estes números traduzem efetivamente o valor de transferências. Desta forma pedimos ao Senhor Presidente para nos dizer afinal qual é ao certo. Para sabermos que as transferências eram x e com este novo executivo vão passar a ser y. Como é do conhecimento público, o CDS partilha da ideia que devem ser dados mais recursos às freguesias. No tocante ao plano plurianual de atividades mais relevantes e relativos a eventos verificamos que houve a opção de deixar cair a Volta a Portugal em Bicicleta... Constatamos, também, que para as Festas de La-Salette, duas semanas da festa maior do concelho, há uma previsão de 50 mil euros. Para o Mercado à Moda Antiga, dois dias do maior movimento associativo do concelho, há uma previsão de 45 mil euros. Já para a “Sénior Party”, ao que julgamos um dia, se estima gastar 50 mil euros. Tanto como as Festas de La-Salette e mais do que no Mercado à Moda Antiga. Gostaríamos que nos fosse feita uma antevisão que torne evidente a divergência deste montante. Na rubrica das rendas e alugueres, pág. 134, verificamos com agrado uma diminuição progressiva dos encargos com as rendas ao longo do mandato. Desde 715 mil até 400 mil euros em 2021. Pedimos ao Senhor Presidente que nos elucide como vai ser conseguida esta diminuição. No

PPI, na pág. 121, em equipamentos e grandes reparações de equipamentos de transportes está lançada uma estimativa de 215 mil euros. Tratando-se de um valor excecionalmente alto, em termos comparativos com anos anteriores pedimos para nos esclarecer. Senhor Presidente, verificamos ainda que o serviço municipal de Proteção Civil tem uma despesa com o pessoal na ordem dos 146 mil euros, constando-se ainda no mapa de pessoal da Câmara a existência de apenas um funcionário afeto a esse serviço com uma despesa total de 459.600,00€ sendo apenas 97.300,00€ para as instituições sem fins lucrativos. Senhor Presidente, certamente que nos irá apresentar os esclarecimentos sobre esta situação assim como a razão de estar orçamentado zero euros para o serviço municipal de Proteção Civil em 2018. Por último constatamos ainda a reabilitação do edifício salão nobre e o edifício da antiga biblioteca, obras mais prementes, aliás tem o CDS em boa conta que a Câmara Municipal não tenha solicitado o contributo do CDS para elaboração do plano. Mostramos o nosso agrado pelo facto do executivo ter atendido a estas duas obras que constavam do manifesto eleitoral do CDS. Obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ossela – José Santos. =====

===== Boa Tarde a todos. Os meus cumprimentos para a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e seus Secretários, ao Sr. Presidente da Câmara e seus Vereadores e Vereadoras, colegas Presidentes de Junta, Membros desta Assembleia, Comunicação social e Público. Aproveito para desejar a todos um Excelente Ano Novo de 2018. Ossela é a maior Freguesia do nosso Concelho de Oliveira de Azeméis, com 17,89 Km² e cerca de 70 Km de via pública, conhecida mundialmente por ter sido a terra natal do escritor Ferreira de Castro, o que muito me honra. Os osselenses, brindaram-me com uma das maiores maiorias de sempre, e, assim mais peso colocaram nos meus ombros para defender os seus e também nossos interesses. Tudo isto para dizer que me sinto extremamente triste pelo que constatei no PPI do nosso Município para 2018 para a freguesia de Ossela, onde foram, reduzidas para menos de metade as obras que aí figuravam no ano de 2017, onde o volume de obra totalizava para 2018 o valor de 310.500,00€. Hoje, reparo e vejo para o ano de 2018 a magra verba de 20.000,00€, distribuída em duas obras apenas. Depois de ouvir ontem, na reunião conjunta com os meus colegas Presidentes de Junta, o Sr. Presidente da Câmara, enumerar tantas economias que fez em muitos eventos e obras, ainda mais confuso fiquei. Mas só queria perguntar ao Sr. Presidente o que pensa fazer do estudo prévio que se encontra feito nos Serviços da Câmara Municipal do Polo Multigeracional, que se encontrava para uma candidatura ao PEDUR de um bolo que já se encontra aprovado e no qual estaria incluída, (refiro-me à antiga Escola de S. António), que pura e simplesmente desapareceu do PPI. Obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão do PS. =====

===== *Obrigado Senhora Presidente, agradeço esta segunda oportunidade. Porque, naturalmente não podia deixar de responder a uma expressão que me parece extremamente deselegante e até bastante inadequada. Tenho até um forte sentido do ridículo normalmente e até uma boa dose de estupidez natural para encaixar estas coisas. Mas, permitam-me que lhes diga, que os senhores é que acordaram para os problemas, para os erros claros e até para as ingenuidades que foram cometidas e para a necessidade de as resolver. Bem-vindos! O Partido Socialista tem estado cá há muitos anos e aliás como viram não alterou nem as suas preocupações nem a forma de fazer intervenções. Afinal agora poderemos ver quem é que é sempre do contra, nestas questões todas. Embora hoje possamos compreender como é que os senhores acreditaram em promessas a quatro anos e embandeiraram todos, mesmo quando o Partido Socialista, de forma até histriónica, disse que eram um absurdo esse tipo de coisas. Já percebemos como é que houve registos que não mudaram. Agora há uma coisa que não vamos permitir como não permitimos antes: é que não nos venham com a história de que o passado não conta... Que agora é o futuro... Este conceito sempre foi o futuro. Sempre foi o futuro o que nos preocupou. Permita-me que lhe diga: Já era esse futuro que nos preocupava em 2007, quando o senhor era vice-presidente desta autarquia e passámos de uma dívida de 16 milhões para uma dívida de 55 milhões. Ficámos obrigados a um plano de saneamento financeiro que na altura ainda que com os juros que tínhamos, e era esse futuro que já nos preocupava na altura. O futuro é hoje, o presente. O futuro são hoje 19,5 milhões de dívida que ainda temos por pagar. O futuro são os próximos anos e os constrangimentos em termos de execução e são estes últimos 8 anos, em que não estive ao exercício no exercício de funções e em como podem ver, e os senhores afinal reconhecem, que tivemos constrangimentos claros na execução, na capacidade de execução do município. Não deixaremos cair esta questão como o nunca deixámos para trás. E isto é que é um salto na nossa capacidade de discussão. Finalmente os senhores reconhecem que há problemas claros. Finalmente os senhores dizem: “...bom agora que este executivo teria que fazer já um conjunto de obras que afinal não foram feitas.” Ok! Há um progresso. Esperávamos no mínimo que dessem não só ao executivo mas também à Bancada do Partido Socialista, alguma credibilidade depois de tantas falhas, de tantos anos de promessas e de tanto incumprimento. Obrigado.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Albino Martins do PSD.* =====

===== *Senhor deputado peço desculpa se o ofendi com a minha intervenção – não foi essa a intenção. Mas não posso deixar de responder rapidamente à questão. Para mim é delicada e muito importante, já que foi buscar a questão da dívida. Quero-lhe perguntar, porque estava cá, se se lembra quem é que parou a dívida, quem é que a travou? Quem é que planificou o seu pagamento que ainda hoje está a ser feito e que vai ser feito continuamente. Dá-me a impressão que neste tempo todo ninguém o disse. Inclusive o grande responsável teve a*

humildade suficiente em não o apregoar aqui. Mas eu não tenho vergonha nenhuma de o dizer que o grande responsável pela travagem do comboio foi o anterior líder da bancada do PSD - Dr. António Rosas. Deve-se a ele a responsabilidade da travagem da dívida, que não era só do período de sete a oito anos era de mais anos. E vocês sabem que durante o vosso mandato as dívidas não se vão resolver todas, mesmo aquelas que há vontade de resolver. Uma empresa, uma casa desta dimensão vai ter sempre dívidas. É bom sinal, é sinal de progresso. Mas a dívida que foi feita, foi feita à custa de muitas obras que se fizeram e que nunca se tinham feito nesta terra, neste concelho e que estão aí para durar. Por isso é preciso que se conheça bem a história, e o Dr. Bruno Aragão sabe bem disso. Sabe que há mérito nisto. Portanto, temos que ser justos, não chamo a mim louros nenhuns porque não os tenho. Mas temos que ser justos por quem teve a hombridade por assumir aquilo que estava feito e que o corrigiu no tempo certo. Eu sei que vai dizer, que vão os outros continuar a fazer. Mas as obras estão a ser usufruídas neste momento e vão continuar a ser por muitos anos. Muito obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão do PS. =====

===== Muito obrigado, senhora presidente, peço imensa desculpa. Para lhe dizer novamente que tenho um forte sentido de ridículo. A pergunta que eu faço é quem gerou a dívida? Sempre foi essa a questão que fizemos. Foi o pai da dívida. Varias vezes, referido nesta assembleia. O senhor curiosamente chama para esta discussão os responsáveis pela dívida municipal que ainda hoje estamos a pagar. Portanto o que o senhor diz é: “Mas quem é que pagou a dívida?” Eu digo-lhe quem é que pagou a dívida: Quem pagou a dívida foram os oliveirenses. E pagaram nestes últimos dez anos e vão continuar a pagar ainda, se cumprirmos bem, até 2020 se conseguirmos cumprir o plano de saneamento financeiro. São as pessoas que estão a pagara a dívida. Quem resolveu o problema foi o concelho de Oliveira de Azeméis, com a falta de investimento que tem tido nos últimos anos, e que os senhores agora e muito bem aludem. Mas a questão central que coloquei muitas vezes nesta assembleia e disse até está escrito em ata, se os senhores disserem quais são as obras e os custos que geraram aquela dívida eu não colocarei mais esta questão. Disse-o explicitamente, inclusive ao pai da dívida. Inclusive à pessoa que o senhor diz que resolveu a dívida que ele próprio gerou, ou executivos em que ele esteve envolvido. Se nos disserem onde é que estão as obras que geraram aquela dívida, o Partido Socialista não voltará a colocar essa questão – fica aqui o meu compromisso. Muito obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== *Muito obrigado, senhora presidente. Senhor deputado Albino Martins: a sua intervenção é uma intervenção que me surpreende. O senhor tem fortíssimas responsabilidades, na realidade que constatou. O senhor diz que, enfim, eu tenho particular dificuldade em perceber, como é que alguém constrói uma dívida de 52 milhões de euros que hipoteca completamente a nossa capacidade de investimento e o nosso futuro, se vem aqui regozijar e elencar alguém, como sendo alguém que estancou o problema da dívida, quem estancou a dívida foi o Estado, que nos obrigou a um plano de saneamento financeiro, mas, os senhores nunca conseguiram explicar isto e isto é absolutamente relevante, é nós percebermos como é que chegámos a esta situação. Repare, estamos a falar de 52 milhões de dívidas, dívidas que colocaram problemas seríssimos à economia local e que deixaram todos estes problemas que estamos aqui a discutir hoje por resolver. E isto é que é fundamental. Por isso surpreende-me - voltando ao orçamento, porque é isso que interessa, que o senhor diga que este orçamento é uma desilusão e que não tem rigorosamente nada. Pois bem, este orçamento é o vosso orçamento. Como é óbvio este é o vosso orçamento, não é um orçamento que inclua as marcas de gestão daquilo que nós vamos procurar fazer. Porque repare: nós não vamos continuar a alimentar uma autarquia que paga 700 mil euros de renda por ano. O senhor diz que nós não temos aqui os documentos relevantes, que nós não investimos aqui na atração de investimento, e que não definimos aqui de forma clara a prioridade no apoio ao nosso tecido empresarial. Nós pela primeira vez incluímos num orçamento uma verba para a construção da zona industrial de Costa Má/ S. Roque. Que está no plano de urbanização desde 2010, sem nenhum tipo de execução. Dir-me-ão, mas isto chega para construir a zona industrial de Costa Má/ S. Roque? Com certeza que não. Mas, para mim basta que eu consiga evitar que uma empresa saia para fora do nosso concelho por não termos espaço industrial devidamente infraestruturado para dar por bem aplicado este investimento nesta zona industrial. Mas deixe que lhe diga o seguinte: o senhor esteve desatento na leitura que fez do plano plurianual de investimento, porque o senhor podia ver que nós temos investimentos no salão nobre, temos investimentos no edifício das antigas finanças, na antiga escola preparatória Bento Carqueja, no novo centro de transportes, no novo edifício dos Paços do Concelho, todos esses investimentos estão no plano plurianual de investimento. Portanto, o senhor teria que estar atento e iria perceber. Em relação às transferências para as Juntas de Freguesia: vamos lá ser objetivos, nós tivemos de transferências correntes previstas em 2017 – 1.18 milhões de euros. O problema é que há uma diferença enorme entre aquilo que prevemos, e aquilo que executamos. Portanto, temos que ter capacidade para fazer esta comparação. E aquilo que fizemos ao nível da execução em termos de acordos de execução que tínhamos com as juntas foi apenas de 848 mil euros, e não 1.18 milhões de euros conforme escreveram na dotação inicial do orçamento. E esta é que é a realidade do apoio, senhor presidente da junta de freguesia de Ossela, que nós damos às nossas freguesias. E aquilo que nós nos comprometemos e está plasmado neste orçamento é que vamos transferir mais 15% do que aquilo que está previsto nos acórdãos com as juntas de freguesia. É isso que nós vamos fazer. Nós apresentámos um compromisso ao eleitorado oliveirense e é isso*

que estamos a traduzir, já neste orçamento. Esta sua preocupação de que este orçamento é uma desilusão... Convenhamos que talvez para si o que seja realmente importante é nós termos orçamentos superinflacionados, orçamentos onde o senhor diz, "...mas as nossas despesas correntes aumentaram, as nossas despesas correntes são despesas que estão a crescer." Pois muito bem, nós tínhamos previsto no orçamento de 2017 - 12.4/ 12.5 milhões de euros com despesas com pessoal e já vamos com uma execução de mais de 13 milhões de euros. E por isso é que as despesas correntes aumentam. Uma coisa é nós suborçamentarmos os orçamentos outra coisa é nós introduzirmos nos orçamentos critérios de rigor. Nós podíamos fazer aquilo que era feito no passado e era extremamente simples e não custava rigorosamente nada fazer. O nosso orçamento em vez de ser 40.5 milhões de euros podia ter aqui mais um milhão de euros em cima. Com o terreno da Promoquatro, um terreno que era fundamental para a execução do Azeméis GranPlaza. O problema é que nós andamos ano após ano a dizer que vamos considerar esta verba como proveito e na realidade este proveito nunca se concretiza. Portanto, o que é que nós fizemos? Desistimos do proveito? Com certeza que não. Agora nós realisticamente, achamos que esse proveito não vai ser um proveito passível de ser obtido pelo exercício de 2018, e portanto, não vamos contribuir para mascarar orçamentos nem inflacionar um orçamento que seria do agrado dos presidentes de junta. Teriam um conjunto de obras inscritas nos PPI's mas que não teriam qualquer preocupação em as ver adiadas anos após ano. Aquilo que nós fizemos foi uma coisa completamente diferente, foi olhar para aquilo que foram as obras elencadas pelas nossas juntas de freguesia atendendo apenas algumas delas e entender num quadro de grande responsabilidade e seriedade e fazer uma coisa que eu acho importante. Isto é um sinal extremamente positivo: é procurar cumprir, na íntegra, aquilo que nos comprometemos a fazer com essas juntas de freguesia. E termos um orçamento onde aquilo que prevemos fazer e aquilo que realmente executamos são duas realidades completamente diferentes. E por isso é que a realidade que nós temos até agora e nos antecedeu eram orçamentos cuja taxa de execução eram substancialmente inferiores àquilo que eram os orçamentos que pretendíamos executar. E quando estamos a dizer substancialmente inferiores, não estamos a falar de 5 ou 10%. Estamos a falar de 30 ou 40%. Portanto, isto não é orçamentar, não é planejar, isto simplesmente é fazer gestão à "volta", gratuita, em que nós não vamos embarcar. Deixe que lhe diga: Este tipo de gestão é o tipo de gestão que nos leva à seguinte particularidade: nós que temos tantos problemas financeiros, nós poderíamos ter tantos investimentos previstos no nosso orçamento para 2018, seria bem mais fácil termos aqui mais qualquer coisa, se não tivéssemos devolvido 433 mil euros da Área de Acolhimento Empresarial de UI/ Loureiro por não termos executado a obra dentro do prazo. Ou se quiser senhor deputado, não tivéssemos pago mais 300 mil euros pela ligação da média tensão à Área de Acolhimento UI/ Loureiro por nos termos atrasado dois dias na entrega da documentação que nos comprometemos a fazer e o respetivo pagamento. Isto chama-se delapidar os recursos do erário público e estes 700 mil euros que nós perdemos desta forma inglória eram verbas muito importantes para nós resolvermos um conjunto de problemas que se vêm arrastando alguns deles diria mesmo há décadas, no nosso concelho. Dizer-lhe que

em relação àquilo que serão os apoios para a música: vamos reforçar. Andamos, agora, a pagar verbas atribuídas às nossas bandas de música, coletividades com vários anos por pagar, algumas destas verbas correspondentes à formação, e isto não pode acontecer. O senhor como sabe, o regulamento, de que falou está revogado. É um regulamento que não está em uso. O que nós falamos é objetivamente em criar critérios que permitam que as coletividades e instituições, no início do seu plano de atividades, saibam exatamente quanto vão receber para poderem programar o seu plano de atividades em função do apoio que vão ter. E não é isso que se passava no passado, não foi isso que se passou recentemente. Aquilo que andamos a fazer é, desde que entrámos, a pagar verbas de 2015, 2016 e 2017 que estão por pagar. Não é assim que se gere uma autarquia. Vai continuar, senhor deputado, os apoios às nossas bandas de música, vão continuar os apoios às nossas coletividades, à nossa formação desportiva, vamos ter essa responsabilidade. Portanto, fique tranquilo. Fiquei preocupado com a sua visão que é completamente antagónica da minha, em relação ao papel da autarquia. Eu não posso aceitar que o senhor entenda que essa foi a estratégia seguida no passado, convenhamos – que desinvestir nos recursos humanos da autarquia, nos meios da autarquia e nos meios que a autarquia tem que dispor para executar/ concretizar é o caminho. Garanto-lhe que não é esse o caminho. E não se esqueça que nós hoje temos um conjunto de colaboradores, a que temos que dar função. Têm de ser produtivos, têm com que ser rentabilizados e neste momento temos esse problema por resolver. O que acontece é que nós tivemos uma degradação de tal forma, para não falar do negócio ruinoso que foi feito ao nível das instalações dos estaleiros municipais, tivemos uma degradação das condições, um desinvestimento de tal maneira forte naquilo que são os recursos humanos da autarquia, e no património mais importante da autarquia que são os recursos humanos – que hoje estamos neste quadro de constrangimento e que se traduz, eu não diria numa incapacidade operacional, mas se traduz em grandes dificuldades. E eu não sou daqueles que acham que os nossos funcionários operativos devem ser utilizados para transportar barracas para festas, grades de proteção, casas de banho portáteis ou palcos – não tenho essa visão. Eu tenho a visão que nós devemos dotar as freguesias de um conjunto destes meios para que elas possam permutar entre si e trabalhar com estes equipamentos. Mas, que os nossos operacionais para além de ajudarem as juntas de freguesia nessas tarefas possam intervir no terreno e resolver os problemas que estão por resolver. E muitos desses problemas são passíveis de serem resolvidos internamente. É essa visão que nós vamos seguir. Senhor deputado Jorge Pereira em relação à questão da rede de água e saneamento: já falamos sobre isso, obviamente que eu percebo que as pessoas olhem para os investimentos previstos e considerem que esses investimentos são absolutamente residuais – são efetivamente residuais. Nós não temos sobre isso, nenhuma dúvida e já dei aqui as explicações que tinha a dar sobre essa matéria. Em relação aos ramais que aqui referiu, e julgo que estará a falar dos ramais de 20m que são assegurados pela INDAQUA, e que a partir daí são pagos pelos munícipes, nós colocámos precisamente essa questão à INDAQUA, no sentido de que ramais de maior extensão não paguem as verdadeiras fortunas que são exigidas aos munícipes. E colocamos mesmo a

possibilidade de a autarquia ou os próprios interessados contratarem uma empreitada para fazerem esse tipo de trabalho, obviamente com a fiscalização da INDAQUA, pois faz todo o sentido que assim seja, e com os materiais adequados e tecnicamente exigidos pela INDAQUA, e oferecidos pela mesma. Estamos em fase de negociação, porque nós temos a consciência de que apesar de termos redes com taxas de cobertura são manifestamente insuficientes, temos também um problema de adesão às redes. E portanto, as dificuldades de adesão às redes são ainda agravadas por essa particularidade que referi. Essa particularidade de efetivamente de ser tremendamente oneroso para os munícipes o pagamento de um ramal com 30, 40, 50 em alguns casos 100 e mais metros. Nós percebendo essa dificuldade e a importância de termos taxas de adesão muito superiores às que temos – para quê? Para que a rentabilidade da concessão seja maior para a concessionária, e portanto, ela estando limitada no lucro que pode ter, muito desse lucro ser refletido ou nos tarifários ou na expansão da rede. Essa foi uma questão que procurámos rapidamente atender. É verdade, colocou aqui um conjunto vastíssimo de questões, não será fácil responder a todas. Apenas dizer-lhe que as transferências para as juntas de freguesia, elas foram previstas para 2017 em cerca de 145 mil euros, mas o problema é que foram apenas executados 38 mil euros. Essa é que é a particularidade substancial, uma coisa é aquilo que prevemos em sede de dotação inicial de orçamento e depois outra coisa bem diferente é aquilo que nós prevemos quando concretizamos o orçamento. Pouco interessa fazermos esse tipo de avaliação/ comparação, porque efetivamente o que interessa fazer é a comparação entre aquilo que nós prevemos no orçamento de 2018 e aquilo que foi efetivamente executado no orçamento 2017. Porque senão aquilo que estamos a fazer é uma comparação entre previsões. E poderá introduzir a ideia errada de que nós estamos numa série de domínios a investir/ transferir menos do que aquilo que está a acontecer. Elencou aqui um conjunto de coisas: a “Sénior Party”, a Fundação La-Salette, bom... A “Sénior Party” em 2017 custou 75 mil euros. É um evento de um único dia e que consiste basicamente na oferta de um almoço a cerca de 2000 idosos, com o aluguer de uma tenda que custa 11/ 12 mil euros e com a atuação de um grupo que custa à autarquia 7/ 8 mil euros por uma hora e meia ou duas de atuação. Não é essa a nossa visão. Aquilo que nos temos plasmando no orçamento para 2018, é um corte substancial nos custos deste evento. A verba que temos alocada são 50 mil euros e vamos olhar para a “Sénior Party” de uma forma completamente diferente e vamos logo que tivermos oportunidade para o fazer, vamos definir um novo modelo de organização deste tipo de evento. O problema é que em todos os exemplos que os senhores referiram nós tivemos dotações muito superiores às dotações que era tradicional termos nestes eventos. Eu dou-lhe um exemplo: a “FUNZONE/ FANZONE” tinha previstos 75 mil euros foram gastos 150 mil. A noite branca tinha previsto 45 mil euros e foram gastos 82 mil euros. O Mercado à Moda Antiga, tinha previsto os tais 45 mil euros que referiu mas foram gastos 90 mil euros. Aqui estamos a falar ao contrário, uma coisa era aquilo que tínhamos inscrito em orçamento e o desvio/ descontrolo que existiu. É evidente que estamos a falar de um ano eleitoral. E aquilo que fizemos, foi, duplicamos aquilo que nos propúnhamos fazer neste capítulo. As festas de La-Salette têm uma

particularidade que é diferente de todos os outros eventos, onde basicamente a autarquia apenas deposita dinheiro. É a particularidade de ter uma comissão de festas que faz um trabalho extraordinário no terreno e que torna estas festas praticamente, ou até posso dizer mesmo, a custo zero para a autarquia. Digamos que o trabalho que tem sido feito ao longo destes anos, e não é mérito deste executivo, é mérito do executivo anterior e da comissão de festas que tem feito este trabalho ao longo dos anos e transformado este evento, num evento financeiramente sustentável. Quando estamos a falar dos outros eventos que aqui referiu, que têm um custo objetivo e direto para o orçamento da autarquia, esta verba para as festas de La-Salette, é uma verba que efetivamente acaba por não se concretizar e digamos que seria errado dizer-vos que as festas de La-Salette custam 50 mil euros aos cofres da autarquia porque isso não é verdade. E também seria injusto dizer que esse trabalho não se deve fundamentalmente ao trabalho desta comissão de festas. Proteção Civil: uma área que me é cara sendo 146 mil euros. Eu, nestas coisas, acho que não podemos estar aqui com rodeios. Isto é uma afirmação complexa, mas eu não tenho qualquer problema nem qualquer hesitação. A Proteção Civil não existe em termos objetivos. E este é um quadro que pode ser replicado para vários municípios do nosso país, o que não quer dizer que seja a regra em todos os municípios. Ou seja, depois mais à frente temos oportunidade de falar sobre esse tema. Há um conjunto de municípios que iniciaram um determinado percurso, nós ainda estamos muito longe de o iniciar. E efetivamente aquilo que acontece é que temos a Proteção Civil municipal, eu não diria que está suportada em pinças, mas não anda muito longe disso. E isto é extremamente preocupante. É nós termos documentos, termos estudos, trabalhos, compromissos que nos trazem obrigações – não temos reunidas as condições para cumprir essas obrigações. E portanto, o senhor sabe que nós não fazemos simulacros, sabe que nós não fazemos a revisão do nosso plano municipal de proteção civil, o senhor sabe que nós não temos nomeado o diretor municipal de proteção civil, o senhor sabe que nós não temos um conjunto de respostas que são obrigatórias e portanto, não temos essas respostas construídas. Portanto, eu não me atrevo aqui a dizer que esse trabalho é um trabalho que vamos ter que iniciar. Não tivemos ainda tempo para reunir e olhar para esse problema, já fizemos alguns contactos e obtivemos alguma informação. Temos na nossa posse, neste momento, um conjunto de propostas que foram apresentadas pelas corporações de bombeiros do nosso concelho ao executivo anterior. Vamos olhar para essas propostas e vamos procurar formatá-las e iniciar este processo que é fundamental. E porquê? Porque o novo quadro legislativo trás responsabilidades acrescidas para os municípios em matérias de gestão de faixas de combustível. Mas, também todos sabemos, se aquilo que aconteceu em Pedrogão Grande acontecesse no município de Oliveira de Azeméis – seria o presidente da câmara que seria criminalmente responsabilizado por todas aquelas mortes. Isto é absolutamente preocupante, isto é uma coisa que tem que ser olhada com a devida responsabilidade, é evidente que nós também sabemos que há um conjunto de responsabilidades que são transferidas para os municípios mas, os municípios não têm criadas as condições para as implementar. Em primeiro lugar porque não têm uma cultura de proteção civil, em segundo porque não têm recursos

humanos formados e preparados para dar este tipo de respostas e depois porque os quadros de constrangimento orçamental em que operam impedem-nos de dar as respostas. E estas são respostas exigentes em termos de recursos financeiros – só para vocês perceberem nós fizemos recentemente, o início do procedimento para a aquisição do serviço a um prestador de serviços nestas matérias de várias centenas de milhares de euros, mas que nós sabemos que está muito longe de permitir que nós tenhamos criadas as condições que a lei nos obriga e não só, também a nossa perceção sobre o dramatismo da situação. Nós temos perfeita consciência que estas coisas terão de ser aprofundadas e claramente melhoradas e aquilo que eu espero é que no orçamento do próximo ano, o senhor, já venha falar que nós já inscrevemos uma verba com alguma generosidade e responsabilidade. Mas, devo dizer-lhe que é um percurso que vamos trilhar em primeiro lugar percebendo que nós temos muito que aprender nessa área e sobretudo preparar internamente a estrutura para criar esse tipo de respostas. Depois referiu aqui um conjunto de verbas, é muito complicado estar a responder a tudo isto. A verba que está aqui inscrita para equipamento de transportes tem a ver com o reforço ao nível da aquisição de maquinaria. Nós temos máquinas completamente degradadas, inoperacionais, máquinas que têm custos de recuperação e intervenção muito superiores ao seu valor patrimonial. E andamos com esta prática de forma reiterada. Nós intervimos e gastamos dinheiro em equipamentos que estão no fim do seu período de vida. Portanto, é errado em termos de gestão continuar a investir em equipamentos que vão avariando de avaria em avaria até à avaria final. Aquilo que nós fizemos nesta verba foi incluir uma verba para aquisição de um conjunto de equipamentos e de um veículo de transporte. Neste momento nós estamos a transportar deficientes nos carrinhos pequeninos que a Câmara tem. Nós disponibilizamos uma das viaturas que estava afeta aos vereadores para que esse transporte fosse feito com mais dignidade do que aquilo que faziam, que era diariamente um conjunto de transportes para a Cerciaz nesses veículos pequeninos. E aquilo que nós queremos fazer é tornar bem mais seguro e confortável esse transporte, mas por outro lado, ter também muito mais eficácia e muito maiores ganhos nesse transporte. Portanto, está aqui uma verba para uma viatura de nove lugares, digamos que é a conjugação dessa aposta na renovação do parque de máquinas da Câmara Municipal que está aqui plasmada. Deixem-me dizer-vos, que estamos a falar de verbas absolutamente residuais para aquilo que são as necessidades efetivas de renovação e requalificação do nosso parque de máquinas. Esse caminho é um caminho que nós vamos procurar fazer. Senhor José Santos dizer-lhe o seguinte: Eu gostaria muito, que não só o Polo Multigeracional como muitas outras obras fossem concretizadas agora. Essa obra não está aprovada pelo nosso programa estratégico de desenvolvimento urbano, ela está elencada, é diferente de estar aprovada. Isto quer dizer o quê? Quer dizer que aquelas 37 obras que lá estão previstas, não significa que todas as obras sejam, passíveis de serem aprovadas. Agora repare: Nós quando olhamos para um plano que tem 37 prioridades de investimento, quando falamos que a autoridade de gestão nos diz, essa prioridade e mais aquela não são passíveis de serem aprovadas, aquilo que nós temos de fazer, é fazer uma correta definição das prioridades de investimento e olhando para a realidade que

temos, tomamos as decisões que são tomadas. Foi isso que nós fizemos e foi isso que eu expliquei há pouco. Nós em vez de termos 37 prioridades de investimento concentramos isto em 4/5 prioridades de investimento, passíveis de serem executadas. Senão não faz sentido, isso não é planear, não é gerir. Mas, diz-me assim: Este polo geracional está condenado, morto? É evidente, que não está condenado nem morto, mas vai ser feito quando for possível ser feito. Essa é que é a diferença. Nós poderíamos inscrevê-lo no plano plurianual de investimentos, metíamos uma verba residual em 2018, duplicávamos essa verba residual para 2019 e continuava a ser residual. Metíamos mais qualquer coisa em 2020 e em 2021 metíamos uma verba mais grossa, mais corporizada para dizermos – “...sim, aqui há uma firme determinação do ponto se concretizar.” Pois, mas não é assim que as coisas funcionam, não é assim que queremos que as coisas funcionem. Nós preferimos uma coisa irrefutável, que é termos a possibilidade e como sabem estão a surgir um conjunto de avisos sobre uma candidatura dessa obra, e logo que esses avisos surjam nós vamos candidatar não só essa obra assim como outras que estavam previstas no nosso plano de estratégia urbana. E vamos fazê-lo, sobretudo e também, porque a freguesia de Ossela tem sido uma freguesia tremendamente mal tratada pelo investimento público dos últimos anos. E por isso, é que há um conjunto de realidades ainda por atender nessa freguesia. Aquilo que nós deixamos aqui como garantido, senhor presidente, é que o polo multigeracional não está esquecido. Eu percebo a sua preocupação, ela é genuína. Eu gosto de pessoas genuínas, mas o senhor percebeu... Esteve nessa reunião e percebeu que há um conjunto de obras elencados pelos senhores e qualquer dos senhores presidentes de junta poderia ter vindo aqui fazer a intervenção que o senhor fez e com a mesma legitimidade. Porque o conjunto de obras que foram referidas, não foram contempladas no PPI, mas poderiam ter sido. Nada nos impedia de incluirmos e evitarmos esse tipo de intervenções. Só que nós preferimos introduzir critério de rigor no orçamento e naquilo que são a projeção do orçamento para os próximos anos, em vez de fazermos um exercício político de procurarmos evitar este tipo de confrontação que eu acho que é saudável, extremamente positiva e nos enriquece. Nós não temos nenhuma dúvida em relação à importância desse investimento para essa freguesia. E que ainda por cima tem a particularidade de ser uma freguesia fronteira e nós vamos atender essa realidade logo que nos seja possível. A ajuda de 20 mil euros sei que é pouco, mas é o que é possível depois de fazermos o exercício orçamental. Aliás eu disse-lhes ontem e aí eu tenho que reconhecer, senhor Jorge Pereira, eu já tive oportunidade de pedir desculpa e aos senhores vereadores do PSD e faço esse pedido de desculpa agora à bancada do CDS por não vos termos ouvido e recebido os vossos contributos para a formação deste orçamento. Aconteceu este ano, mas não vai acontecer nos próximos. E aconteceu este ano, porque manifestamente andámos a fazer o orçamento até à última e para cumprirmos os prazos que permitissem que esta Assembleia Municipal se realizasse e porque o orçamento foi anteriormente à reunião de câmara, o que não permitiu que nós tivéssemos a possibilidade de vos ouvir da forma digna como eu acho que devemos procurar contemplar algumas das propostas apresentadas e não tínhamos disponibilidade financeira de o fazer. Nessa perspetiva peço-vos desculpa por não

termos feito aquilo que nos competia fazer. Mas aquilo que eu queria dizer aos presidentes de junta, é que nós tivemos apenas 400 mil euros para atender a todas as juntas de freguesia do nosso concelho e para as justíssimas reivindicações que vocês fizeram. E portanto, aquilo que foi possível fazer – num quadro de grande humildade, procurar elencar algumas que são mais importantes, outras que são menos importantes, mas incluir alguma coisa naquilo que é o plano plurianual de investimentos, mas, sempre com a preocupação de que por administração direta vamos ter que encontrar capacidade para vos dar muitas respostas que não temos possibilidade de dar através da inscrição no plano plurianual de investimentos. E portanto, eu deixo em relação a este orçamento uma palavra de grande confiança, de grande esperança no futuro. Não estão aqui um conjunto de obras estruturantes para o nosso concelho, mas esperamos que orçamento após orçamento, construção após construção que todos nós nos regozijemos e que estejamos satisfeitos por ver um conjunto de problemas que têm sido adiados nos últimos anos a passarem finalmente um após outro a serem resolvidos e a fazerem aquilo que queremos que façam e que é valorizar o nosso território, torná-lo mais competitivo o nosso território e sobretudo a proporcionar novas condições de vida aos oliveirenses porque é essa a nossa missão e obrigação. Muito obrigado. =====

===== Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Muito obrigado, senhor presidente, pelos seus esclarecimentos. Este é um ponto que é sempre muito complexo e quente. Julgo que houve oportunidade de toda a gente colocar as suas questões, e também, houve oportunidade de serem prestados os esclarecimentos. Vamos então passar à votação do ponto. =====

===== A Senhora Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto cinco à votação: Tendo sido deliberado por maioria aprovar o Orçamento, Grandes Opções do Plano e Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o ano 2018 com a seguinte votação:- a favor: vinte (20) votos do PS e três (3) votos do PSD; - contra: onze (11) votos do PSD e quatro (4) abstenções: um (1) voto do Independente e três (3) votos do CDS. Deliberou ainda por maioria aprovar/ autorizar as normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do ponto VII – aprovação dos subpontos 1.a) e b); e 2 com a seguinte votação:- a favor: vinte (20) votos do PS e três (3) votos do PSD; - contra: onze (11) votos do PSD e cinco (5) abstenções: um (1) voto do Independente, um (1) voto do PSD e três (3) votos do CDS. ===

*===== **Ponto seis:** Autorização de contratação de empréstimo de curto prazo, para o ano económico 2018; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O relatório da Comissão de Análise, em anexo; - O mapa demonstrativo da capacidade de

endividamento do Município, em anexo, para efeitos e em cumprimento do art.º 49º, n.º 5 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e posteriores alterações, conjugado com o art.º 25º, n.º 4, do anexo I, da Lei n.º 75/2013 e posteriores alterações. Propõe: 1. A aprovação do relatório de análise; 2. A adjudicação ao Santander Totta, com taxa de juro indexada a 6 meses + 0.59% spread, por ser a proposta que apresenta as condições mais vantajosas; 3. A dispensa de audiência prévia, nos termos do art.º 124º, n.º 1, alíneas a) e c) do Código do Procedimento Administrativo, dada a urgência para aprovação / autorização na Assembleia Municipal que fará aprovar e considerando não haver matéria que suscite dúvidas na vantagem da proposta mais favorável. 4. Submeter à Assembleia Municipal para efeitos de autorização de contratação e aprovação das condições nos termos e para efeitos do art.º 25º, n.º 1, alínea f) e n.º 4, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com os art.º 49º, n.º 5 e 50º, n.º 2, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e posteriores alterações.” =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhora presidente, isto é uma situação normal. Trata-se da contração de um empréstimo de 1 milhão de euros, e que é normal fazermos nesta altura. Estamos a pedir a adjudicação ao Santander Totta, que tem uma taxa de juro indexada a seis meses de 0.59%.* ==

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Senhora Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto sete:** *Proposta de aprovação/adjudicação de empréstimo de operação de substituição da dívida do PAEL - Programa II;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O relatório da Comissão de Análise, em anexo; - O mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município, em anexo, para efeitos e em cumprimento do art.º 49º, n.º 5 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e posteriores alterações, conjugado com o art.º 25º, n.º 4, do anexo I, da Lei n.º 75/2013 e posteriores alterações. **Propõe-se:** 1. A aprovação do relatório de análise; 2. A adjudicação ao Santander Totta, com taxa de juro indexada a 6 meses + 0.59% spread, por ser a proposta que apresenta as condições mais vantajosas; 3. A dispensa de audiência prévia, nos termos do art.º 124º, n.º 1, alíneas a) e c) do Código do Procedimento Administrativo, dada a urgência para aprovação / autorização na Assembleia Municipal que fará aprovar e considerando não haver matéria que suscite dúvidas na vantagem da proposta mais favorável. 4. Submeter à Assembleia Municipal para efeitos de autorização de contratação*

e aprovação das condições nos termos e para efeitos do art.º 25º, n.º 1, alínea f) e n.º 4, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com os art.º 49º, n.º 5 e 50º, n.º 2, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e posteriores alterações.” =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhora presidente, senhores deputados, isto é um mero exercício de engenharia financeira. Conforme aqui explicamos os considerandos da proposta, nós ao abrigo deste programa PAEL temos por pagar ainda 435.667,72€ e aquilo que nós fizemos foi ir ao mercado pagar este empréstimo/ obrigação que tinha uma determinada taxa de juros, julgo que era 1.65% e conseguir um empréstimo em condições mais vantajosas 0.75%. Na prática o que nós conseguimos com isto é uma poupança de 7 mil euros. Não sabemos ainda quantificar mas estaremos a falar de 15 mil euros no conjunto dos dois anos. Portanto, com uma mera operação de engenharia financeira conseguimos poupar aqui 15 mil euros. Esta é uma das medidas de gestão, simples, básica, mas que permite em pouco mais de meia hora poupar 15 mil euros ao município.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Jorge Melo.* =

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Jorge Melo do CDS/ PP.* =====

===== *Senhora Presidente um pedido de esclarecimento: Algures no ponto, diz que só votam os membros efetivos. Queria que a senhora presidente esclarecesse quem efetivamente tem direito a votar este ponto. Obrigado.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dar os devidos esclarecimentos.* =====

===== *Os membros da Assembleia Municipal a efetivar funções, são todos os membros a exercer funções.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto oito:** *Fixação da Taxa de Derrama para o ano 2018;* =====

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O definido na alínea c) do art.º 14º, e no nº 1 do art.º 18º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, e posteriores alterações de ambas as Leis, os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC); - O plano de saneamento financeiro (PSF) aprovado, que aponta para a maximização de receitas, designadamente em matéria de impostos locais e taxas, conforme o estatuído na f), n.º 2 do art.º 4º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março; - À semelhança do PSF, o estudo e aprovação do PAEL prevê a manutenção de taxas e impostos; - Os constrangimentos e restrições orçamentais, designadamente as decorrentes das medidas adicionais do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), Lei nº 12-A/2010, conforme o art.º 13º, em que foram reduzidas as transferências do Orçamento de Estado (OE) para as autarquias locais, o que implicou uma redução de 3,79% (cerca de 529.000€) nas transferências para o nosso Município no ano de 2010; - No(s) Orçamento(s) de Estado de: - 2011 e 2012, os valores das transferências para o nosso município foram diminuídos nos montantes de 672.170,00€ e 638.098,00€, respetivamente; - 2013, manteve-se o mesmo valor de 2012; - 2014 houve uma diminuição no montante de 333.487,00€; - 2015, 2016 e 2017 houve um aumento de 589.982,00€, 153.965,00€ e 365.430,00€, respetivamente, no entanto, nos referidos anos, o Município passou a ter a obrigação legal de contribuir no montante 225.856,00€ para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) nos termos do art.º 17º da Lei 53/2014, de 25 de agosto e posteriores alterações. Para 2018, permanece a obrigação de contribuir para o Fundo de Apoio Municipal, contudo, será de valor inferior em 25% (Valor reduzido em 56.464,00€ = 169.392,00€) face ao valor de 2017, de acordo com proposta de LOE/2018. - O enquadramento atrás referido, o Executivo pretende manter a orientação para uma política de apoio às empresas, designadamente às PME’s e de dinamização do tecido económico do concelho, apontando a manutenção das taxas pelos valores de 2017; - Que, ao abrigo do nº 12 do art.º 18º do RFALEI, e posteriores alterações, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros); **Propõe-se:** Nestes termos, ao abrigo do disposto no art.º 18º do RFALEI, conjugado com a alínea ccc), do nº 1, do art.º 33º e alínea d), do nº 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro 2013, e posteriores alterações, a fixação pela Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal das seguintes taxas de Derrama para o ano 2018: - Taxa geral de 1,2%; - Taxa reduzida de derrama de 0,75%, para sujeitos com volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros).” =====

=====
 ===== Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Bem, temos agora o ponto 8 sobre a fixação da taxa derrama, o ponto 9 sobre a percentagem de IRS, ponto 10 sobre fixação das taxas de prédios urbanos, o ponto 11 sobre a fixação das taxas municipais de direitos de passagem, assim tratando-se de um conjunto de pontos referentes a taxas, propunha discuti-los em conjunto. Íamos ganhar algum tempo, claro que a votação terá de ser ponto a ponto. Alguém se opõe? =====

===== Não havendo ninguém a opor-se, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhora Presidente passando ao ponto oito: Nós estamos a falar na fixação da taxa de Derrama mantendo os valores que tinham sido seguidos nos anos anteriores – máximo de 1,5% sobre o lucro tributável no IRC. No caso concreto de Oliveira de Azeméis temos uma taxa de 1,2% - para a taxa geral, e temos uma taxa de 0,75% para os sujeitos passivos com um volume de negócios inferior a 150 mil euros/ ano. Em relação ao ponto nove: A proposta de aprovação da percentagem de participação fixa do IRS por parte do município, para os rendimentos de 2018, aquilo que nós propomos é que essa participação fixa seja mantida em 5%. No caso concreto das taxas de IMI a aplicar em 2018 (ponto dez): Aquilo que nós propomos é a manutenção da taxa de 0,375% para os prédios urbanos e depois uma redução fixa da taxa de IMI, o tal IMI familiar – 20€ para agregados com um dependente, de 40€ para agregados com dois dependentes, de 70€ para agregados com três ou mais dependentes. Conforme consta na proposta temos, também aí, a majoração de 30% para prédios urbanos degradados e se majore no dobro – ou seja, 1,6% nos prédios rústicos com áreas florestais e em situação de abandono. A proposta é que se mantenham as taxas de IMI que vigoraram no exercício passado. Em relação às taxas municipais de direitos de passagem para o ano de 2018 (ponto onze): Aquilo que se propõe é a sua fixação no seu valor máximo de 0,25%. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se os pedidos de inscrição de Rui Rocha, Albino Martins, Fernando Pais e José Ribeiro. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Rui Rocha do PS. =====

===== Muito boa noite! Sintam-se todos cumprimentados na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Dra. Helena Santos. Exma. Sra. Presidente, se me permitir vou abranger na minha intervenção os pontos 8, 9 e 10 visto ter uma visão semelhante a seu respeito. Como disse o diplomata, escritor e filósofo Benjamin Franklin, “Nada é mais certo neste mundo do que a morte e os impostos.” Se no que diz respeito à morte não conseguimos controlar a sua imprevisibilidade e dor, que pelo menos no que concerne aos impostos os

consigamos dominar e minorar o seu impacto. Em outubro último, tivemos uma alteração no executivo que comanda os destinos da nossa terra e atrás dessa alteração desejada, e muito, pelos Oliveirenses, esperava-se uma mudança, mudança essa, que abrangesse também a política dos impostos cobrados pelo município. Pelos documentos apresentados não vislumbramos mudança mas sim uma permanência na angariação de receitas com base nos impostos. Mantém-se a carga fiscal do último exercício, de resto sobre a qual a bancada do Partido Socialista votou favoravelmente, quer no que respeita ao IMI quer no que respeita à derrama. Saliento que, independentemente de não estarmos na oposição, cabe-nos da mesma forma a preocupação com o bem-estar da nossa gente, daqueles que nos elegeram. E como tal, preocupa-nos de a continuação da aplicação da percentagem máxima de participação no IRS às famílias Oliveirenses. Relembro que em Novembro do ano passado e, em respeito a este assunto, a bancada do Partido Socialista apresentou uma proposta, não uma promessa, uma proposta para aplicação de uma percentagem de 4,5% no IRS, em alternativa aos 5% apresentados pelo anterior executivo e, que agora são mantidos. Também não é menos verdade que esta proposta surgiu da análise de um quadro diferente em que a gestão de então privilegiou a realização de grandes eventos sem que os mesmos ajudassem a resolver qualquer dos problemas estruturais do município. Senhor Presidente, não se apresentando, por parte do executivo, qualquer compromisso no sentido de ajuste futuro destas taxas, gostaríamos de ouvir a sua opinião acerca desta possibilidade. Será que a situação financeira da autarquia é de tal forma dramática que não se possam estimular os Oliveirenses aliviando-lhes os encargos fiscais? Somos, sem dúvida favoráveis ao não agravamento de impostos, ainda mais estando perante um exercício orçamental de transição, mas o objetivo deverá ser sem dúvida a sua diminuição e não a sua estagnação. Lembro o antigamente designado tributo, agora intitulado imposto, segundo os estudos indicam, começou por ser voluntário. Era em forma de presentes ou ofertas aos líderes ou chefes pela sua boa atuação em favor da comunidade. Acredito que os Oliveirenses concordem com este tributo desde que seja adequado, justo, com fundamento válido e que possam usufruir da sua aplicação.=====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Albino Martins do PSD. =====

===== A minha intervenção é breve, mas perdoem-me... Embora o meu feitio e a minha formação, não me permitam retóricas como aquelas que ouvimos aqui da consciência da estupidez e do sentido do ridículo não posso deixar de fazer notar que quem não se sente não é filho de boa gente. E eu acho que a Assembleia não pode nunca descer tão baixo. Posto isto, sobre estes três pontos eu queria dizer o seguinte: Nós iremos abster-nos no ponto oito, e se assim o entenderem fica aqui já como declaração de voto. Porque entendemos quanto à taxa geral de 1,2% estamos de acordo, não há discussão para nós. Mas quanto à taxa reduzida para empresas com lucro inferior a 150 mil euros, entendemos tal como já entendeu a vereação do

PSD que o correto para darmos o sinal de boa vontade nesta hora de viragem na economia, e porque isto não tem grande significado em termos de arrecadação de receita, seria de todo conveniente que a taxa fosse zero apenas esta taxa mínima para lucros inferiores a 150 mil euros. Como disse, parece-me que não seria significativa a arrecadação de receitas – só por isso nos vamos abster. Quanto aos outros pontos vamos votar favoravelmente, mas não sem que faça aqui um reparo que me parece oportuno. Apenas para corroborar o que disse há pouco – uma coisa é estar no poder e outra é estar na oposição. É claro e louvo a capacidade de dar a volta na intervenção anterior, é claro que já foi desmontada esta questão. Mas, eu recordo aqui que tanto o Senhor Presidente na altura como vereador, como o Partido Socialista na Assembleia Municipal no mandato anterior para a percentagem da participação do IRS que era 5% propuseram 4,5%. O então senhor vereador Joaquim Jorge dizia, e estamos a falar de um quadro onde achávamos possível avançar para os 4,5% sem qualquer problema e agora é proposto, assim como na Assembleia uma deputada do Partido Socialista, disse na sua intervenção que devíamos reduzir o IRS sobre as famílias tendo nesse sentido a bancada do Partido Socialista apresentado uma proposta de aplicação da taxa de 4,5%. O mesmo acontece para o ponto dez que se refere à taxa do IMI. Eu recordo que o máximo era 0,45% - o executivo anterior propôs uma redução para 0,38% e entretanto houve uma proposta de redução para 0,375% e um deputado desta Assembleia do Partido Socialista sugeriu que deveria reduzir mais invocando que os nossos jovens não se estão a fixar no concelho e continuamos a perder população anos após ano. Na sua intervenção o deputado referiu que a opção era só fazer festa e que gerir é fazer opções pelo que se mantém novamente esta taxa. Já o disse – vamos votar favoravelmente porque concordamos com estes valores, mas não sem antes dar nota destas contradições que nos parecem ser evidentes. Aliás, muito do que aqui se diz, terá possibilidade de ser ouvido e lido daqui a cinco, dez anos quem sabe até mais. Porque fica tudo registado para o bem e para o mal. Finalmente, porque espero ser esta a minha última intervenção nesta Assembleia, de hoje, quero desejar a todos um feliz ano novo. Muito obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Fernando Pais do PSD que prescindiu da palavra. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado José Ribeiro do PS. =====

===== Boa noite Senhora Presidente. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa da senhora presidente. Espero que tenham tido um excelente natal e votos de um bom ano de 2018. A minha intervenção prende-se apenas com o ponto das taxas municipais de direito de passagem, para que não nos acusem mais de mudarmos o nosso sentido de voto, por termos mudado da oposição para o poder. Vamos votar favoravelmente, porque a lei alterou. É conhecida a nossa posição nas últimas votações nos últimos anos. Esta taxa municipal de

direitos de passagem era cobrada aos munícipes e o executivo não tinha como controlar esse valor que era cobrado. Com a alteração da lei esta taxa passar a ser aplicada/ cobrada exclusivamente aos operadores, nesse sentido achamos que está a ser bem aplicada. Nesse caso vamos votar favoravelmente, alterando o nosso sentido de voto relativamente aos anos anteriores.=====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== Senhor deputado Rui Jorge, nada é mais certo do que a morte, portanto imagine bem, nada mais certo que os impostos.... Nós, efetivamente, não temos a possibilidade de inverter o curso da vida, mas temos a possibilidade de inverter o curso dos impostos, e é isso que nós nos propomos a fazer aliviando a carga fiscal. Mas, não, como disse o senhor deputado Albino Martins, reduzindo o IRS. Porque nós não assumimos esse compromisso na campanha eleitoral. Nós fomos claros como sempre fomos, na campanha eleitoral assumimos o compromisso em sede de IMI e não em sede de IRS como disse há pouco. E aquilo que nos propomos fazer e que vamos procurar concretizar é de forma progressiva fazer a redução do IMI. É evidente que todos nós desejamos que as cargas fiscais se reduzam, não há nenhum Presidente de Câmara no país que não queira que a carga fiscal que incide sobre a sua população seja a menor possível. Mas o que é facto é que os municípios dependem fundamentalmente (principalmente municípios com as características de Oliveira de Azeméis) da arrecadação de impostos diretos e indiretos. Isto porquê? Porque este município não foi durante todos estes anos preparado para ter capacidade para geração de receitas. O que é que acontece? Nós temos no nosso orçamento 2018/ 2017/ 2016 a venda de bens e serviços correntes, que é digamos assim, a tradução prática e objetiva da capacidade do município em gerar riqueza que corresponde a 8,5% da receita da qual arrecadamos. Ou seja, uma receita absolutamente residual que impede que nós possamos aliviar por essa via a carga fiscal. É evidente que nós temos aqui já algumas respostas, esta resposta do Vale Educação, este apoio às juntas de freguesia embora seja um apoio indireto, porque as juntas com este reforço de 15%, naturalmente, que vão criar melhores condições para as pessoas, é também, em si, um apoio efetivo às famílias. Agora, é evidente que nós quando falamos, e nós não nos esquecemos do que dizemos, quando falamos na redução da participação do IRS na autarquia, nós definimo-lo sempre num quadro de prioridades. E quando nós fizemos esse tipo de observações dissemos que não gastaríamos meio milhão de euros num mandato em “Voltas a Portugal”, ou que não gastaríamos meio milhão de euros na organização do Europeu de Hóquei em Patins. E aqui é que reside a diferença, por ventura, mais importante. E portanto, estas coisas devem-se construir, como disse e bem, para que mantenhamos o nível nesta Assembleia, num quadro de profunda seriedade e responsabilidade e sobretudo num quadro de compromisso com a verdade para com os nossos concidadãos. Isso, passa por nós conseguirmos saber responder a questões.

O senhor quando refere que esta eliminação dos 0,75% e disse que era sobre os lucros de 150 mil euros – não é sobre os lucros de 150 mil euros. É sobre o volume de negócios, sujeitos passivos com 150 mil euros. E eu pergunto se o senhor tem noção do valor que estamos a falar. O senhor consegue quantificar este valor, se tem alguma ideia ou se alguém nesta sala consegue dizer – podem fazê-lo, não há qualquer problema. Se sabe quanto é que este valor representa, e o que eu quero dizer com isto é o seguinte: eu acho que nós, se quisermos manter esta conversa no nível que ela deve ter, e acho que é pertinente essa observação, nós devemos em primeiro lugar ter a humildade de afirmar o seguinte: tivemos durante todos estes anos oportunidade para eliminar esta taxa e não o fizemos. E aquilo que vem aqui sugerir é que num quadro de irresponsabilidade nós tomássemos essa decisão. Pois bem, nós neste momento com dois meses de executivo não temos nenhuma informação sobre qual vai ser a execução da receita. Mas há uma informação que nós temos garantida... É qual vai ser a execução da dívida. E sabemos que a dívida em vez de 17,5 milhões de euros vai estar entre 19 e 20 milhões de euros. Nós com esse tipo de informação seria profundamente irresponsável, e eu já referi aqui a dificuldade que nós tivemos em contemplar no orçamento algumas verbas para acudir às necessidades e às pretensões das juntas de freguesia. Seria absolutamente irresponsável, nós procedermos a uma diminuição da carga fiscal sem estar em posse de toda essa informação. E foi por isso que nós não o fizemos. Mas, não foi por sermos masoquistas e gostarmos de massacrar os oliveirenses como, também, acredito que no passado o executivo anterior não tinha essa determinação. Nós o que fizemos foi olhar para o quadro orçamental em que nos estamos a movimentar e sempre imbuídos dessa preocupação manter as taxas que vinham a ser seguidas no passado. Senhor deputado José Ribeiro, na taxa municipal de direitos de passagem houve, efetivamente, uma alteração da lei. Essa taxa de 0,25% era incluída e cobrada nas faturas do operador. A lei agora determina que sejam os operadores a assumir a responsabilidade integral do pagamento desta verba, e portanto, esta verba não onera a fatura que é cobrada pelo operador aos seus clientes. Nessa perspetiva houve uma alteração da forma de cobrança, da forma de imputação desta taxa municipal de direitos de passagem, portanto tem razão naquilo que disse. Era só Senhora Presidente. =====

===== A Senhora Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado aprovar por maioria a proposta apresentada com a seguinte votação: - a favor: vinte (20) votos do PS, três (3) votos do CDS e um (1) voto do Independente; -abstenções: catorze (14) votos do PSD. =====

*===== **Ponto nove:** Definição de percentagem no IRS, sobre os rendimentos de 2018; ==*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O definido na alínea f) do art.º 14º conjugado com a alínea c) do n.º 1 e n.º 3 do art.º 25º, e com o art.º 26º, n.º1 do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais

(RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, e posteriores alterações, os municípios têm direito a participação variável no IRS, até ao limite de 5%, devendo deliberar anualmente uma percentagem de IRS; - Que a ausência da comunicação ou a sua transmissão para além do prazo estabelecido (até 31 de Dezembro) equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável por parte dos municípios, conforme n.º 3 do art.º 26º do RFALEI; - O plano de saneamento financeiro (PSF) aprovado, que aponta para a maximização de receitas, designadamente em matéria de impostos locais e taxas, conforme o estatuído na f), n.º 2 do art.º 4º do Decreto-Lei n.º 38/2008 de 7 de Março; - À semelhança do PSF, o estudo e aprovação do PAEL prevê a manutenção de taxas e impostos; - As medidas adicionais do plano de estabilidade e crescimento (PEC), Lei n.º 12-A/2010, conforme o art.º 13º, em que foram reduzidas as transferências do Orçamento de Estado, para as Autarquias Locais, que implicou uma redução de 3,79% (cerca de 529.000€), para o nosso Município no ano de 2010; - No(s) Orçamento(s) de Estado de: - 2011 e 2012, os valores das transferências para o nosso município foram diminuídos nos montantes de 672.170,00€ e 638.098,00€, respetivamente; - 2013, manteve-se o mesmo valor de 2012; - 2014 houve uma diminuição no montante de 333.487,00€; - 2015, 2016 e 2017 houve um aumento de 589.982,00€, 153.965,00€ e 365.430,00€, respetivamente, no entanto, nos referidos anos, o Município passou a ter a obrigação legal de contribuir no montante 225.856,00€ para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) nos termos do art.º 17º da Lei 53/2014, de 25 de agosto e posteriores alterações. Para 2018, permanece a obrigação de contribuir para o Fundo de Apoio Municipal, contudo, será de valor inferior em 25% (Valor reduzido em 56.464,00€ = 169.392,00€) face ao valor de 2017, de acordo com proposta de LOE/2018. - A percentagem de participação no IRS será aplicada sobre os rendimentos auferidos em 2018 e transferida para o Município no ano de 2019. PROPÕE-SE: Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea f), do art.º 14º e o n.º 2 do art.º 26º do RFALEI, Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, e posteriores alterações, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33º e alínea c), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro 2013, e posteriores alterações, a deliberação pela Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, da percentagem de participação no IRS sobre os rendimentos do ano de 2018, em 5%.”

=====
 ===== A Senhora Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

=====
 ===== **Ponto dez:** Fixação das Taxas sobre os Prédios Urbanos, no âmbito do Imposto Municipal de Imóveis – IMI para 2018 – Aprovação. =====

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais, determina na alínea a) do seu art.º 14º que o IMI é uma receita municipal; - Que a

comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), por transmissão eletrónica de dados, das deliberações da Assembleia Municipal que fixam as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2018, referidas no art.º 112º do CIMI, deve ser recebida nesse serviço até 31 de dezembro de 2017. Caso isso não se verifique serão aplicadas as taxas mínimas (n.º 14, do art.º 112 do CIMI, na sua atual redação); - O plano de saneamento financeiro (PSF) aprovado, que aponta para a maximização de receitas, designadamente em matéria de impostos locais e taxas, conforme o estatuído na f), n.º 2 do art.º 4º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março; - À semelhança do PSF, o estudo e aprovação do PAEL prevê a manutenção de taxas e impostos; - O constante acréscimo de novas responsabilidades e transferências por parte dos Municípios, os constrangimentos e restrições orçamentais, designadamente as decorrentes das medidas adicionais do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), Lei nº 12- A/2010, conforme o art.º 13º, em que foram reduzidas as transferências do OE para as autarquias locais, o que implicou uma redução de 3,79% (cerca de 529.000€) nas transferências para o nosso Município no ano de 2010; - No(s) Orçamento(s) de Estado de: - 2011 e 2012, os valores das transferências para o nosso município foram diminuídos nos montantes de 672.170,00€ e 638.098,00€, respetivamente; - 2013, manteve-se o mesmo valor de 2012; - 2014 houve uma diminuição no montante de 333.487,00€; - 2015, 2016 e 2017 houve um aumento de 589.982,00€, 153.965,00€ e 365.430,00€, respetivamente, no entanto, nos referidos anos, o Município passou a ter a obrigação legal de contribuir no montante 225.856,00€ para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) nos termos do art.º 17º da Lei 53/2014, de 25 de agosto e posteriores alterações. Para 2018, permanece a obrigação de contribuir para o Fundo de Apoio Municipal, contudo, será de valor inferior em 25% (Valor reduzido em 56.464,00€ = 69.392,00€) face ao valor de 2017, de acordo com proposta de LOE/2018; - Que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, nos casos de prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente, coincidente com o domicílio fiscal do proprietário ou do seu agregado familiar, e que seja afeto a tal fim, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13.º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com o art.º 112º-A do CIMI, aditado pelo art.º 162º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (LOE 2016), de acordo com a seguinte tabela:

Nº de dependentes a cargo	Dedução fixa em €
1	20
2	40
3 ou mais	70

- Que, nos mesmos termos legais, se justifica a fixação da redução da taxa de IMI, dado que: - As famílias com dependentes têm despesas acrescidas; - A família, como pilar da nossa comunidade deve ser destacada, valorizada e protegida; - A redução da taxa de IMI, que se propõe, funcionará como incentivo à natalidade e conseqüente aumento da população do nosso concelho e uma diferenciação positiva relativamente às famílias numerosas; - Não obstante o

quadro de reduções e constrangimentos financeiros, a responsabilidade e compromissos de gestão, julga-se adequado manter o esforço de amortecimento do impacto e com alcance duplo direto nas famílias, população oliveirense e desenvolvimento do nosso concelho, visando atenuar os novos fatores e coeficientes na avaliação dos imóveis, optando por manter a mesma redução dos valores das taxas de IMI para 2018; bem como a possibilidade da redução de IMI consoante o número de dependentes a cargo do proprietário do imóvel. ASSIM, PROPONHO: Mediante deliberação da Assembleia Municipal e sob proposta da Câmara Municipal manter **as taxas a aplicar em 2018**, com redução equivalente aos valores de 2017, que correspondendo a **uma redução de 0,075 pontos percentuais** do valor máximo previsto no CIMI para prédios urbanos: 1 - Nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos n.º 112.º, n.º1 alínea c), n.º 5 e n.º 112.º-A, aditado pelo art.º 162 da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (LOE 2016), do Código do Imposto sobre Imóveis (CIMI), na sua atual redação, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33.º e alínea d), do n.º 1, do art.º 25.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro 2013, se fixem as taxas do IMI para 2018 em: - Prédios urbanos: - **em geral valor: 0,375%; - dedução fixa da taxa de IMI famílias de: - 20€ para agregados familiares com 1 dependente; - 40€ para agregados familiares com 2 dependentes; - 70€ para agregados familiares com 3 dependentes ou mais.** 2 - Que também se comunique à AT, o diretamente estatuído no n.º 3, do art.º 112.º do CIMI, na sua atual redação, ou seja, que a taxa prevista anteriormente e correspondente à alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo do CIMI, é elevada, anualmente ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio; 3 - Se majore em 30% (0,4875%) a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, na área de intervenção do plano de urbanização da cidade e nas áreas e freguesias cujo levantamento já se efetuou em anos anteriores, e considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. Para o efeito deverá a Equipa Multidisciplinar de Planeamento Urbano e Ambiente proceder ao levantamento dos prédios urbanos degradados, nas áreas acima referidas, e proceder à identificação dos respetivos proprietários para comunicarem à AT até 31 de dezembro de 2017, conforme o n.º 8 do art.º 112.º do CIMI, na sua atual redação; 4 - Se majore no dobro (1,6%), a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situações de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20€ por cada prédio abrangido nos termos do n.º9, do art.º 112.º do CIMI, na sua redação atual. Para o efeito e nos termos do n.º11, do art.º 112.º do CIMI na sua redação atual, deverá o Núcleo de Competências de Gestão de Espaço Florestal, proceder ao levantamento dos prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono (conforme definido e nos termos do n.º 10 do mesmo artigo) e à identificação dos respetivos proprietários, até 30 de Março de 2018, para comunicação via eletrónica à AT; 5 - Para as restantes situações não se julga oportuno propor a fixação respetiva de taxas.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto onze:** Fixação da Taxa Municipal de direitos de passagem, para o ano 2018. =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: A Lei nº 5/2004 de 10 fevereiro e posteriores alterações veio permitir a cobrança por parte dos Municípios respetivos, de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), com o intuito de mitigar os encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público (Operadores), em local fixo, dos domínios públicos e privado municipal; Que a TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município; Que o percentual deverá ser aprovado anualmente, por cada Município até ao final do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina (art.º 106, nº 3, alínea b)), e o seu valor máximo é de 0,25%; Nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento, não podendo ser refletida na fatura dos consumidores, de acordo com o nº 4 do art.º 106º da Lei 5/2004, de 10 de fevereiro e posteriores alterações, conjugado com o nº 4 do art.º 85 da LOE /2017. Propõe-se: Nos termos e ao abrigo do preceituado no nº 3 do art.º 106º da Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas) e posteriores alterações, conjugado com os art.º 33º, nº 1, alínea ccc) e para efeitos do art.º 25º, nº 1, alínea b) e c), do anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 setembro, a aplicação de um valor percentual de 0,25% com Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município, para vigorar no ano de 2018.” =====

===== A Senhora Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto doze:** Atribuição de apoio financeiro para o Passeio dos Idosos realizado em 2017, à Freguesia de Macieira de Sarnes. =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As anteriores deliberações do órgão executivo, no âmbito da concessão de apoio financeiro à realização do Passeio dos Idosos; - Que compete à Assembleia Municipal “deliberar sobre

formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações” e “ apoiar atividades de natureza social, cultural, ou outra de interesse para o município” – al. j) do art.º 25º conjugado com al. u) do nº 1 art.º 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; - Os documentos remetidos pela Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes, satisfazendo os critérios estabelecidos; Propõe-se, Que seja concedido um apoio financeiro para o Passeio dos Idosos realizado em 2017, à Freguesia de Macieira de Sarnes, no valor total de 1.320,00€ (mil trezentos e vinte euros); Que o pagamento do valor acima mencionado seja disponibilizado durante o mês de dezembro do ano em curso. Os encargos resultantes da presente deliberação serão satisfeitos nas correspondentes classificações orgânica e económica, correspondendo ao compromisso de fundo disponível nº 4467 de 2017, conforme Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e Decreto-lei n.º 127/2012 de 21 de junho. =====

===== Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Os pontos 12 e 13, são pontos que dizem respeito a assuntos idênticos apenas com a designação de freguesia diferentes. Portanto, proponho que os discutíssemos em conjunto. ==

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estes pontos não têm grande explicação. Trata-se de apoios e que resultam da câmara apoiar estas iniciativas das juntas de freguesia em 10€ por idoso. Neste primeiro caso estamos a falar de 132 idosos, o que dá 1.300,00€, no caso das outras freguesias é exatamente o mesmo tipo de leitura. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto treze:** Atribuição de apoio financeiro para o Passeio dos Idosos realizado em 2017, às Freguesias de Cesar, Cucujães, S. Martinho da Gândara, Fajões, Uniões de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo; Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madaíl; e Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz. =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: As anteriores deliberações do órgão executivo, no âmbito da concessão de apoio financeiro à realização dos Passeio dos Idosos; Que compete à Assembleia Municipal “deliberar sobre

formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações” e “ apoiar atividades de natureza social, cultural, ou outra de interesse para o município” - al. j) do art.º25º conjugado Com al. u) do n'º1 art.º 33º do Anexo 1 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; Os documentos remetidos pelas Juntas de Freguesia de Cesar; Cucujães; Macieira de Sarnes; São Marinho da Gândara; Fajões, e Uniões de Freguesia de Nogueira do Cravo e Pindelo; Oliveira de Azeméis, Santiago, UI, Madail e Macinhata da Seixa e Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, satisfazendo os critérios estabelecidos: Propõe-se: Que seja concedido um apoio financeiro para o Passeio dos Idosos realizado em 2017, às Freguesias acima mencionadas, no valor total de 20.390,00€ (vinte mil trezentos e novena euros), conforme discriminado no documento em anexo: Que o pagamento dos valores mencionados para cada Freguesia seja disponibilizado durante o mês de dezembro do ano em curso. Os encargos resultantes da presente deliberação serão satisfeitos nas correspondentes classificações orgânica e económica, correspondendo aos compromissos de fundo disponível nºs 4305;4304;4303;4302;4301;4300;4299 e de 2017, conforme Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e Decreto-lei n.º 127/2012 de 21 de junho.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto catorze:** Cofinanciamento do plano de desenvolvimento do Projeto “No Poupar é que está o ganho”. =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Constituição da República Portuguesa de 1976 estabeleceu o princípio da universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico, que foi alargado 10 anos mais tarde a 9 anos de escolaridade obrigatória gratuita pela Lei n.º 48/1996, de 14 de outubro (art.º 5º do Decreto-Lei n.º 55/2009 de 2 de março) e posteriores alterações; - Que os municípios dispõem de atribuições no domínio da educação (art.º 23º n.o2 alínea d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; - Que compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município (art.º 25º n.o2 alínea k)) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; - Que o município celebrou o Contrato interadministrativo de delegação de competências - Contrato de Educação e Formação Municipal - Contrato n.º 559/2015, Diário da República, 2.a série — N.º 145 — 28 de julho de 2015, destacando-se: a) Existência de uma verdadeira articulação estratégica do ensino, visando o aumento da qualidade educativa, sucesso educativo e melhores resultados escolares; b) Desenvolvimento de uma maior autonomia pedagógica curricular, administrativa e organizativa; c) Contínuos processos de aperfeiçoamento do serviço público de educação, no

desiderato estratégico de promoção da qualidade de aprendizagem dos alunos, através de respostas mais eficazes e mensuráveis que permitam uma melhoria contínua nas suas práticas pedagógicas e de um crescente envolvimento da comunidade educativa; - Que o município de Oliveira de Azeméis continua a optar por uma política de desenvolvimento consolidada, estando sempre atento às necessidades da comunidade educativa local, no sentido de proporcionar mais bem-estar e melhor qualidade de vida; - Que Oliveira de Azeméis é um concelho em que a Educação tem sido e continuará a ser, uma prioridade. No sentido de assegurar um exercício efetivo do direito ao ensino e a igualdade de oportunidades de acesso à educação e êxito escolar e a promoção do sucesso educativo, o município tem vindo a melhorar as condições de ensino/aprendizagem, destacando-se: a) Aprovação, implementação e acompanhamento do Projeto Educativo Municipal 2013-2017; b) Aposta consistente na requalificação do parque escolar; c) Aposta articulada de ofertas formativas qualificantes; d) Implementação de medidas de apoio à família; e) Disponibilização de projetos de reconhecido interesse pedagógicos promovidos pelos serviços da autarquia ou em parceria/articulação com outras entidades; f) Apoio à participação em projetos de reconhecido interesse e qualidade; g) Apoio na aquisição de manuais escolares do 1oCEB em 2016/2017 e 2oCEB 2017/2018; h) Aumento dos serviços de Apoio à Família; - Que o município integra a Associação Internacional das Cidades Educadoras desde 2004; - Que o município integra a Área Metropolitana do Porto: a) Está integrado no Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar e seus Projetos (PIICIE) da Área Metropolitana do Porto (AMP); b) Participou no mapeamento das iniciativas de inovação e empreendedorismo social na região, realizado em 2014; - Que a AMP tem vindo a realizar um forte investimento na promoção do empreendedorismo social na região, após um reconhecimento estratégico da importância desta temática para o desenvolvimento socioeconómico da região; - Que a promoção da educação financeira é considerada a nível nacional e internacional uma prioridade na formação dos cidadãos que devem, o mais cedo possível nas suas vidas, ser capacitados para serem capazes de tomar decisões financeiras adequadas aos recursos de que dispõem, pois delas depende o seu bem-estar pessoal e familiar, no presente e no futuro, e da sociedade como um todo; - Que a Fundação António Cupertino de Miranda é uma instituição privada de utilidade pública, sem fins lucrativos, que tem por missão a promoção de atividades e projetos, na área da educação e da cultura, que contribuam para o desenvolvimento da sociedade do conhecimento e da coesão social e para a melhoria das condições de vida dos cidadãos. Esta Fundação tutela o Museu do Papel Moeda, o qual possui a maior coleção privada de “dinheiro de papel” existente em Portugal, da qual fazem parte a totalidade das emissões portuguesas, sendo de destacar vários exemplares de peças únicas. No âmbito da sua missão, a Fundação concebeu um programa de educação financeira dirigido ao público escolar, denominado “No Poupar Está o Ganho”, que tem vindo a implementar através do Museu do Papel Moeda, de forma estruturada, nas escolas de diversos municípios da Região Norte, desde 2010; - Que o Município tem como competências, entre outras, apoiar o desenvolvimento de projetos com vista à capacitação dos seus munícipes, que promovam a

melhoria das suas condições de vida e bem-estar e que contribuam para o bem-comum; - Que a educação financeira foi considerada pelo World Economic Forum (OCDE), no Report de março de 2016, como uma das 5 competências indispensáveis a um aluno do século XXI; - Que o Município pretende estimular o desenvolvimento e alargamento da implementação do programa de educação financeira “No Poupar Está o Ganho” às escolas da rede pública, através do seu apoio financeiro e do acompanhamento e monitorização da sua implementação; - Que a Fundação vai apresentar uma candidatura do projeto “No Poupar Está o Ganho” ao instrumento de financiamento “Parcerias para o Impacto” do Portugal Inovação Social, com o objetivo de alavancar o seu crescimento e impacto; - Que o Município reconhece a importância da promoção de iniciativas de inovação social e, nessa medida, está interessado em associar-se à referida candidatura, na qualidade de Investidor Social; - Que o Município está alinhado, comprometido e capacitado para direcionar esforços para as iniciativas de inovação e empreendedorismo social (IIES) que operam no terreno e potenciam o impacto social; - Que neste âmbito, o Município participou, através da AMP, no projeto de educação financeira “No Poupar Está o Ganho”, nos últimos dois anos letivos (2015/2016 e 2016/2017), com a inscrição de 14 turmas do 1o. Ciclo do ensino básico, dos agrupamentos de escolas de Loureiro, Soares Basto e Ferreira de Castro; - Que no ano letivo 2016/2017, para além de apoiar o desenvolvimento do projeto, o Município participou na Medição de Impacto Social (com a coordenação técnica e científica da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto), através da qual se verificou que houve um impacto positivo nas aprendizagens e competências adquiridas pelos alunos que participaram no projeto ao longo do ano; - Que para o ano letivo 2017/2018 estão inscritas 11 turmas de Oliveira de Azeméis no Projeto (em anexo); Propõe-se: - A comparticipação financeira de 300€ por turma do 1o ciclo de Oliveira de Azeméis inscrita no projeto “No Poupar está o Ganho”, num total de 3.300€, à Fundação António Cupertino de Miranda, de acordo com o protocolo de colaboração e carta de compromisso em anexo, nos termos do art.º 23o n.º2 alínea d) da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações e o Contrato interadministrativo de delegação de competências - Contrato de Educação e Formação Municipal - Contrato n.º 559/2015, Diário da República, 2.a série — N.º 145 — 28 de julho de 2015.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto é um compromisso que nós assumimos com a fundação Cupertino Miranda. Assumimos no ano letivo de 2015/ 2016, 2016/ 2017 onde apoiamos a inscrição de 14 turmas do primeiro ciclo com as escolas elencadas nessa altura. O que nós fazíamos era o pagamento de 300€ por turma para este trabalho de educação e formação dos nossos jovens para a poupança. E o que nós estamos a fazer com esta propostas que vos apresentamos para o ano letivo de 2017/ 2018, apoiamos 13 turmas, 300€ por turma o que perfaz uma verba de 3.300,00€ e estão

ainda aqui referidas as escolas que vão ser contempladas. Existe uma carta de compromisso entre a autarquia e a fundação Cupertino Miranda.=====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto quinze:** Minuta de Adenda ao Protocolo de colaboração com a Comossela-Aprovação. =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 22 de janeiro de 2007 foi assinado protocolo de colaboração entre o Município de Oliveira de Azeméis e A COMOSSELA – Comissão de Melhoramentos de Ossela, que tem por objeto a cooperação financeira no âmbito específico do programa PARES, de apoio à construção de Creche, Centro de Dia, e Serviço de Apoio Domiciliário, pelo representado do segundo contraente. É celebrada a presente adenda ao protocolo alterando-se o teor das cláusulas terceira e quarta, que passam a ter a seguinte redação: - Que é intenção dos outorgantes, alterar o teor das cláusulas terceira e quarta do mesmo; Ao abrigo da alínea o) n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro - Que os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 4557/2017, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; **Propõe-se:** - Ao abrigo da alínea o) n.º 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a minuta da Adenda ao Protocolo de Colaboração a celebrar com a Comossela - Comissão de Melhoramentos de Ossela, que se anexa. - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos, incluindo ratificação e convalidação de atos e pagamentos entretanto ocorridos, com efeitos reportados à data a que os mesmos respeitam ou foram praticados.” ==*

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhora Presidente, isto é a regularização de uma situação com dez anos. Esta IPSS do nosso concelho teve uma candidatura para a construção do equipamento social ao abrigo do “Programa Paz”. Essa participação por parte da autarquia era de 20% ao que correspondia a 126.919,40€. Entretanto o valor da obra foi superior ao inicial e digamos que a participação da autarquia passaria para 171.798,55€, e aquilo que estamos aqui a fazer é ao abrigo desta adenda ao protocolo de colaboração pagar o diferencial que são 48.879,15€ e encerrar desta forma um problema que se arrasta há mais de 10 anos no nosso município. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezasseis:** Constituição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta. ==

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em consideração: - A Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 27/2017, de 2 de outubro, que procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado pelos Decretos-Lei n.os 15/2009, de 14 de janeiro, 17/2009, de 14 de janeiro, 114/2011, de 30 de novembro, 83/2014, de 23 de maio, que estrutura o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios (SDFCI); - As Comissões de Defesa da Floresta, de âmbito distrital ou municipal, são estruturas de articulação, planeamento e ação que têm como missão a coordenação de programas de defesa da floresta (n.º 1 do artigo 3.º-A); - O n.º 2 do artigo 3.º-B dos diplomas anteriormente referidos estabelece que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) tem como principais atribuições: a) Articular a atuação dos organismos com competências em matéria de defesa da floresta, no âmbito da sua área geográfica; b) Avaliar e emitir parecer sobre o plano municipal de defesa da floresta contra incêndios (PMDFCI); c) Propor projetos de investimento na prevenção e proteção da floresta contra incêndios, de acordo com os planos aplicáveis; d) Apreciar o relatório anual de execução do PMDFCI a apresentar pela câmara municipal; e) Acompanhar o desenvolvimento dos programas de controlo de agentes bióticos e promover ações de proteção florestal; f) Acompanhar o desenvolvimento das ações de sensibilização da população, conforme plano nacional de sensibilização elaborado pelo ICNF, I. P.; g) Promover ao nível das unidades locais de proteção civil, a criação de equipas de voluntários de apoio à defesa contra incêndios em aglomerados rurais e apoiar na identificação e formação do pessoal afeto a esta missão, para que possa atuar em condições de segurança; h) Proceder à identificação e aconselhar a sinalização das infraestruturas florestais de prevenção e proteção da floresta contra incêndios, para uma utilização mais rápida e eficaz por parte dos meios de combate; i) Identificar e propor as áreas florestais a sujeitar a informação especial, com vista ao condicionamento do acesso, circulação e permanência; j) Colaborar na divulgação de avisos às populações; l) Avaliar os planos de fogo controlado que lhe forem apresentados pelas entidades proponentes, no âmbito do previsto no Regulamento do Fogo Controlado; m) Emitir, quando solicitado, parecer sobre os programas nacionais de defesa da floresta; n) Aprovar a delimitação das áreas identificadas em sede do planeamento municipal com potencial para a prática de fogo de gestão de combustível. - As Comissões Municipais deverão ter a seguinte composição (n.º 1 do artigo 3.ºD): a) O presidente da Câmara Municipal, ou seu representante, que preside; b) Até cinco representantes das freguesias do concelho, a designar pela assembleia municipal; c) Um representante do

ICNF, I. P.; e) O coordenador municipal de proteção civil; f) Um representante da GNR; g) Um representante da PSP, se esta estiver representada no município (não aplicável ao Município de Oliveira de Azeméis); h) Um representante das organizações de produtores florestais; i) Um representante da IP, S. A., um representante do IMT, I. P., e dois representantes dos concessionários da distribuição e transporte de energia elétrica, sempre que se justifique; j) Outras entidades e personalidades a convite do presidente da comissão. - O apoio técnico e administrativo às comissões é assegurado pelos serviços municipais (n.º 3 do artigo 3.ºD), podendo as comissões ser apoiadas por um Gabinete Técnico Florestal da responsabilidade da Câmara Municipal (n.º 4 do artigo 3.ºD); - A Informação do Núcleo de Competências de Gestão do Espaço Florestal, I/72614/2017; Propõe-se: - Constituição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF) de Oliveira de Azeméis; - Seja submetido à consideração da Assembleia Municipal a nomeação de, até, cinco representantes das freguesias do Concelho, a integrar esta Comissão; - Que sejam contactadas as seguintes entidades para nomeação de representantes a integrar a CMDF de Oliveira de Azeméis: Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) I.P.; Guarda Nacional Republicana (Destacamento Territorial de Oliveira de Azeméis); Associação Florestal Entre Douro e Vouga (Organização de Produtores Florestais reconhecida pelo ICNF, I.P., Autoridade Florestal Nacional, com atuação no concelho de Oliveira de Azeméis) (listagem do ICNF em anexo); Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP, S.A.); Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT, I.P.); Rede Elétrica Nacional (REN) e Energias de Portugal (EDP); - Relativamente a outras entidades e personalidades a convite do Presidente da Comissão, e atendendo à constituição das anteriores Comissões, e importância ao nível do Dispositivo de Defesa da Floresta contra Incêndios, sejam convidadas as seguintes entidades/personalidades: Comandante da Corporação de Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, Comandante da Corporação de Bombeiros Voluntários de Fajões, Presidente da Delegação da Cruz Vermelha de Cucujães; - Na Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Oliveira de Azeméis esteja igualmente representado o Serviço Municipal de Proteção Civil deste Município; - O apoio técnico e administrativo à Comissão seja assegurado pelos serviços municipais, através do Núcleo de Competências de Gestão do Espaço Florestal desta Autarquia.”

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Na prática nós estamos a dar cumprimento a uma obrigação legal. Estamos a constituir a Comissão Municipal de Defesa da Floresta que tem aqui indicado um conjunto de identidades que integram. No caso concreto das responsabilidades desta Assembleia Municipal nós temos que ter cinco representantes das freguesias para integrar esta comissão. É disto que se trata, da nomeação destes cinco representantes. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Bruno Aragão. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão do PS. =====

===== Senhora presidente sou meramente porta-voz do esforço das três bancadas. Portanto, leio publicamente a proposta conjunta que o Partido Socialista, o Partido Social Democrata e o CDS/ PP têm a propor à Mesa. O princípio foi elencar as freguesias que tivessem as maiores manchas florestais, algumas são mais evidentes outras, as manchas podem ser mais ou menos semelhantes. E para além disso há freguesias que possam ter locais/ estruturas importantes para a dinâmica do município como o Parque de La-Salette e como é o Parque Molinológico. A lista proposta é: a freguesia de Carregosa na pessoa da senhora Presidente da Junta de Freguesia - Maria Helena Moreira; a freguesia de Fajões na pessoa da secretária da Junta de Freguesia - Cláudia Silva; a freguesia de Ossela na pessoa do senhor Presidente de Junta de Freguesia – José Santos; a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Macinhata da Seixa, Madail e Ul na pessoa do senhor Adriano Pinto e a União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz na pessoa da senhora Presidente – Susana Mortágua. =====

===== A Senhora Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a lista apresentada. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra solicitada pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa – Helena Moreira. =====

===== Senhor Presidente, este ano de 2017 foi atípico no que diz respeito às ocorrências de incêndios florestais, nomeadamente, à sua violência e velocidade de propagação tendo-se ainda, registado a ineficiência dos meios de combate no terreno. Em face das diversas ocorrências em simultâneo, que contribuíram para a falência de um dispositivo que supostamente estaria montado, para satisfazer situações extremas como as verificadas. E o sinal de que não se dá grande importância a esta situação foi o resultado desta votação. Que se votou porque não é para se fazer nada. Não. Devemos fazer, porque se não fizermos a responsabilidade cai sobre quem? Sobre o Senhor Presidente. Para abreviar, relativamente ao Município de Oliveira de Azeméis: Como é que nós estamos ao nível de planos municipais de defesa da floresta? E ao nível do plano municipal de emergência: Estão aprovados e atualizados? Segundo o princípio de Peter Murphy, se alguma coisa tiver de correr mal, correrá. Quando? Não sabemos. Este Executivo traz-nos aqui, hoje, para aprovação da constituição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, que irá ter como uma das suas

responsabilidades a articulação, o planeamento e a ação que tem como missão a coordenação dos programas da defesa da floresta. Para o efeito é necessário compor uma Comissão Municipal de Defesa da Floresta que tem uma série de representantes, entre os quais, o coordenador municipal de proteção civil. Essa figura cabe ao Senhor Presidente a sua nomeação, o qual depende hierárquica e funcionalmente de si. Portanto, Senhor Presidente é de vital importância a constituição desta comissão de um lado para que se possa cumprir com a legislação em vigor. E, por outro lado, para que se possa garantir com eficácia a elaboração do planeamento da defesa da floresta municipal contra incêndios, e garantir a segurança das nossas populações. Estando aqui em causa a aprovação dos cinco representantes das freguesias por parte desta Assembleia, dando-se assim cumprimento ao desposto legal, conte o Senhor Presidente com total concordância por parte do CDS/PP, uma vez que os representantes em questão são aqueles que representam no município a maior mancha florestal e daí a sua importância na representatividade neste órgão. Impõem-se no entanto, ser ultrapassada a questão da nomeação do COM para evitar possíveis consequências e responsabilidades a recaírem sobre quem tenha autoridade municipal de proteção civil, ou seja, o Senhor Presidente. Em jeito de conclusão é muito saudável a frontalidade com que o Senhor Presidente encara os problemas desta autarquia, porque é necessário assumir o que está errado para começar a arrumar a casa e colocar a máquina a funcionar. Não podemos continuar a empurrar com a barriga, como diz o povo. Para terminar, quero desejar a todos um bom ano de 2018. Muito obrigada. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar resposta à intervenção anterior. =====

===== Eu revejo-me em tudo aquilo que disse, como é evidente. Estamos perante a aprovação de uma Comissão Municipal de Defesa da Floresta, no ponto e) dos considerandos fala num coordenador municipal de proteção civil (COM), mas nós não temos nomeado por mim, esse coordenador, mas já não tínhamos a figura que o antecedeu que era o comandante operacional municipal. Com o novo quadro de descentralização de competências estão previstos centros de coordenação operacionais municipais, e digamos, que nesse quadro aquilo que nós tínhamos era a operacionalização das intervenções no terreno. Este coordenador, naturalmente depende de mim, pode ser nomeado e dirige o serviço municipal de proteção civil, mas como lhe disse nós temos um longo percurso a fazer nesta matéria. Nós temos o plano municipal de defesa da floresta contra incêndios – está aprovado e atualizado. No quadro de responsabilidades acrescidas que vão ser trazidas para as autarquias, não só para as câmaras municipais, lembro que as próprias juntas de freguesia terão unidades locais de proteção civil – é bom que não se esqueçam disso. Nós teremos que olhar para esta questão com particular interesse, e sobretudo, porque nós município de Oliveira de Azeméis temos duas corporações de bombeiros. Nessa perspetiva tendo duas corporações de bombeiros nós vamos poder criar uma sala de operações

municipais que nos permite, digamos, coordenar num único espaço, as forças que nós temos de proteção civil no concelho. Espero sinceramente que esta constituição da Comissão Municipal de Defesa da Floresta seja o passo impulsionador para aquilo que tem que ser feito, no sentido de protegermos aquilo que é um dos maiores patrimónios deste concelho. Temos uma mancha florestal extensíssima, cerca de 60% do nosso concelho é mancha florestal. É muito importante que este concelho construa as respostas para esta preocupação. Mais à frente, no ponto vinte e dois, vocês vão perceber as necessidades que nós temos ao nível do investimento para resolver este problema. As responsabilidades que neste momento nos estão acometidas obrigam-nos a limpar faixas de proteção, faixas de combustão das nossas estradas, da rede viária até dez metros. Se estivermos a falar de um concelho com 800km de rede viária estamos a falar de 1600km de limpeza só de faixas de estanque de combustível. Por aqui já percebem as tremendas dificuldades, que os municípios vão ter para resolver este problema, e das duas, uma: ou o país no seu todo está preocupado com este problema e transfere para os municípios todas estas responsabilidades e preocupações, acompanhando-as de dotações financeiras que permitam dar respostas capazes ou garantidamente vamos continuar ano após ano a assistir a tragédias como estas a que assistimos, infelizmente, este ano. No caso da autarquia oliveirense, este para nós não é um pormenor é para nós um problema maior e dentro da medida das nossas possibilidades, olhar para ele com a seriedade que nos merece. E com resultados bons para todos vamos ver se conseguimos começar a trilhar caminho. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão =====

===== Senhora Presidente, muito obrigado. Apenas por uma questão de consciência: Senhora Presidente de Junta, não podemos confundir uma hesitação processual com uma questão central. Obviamente, esta Assembleia acredita que esta Comissão será profícua e a questão central é que todas as bancadas chegaram a um consenso independentemente da cor política, de que estas freguesias poderiam cumprir este desígnio. Obrigado. =====

*===== **Ponto dezassete:** Pedido de: 1. Reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade económica-Industrial pela empresa MTC - Mold Tuning Company, Lda 2. Reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade económica-Industrial (ampliação) formulados pela empresa MTC - Mold Tuning Company, Lda. =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - se encontra em vigor um regime excecional de regularização de atividades económicas, instituído pelo DL 165/2014 de 05/11; - a instrução do pedido a apresentar na entidade coordenadora do licenciamento industrial, inclui uma certidão de reconhecimento de interesse

*público municipal na regularização da atividade económica da empresa em questão, - compete à assembleia municipal deliberar sobre o pedido formulado e emitir a respetiva certidão, considerando ainda o parecer técnico emitido, anexo à presente proposta, que fundamenta o reconhecimento solicitado, **propõe** que seja aprovado pelo executivo municipal, remeter à assembleia municipal, o pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica - industrial, formulado pela empresa MTC – Mold Tuning Company, Lda., nos termos identificados na alínea a) do nº 4 do art.º 5º do DL 165/2014 de 05/11 e para os fins aí previstos.” “Considerando que: - se encontra em vigor um regime excecional de regularização de atividades económicas, instituído pelo DL 165/2014 de 05/11; - a instrução do pedido a apresentar na entidade coordenadora do licenciamento industrial, inclui uma certidão de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica da empresa em questão, - compete à assembleia municipal deliberar sobre o pedido formulado e emitir a respetiva certidão, considerando ainda o parecer técnico emitido, anexo à presente proposta, que fundamenta o reconhecimento solicitado, **propõe** que seja aprovado pelo executivo municipal, remeter à assembleia municipal, o pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização (da ampliação) da atividade económica - industrial, formulado pela empresa MTC – Mold Tuning Company, Lda., nos termos identificados na alínea a) do nº 4 do art.º 5º do DL 165/2014 de 05/11 e para os fins aí previstos.” =====*

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhora Presidente. Se me permitisse eu daria a explicação para este ponto e estenderia aos pontos dezoito e dezanove, porque são idênticos. Na prática isto tem a ver com o Decreto-Lei 165/2014 que estabelece um regime especial de regularização das atividades económicas. Ao abrigo desse regime um conjunto de empresas que têm a sua situação económica irregular, têm obras irregulares – este caso que estamos aqui a falar de um caso paradigmático, porque para além de estarmos a reconhecer o interesse municipal desta empresa estamos também a aceitar o problema que ela tem com esta ampliação que promoveu sem as devidas licenças. Todos estes pontos correspondem a um conjunto vastíssimo de pedidos desta natureza que nos têm sido apresentados. Esta é uma exceção legal que permite que empresas que estejam nestas condições consigam resolver a sua situação e poderem desta forma ter a sua atividade devidamente licenciada. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Fernando Pais. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Fernando Pais do PSD. =====

===== *Eu acho que nós nesta matéria, no reconhecimento de projetos como sendo de especial interesse municipal, devemos ter alguma cautela. Através de uma análise que fiz, verifiquei que não há nenhuma postura municipal que regulamente este tipo de acesso. Nós estamos a falar de coisas um pouco complicadas e que no fundo trata-se do branqueamento ao nível do mérito da criação de emprego e de toda uma atividade industrial e estamos a reconhecer que a empresa tem um especial interesse municipal. O que nós entendemos é que estas definições deviam ser devidamente integradas numa postura municipal que elencasse e esclarecesse devidamente os membros da Assembleia Municipal, no sentido de se definir concretamente os pressupostos essenciais para essa atribuição. Entendemos que a autarquia deve fazer um esforço no sentido de elaborar uma postura municipal concreta no sentido de possibilitar que as partes olhem para essa postura e definam aquilo que têm que fazer.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar resposta à intervenção anterior.* =====

===== *Todos estes processos são processos que nos chegam do executivo anterior. O executivo anterior não sentiu necessidade dessa postura municipal para reconhecer muitas dezenas de empresas que têm ao abrigo deste regime excecional solicitado esta declaração de interesse municipal. É evidente que nós trazemos a esta Assembleia, estes pedidos de declaração de interesse municipal, mas suportamos esses pedidos em pareceres técnicos que os fundamentam. Nesses pareceres técnicos é dito que o senso comum define aquilo que é de interesse municipal, para além de constar uma série de condições/ requisitos que enquadram esta questão do interesse municipal. Com isto eu não quero dizer que não faz sentido a observação/ sugestão que fez. No sentido de nós trabalharmos para a elaboração de uma postura municipal que seja muito mais objetiva naquilo que é a declaração do interesse público municipal para o caso concreto do município de Oliveira de Azeméis. Nessa perspetiva, faz todo o sentido a sua observação, mas também deixe que lhe diga que seria extremamente penalizador para este conjunto de empresas ver neste momento prejudicada esta declaração por parte da Assembleia Municipal, quando empresas ao abrigo da mesma fundamentação viram atribuída essa condição, foi nessa perspetiva que nós entendemos trazer estas propostas. Obrigado.* =====

===== *A Senhora Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dezoito:** *Pedido de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade económica-Industrial, formulado pela empresa J&F Krûth Portugal, Lda.* =====

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - se encontra em vigor um regime excecional de regularização de atividades económicas, instituído pelo DL 165/2014 de 05/11; - a instrução do pedido a apresentar na entidade coordenadora do licenciamento industrial, inclui uma certidão de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica da empresa em questão, - compete à assembleia municipal deliberar sobre o pedido formulado e emitir a respetiva certidão, considerando ainda o parecer técnico emitido, anexo à presente proposta, que fundamenta o reconhecimento solicitado, **propõe-se** que seja aprovado pelo executivo municipal, remeter à assembleia municipal, o pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica - industrial, formulado pela empresa J&F Krûth Portugal, Lda., nos termos identificados na alínea a) do nº 4 do art.º 5º do DL 165/2014 de 05/11 e para os fins aí previstos.”*=====

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

=====*A Senhora Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número dezoito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.*=====

=====***Ponto dezanove:** Pedido de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade económica-Industrial, formulado pela empresa Ancal Plásticos SA.=*

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - se encontra em vigor um regime excecional de regularização de atividades económicas, instituído pelo DL 165/2014 de 05/11; - a instrução do pedido a apresentar na entidade coordenadora do licenciamento industrial, inclui uma certidão de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica da empresa em questão, - compete à assembleia municipal deliberar sobre o pedido formulado e emitir a respetiva certidão, considerando ainda o parecer técnico emitido, anexo à presente proposta, que fundamenta o reconhecimento solicitado, **propõe-se** que seja aprovado pelo executivo municipal, remeter à assembleia municipal, o pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica - industrial, formulado pela empresa Ancal Plásticos SA., nos termos identificados na alínea a) do nº 4 do art.º 5º do DL 165/2014 de 05/11 e para os fins aí previstos.”*=====

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

=====*A Senhora Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número dezanove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.*=====

===== **Ponto vinte:** *Pedido de reconhecimento do interesse público municipal no investimento realizado no concelho de Oliveira de Azeméis, bem como as isenções previstas na alínea b), do n.º1, do art.º 23-A do novo Código Fiscal do Investimento aprovado pelo DL n.º 162/2014, de 31 de outubro e posteriores alterações pela empresa PERFECTFORM, LDA. ===*

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - o Município de Oliveira de Azeméis, consciente da dinâmica empresarial instalada, tem vindo a implementar e desenvolver um conjunto de atuações que visam a promoção socioeconómica do Concelho, nomeadamente no estímulo do espírito de iniciativa e de empreendimento e na promoção da potencialidade de investimento, através de uma resposta mais rápida e eficaz às solicitações dos empresários locais, dos investidores e dos agentes económicos em geral; - no âmbito das suas atribuições compete à Câmara Municipal, no que respeita ao planeamento e desenvolvimento, promover e apoiar o desenvolvimento de projetos de interesse municipal; Considerando ainda: - o Art.º 23º-A – Benefícios Fiscais Municipais – do NCFI, na sua atual redação, e nos termos previstos nos nºs 2º e 3º, do Art.16º, da Lei nº 73/2013 e posteriores alterações; - a informação técnica anexa a esta proposta de deliberação – I/79359/2017; **Propõe-se:** - que seja aprovado pelo executivo municipal remeter à Assembleia Municipal para deliberação o reconhecimento do interesse público municipal do investimento realizado no nosso Concelho por parte da empresa **PERFECTFORM, LDA.**; - que seja aprovado pelo executivo municipal remeter à Assembleia Municipal para deliberação da isenção solicitada de IMI (Total ou Parcial) com limite máximo de cinco anos, com eventual renovação a requerer por uma vez com igual limite temporal.” Retirado a pedido da Câmara Municipal para melhor análise. =====*

===== **Ponto vinte e um:** *Concessão de isenção de taxas pela utilização da Piscina Municipal de Oliveira de Azeméis – Aprovação. =====*

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1 - Princípio da universalidade, não discriminação, solidariedade, equidade social, constantes na Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto 2 - Que a prática desportiva é reconhecida como um elemento fundamental de educação, cultura e vida social, proclamando-se o interesse de direito da sua prática; 3 – Que a prática desportiva constitui um fator de equilíbrio, bem-estar e desenvolvimento da população, sendo indispensável ao funcionamento harmonioso da sociedade; 4 - As atribuições dos municípios em matéria de cultura, tempo livres e desporto (alíneas e) e f) do n.º 2 do art.º 23.º do anexo I da lei n.º75/2013, 12 setembro; 5 - A importância do desporto no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres de crianças e jovens, de modo a promover a sua formação pessoal e facilitar a sua inserção na sociedade; 6 – Que para integração das taxas de utilização dos equipamentos desportivos municipais, estão a ser desenvolvidos procedimentos de*

preparação, elaboração e aprovação das respetivas taxas de utilização; 7 – Que de acordo com o n.º 2 do artigo 16.º da lei n.º73/2013, "a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios"; 9 – Que a Escola Secundária Soares Basto, através do projeto Desporto Escolar na modalidade Natação, tem como missão proporcionar o acesso à prática desportiva regular e de qualidade, contribuindo para a promoção do sucesso escolar dos alunos, dos estilos de vida saudáveis, de valores e princípios associados a uma cidadania ativa, solicitou a cedência da Piscina Municipal de Oliveira de Azeméis com caráter regular (4.ºs feiras das 15h às 17h) para a realização de treinos de natação a crianças e jovens dessa instituição, sob a orientação de profissional de Educação Física; 10 - Que foi aprovado em Reunião de Câmara de 08/06/2017 e em Assembleia Municipal de 18/09/2017, o pedido de utilização da Piscina Municipal referido no ponto anterior; 11 - Que, não obstante a aprovação já concedida ao ponto 9, a Escola Secundária Soares Basto solicitou ainda para esta época desportiva a cedência da Piscina Municipal de Oliveira de Azeméis com caráter regular (2.ºs feiras das 15h50 às 16h35, 2 pistas de competição de 25m/cada) para a realização de treinos de natação a crianças e jovens dessa instituição, sob a orientação de profissional de Educação Física, ao abrigo do Projeto Desporto Escolar Propõe-se, de acordo com os fundamentos retrocitados que justificam o interesse público relevante nos termos e para os efeitos do artigo 15.º alínea d) e artigo 16.º N.º2 e n.º3 da Lei n.º73/2013 e posteriores alterações: 1. **A concessão de isenção de taxas**, pela utilização da Piscina Municipal de Oliveira de Azeméis, com efeitos retroagidos ao mês de novembro de 2017, por um período de 5 anos, bem como se proceda à convalidação e ratificação dos atos/isenções entretanto praticados ao abrigo dos artigos 156.º e 164.º do CPA, com a despesa fiscal estimada em **6600€**, à entidade Escola Secundária Soares Basto. 2. O envio da presente proposta para autorização da Assembleia Municipal, para os devidos efeitos 3. Mais se efetue a devida publicidade nos termos e para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 79.º da lei 73/2013 na sua atual redação." =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Na prática a escola Secundária Soares de Basto tinha um protocolo que lhe permitia desfrutar da nossa piscina às quartas-feiras das 15 às 17h e na prática o que pediu foi que a ocupação se estendesse às segundas-feiras das 15:50h às 16:35h para permitir treinos de natação a crianças e jovens desta escola com a monitorização de um professor de Educação Física ao abrigo do Desporto Escolar. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e dois:** Concurso Público 108/17: Prestação de serviços de Gestão Florestal (pelo período de 30 meses) – Repartição de Encargos. =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A Lei n.º 20/2009, de 12 de maio, que estabelece a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta, sendo identificadas no artigo 2.º as seguintes atribuições: **a)** Acompanhamento das políticas de fomento florestal; **b)** Acompanhamento e prestação de informação no âmbito dos instrumentos de apoio à floresta; **c)** Promoção de políticas e de ações no âmbito do controlo e erradicação de agentes bióticos e defesa contra agentes abióticos; **d)** Apoio à comissão municipal de defesa da floresta; **e)** Elaboração dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios, a apresentar à comissão municipal de defesa da floresta; **f)** Proceder ao registo cartográfico anual de todas as ações de gestão de combustíveis; **g)** Recolha, registo e atualização da base de dados da Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios (RDFCI); **h)** Apoio técnico na construção de caminhos rurais no âmbito da execução dos planos municipais de defesa da floresta; **i)** Acompanhamento dos trabalhos de gestão de combustíveis de acordo com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho; **j)** Preparação e elaboração do quadro regulamentar respeitante ao licenciamento de queimadas, nos termos do artigo 27.º do Decreto -Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, a aprovar pela assembleia municipal; **l)** Preparação e elaboração do quadro regulamentar respeitante à autorização da utilização de fogo -de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, nos termos do artigo 29.º do Decreto -Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, a aprovar pela assembleia municipal. - A Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, que procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado pelos Decreto - Lei n.º 15/2009, de 14 de janeiro, 17/2009, de 14 de janeiro, 114/2011, de 30 de novembro, e 83/2014, de 23 de maio, que estrutura o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios. Este diploma refere as Comissões Municipais de Defesa da Floresta, coordenadas pelo Presidente da Câmara Municipal, têm como atribuições (n.º 2 do artigo 3.º-B): **a)** Articular a atuação dos organismos com competências em matéria de defesa da floresta, no âmbito da sua área geográfica; **b)** Avaliar e emitir parecer sobre o plano municipal de defesa da floresta contra incêndios (PMDFCI); **c)** Propor projetos de investimento na prevenção e proteção da floresta contra incêndios, de acordo com os planos aplicáveis; **d)** Apreciar o relatório anual de execução do PMDFCI a apresentar pela Câmara Municipal; **e)** Acompanhar o desenvolvimento dos programas de controlo de agentes bióticos e promover ações de proteção florestal; **f)** Acompanhar o desenvolvimento das ações de sensibilização da população, conforme plano nacional de sensibilização elaborado pelo ICNF, I.P.; **g)** Promover ao nível das unidades locais de proteção

civil, a criação de equipas de voluntários de apoio à defesa contra incêndios em aglomerados rurais e apoiar na identificação e formação do pessoal afeto a esta missão, para que possa atuar em condições de segurança; **h)** Proceder à identificação e aconselhar a sinalização das infraestruturas florestais de prevenção e proteção da floresta contra incêndios, para uma utilização mais rápida e eficaz por parte dos meios de combate; **i)** Identificar e propor as áreas florestais a sujeitar a informação especial, com vista ao condicionamento do acesso, circulação e permanência; **j)** Colaborar na divulgação de avisos às populações; **l)** Avaliar os planos de fogo controlado que lhe forem apresentados pelas entidades proponentes, no âmbito do previsto no Regulamento do Fogo Controlado; **m)** Emitir, quando solicitado, parecer sobre os programas nacionais de defesa da floresta; **n)** Aprovar a delimitação das áreas identificadas em sede do planeamento municipal com potencial para a prática de fogo de gestão de combustível. - Que este mesmo diploma atribui aos Municípios competências no âmbito da gestão de combustível; - A aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) pelo do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas a 02/05/2016 (E/13317/2016); - Que, com as recentes alterações legislativas, os PMDFCI passam a ser elaborados pelas Câmara Municipais, sujeitos a parecer prévio da respetiva CMDF e parecer vinculativo do ICNF, I.P., e aprovados pela Assembleia Municipal, em consonância com o PNDFCI e com o respetivo planeamento distrital de defesa da floresta contra incêndios, sendo as regras de elaboração, consulta pública e aprovação e a sua estrutura tipo estabelecidas por regulamento do ICNF, I.P., homologado pelo membro do governo responsável pela área das Florestas (Artigo 10.º, da Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto); - Que, nos termos do estabelecido no Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de janeiro, o Sapador Florestal é um trabalhador especializado com perfil e formação específica adequados ao exercício de atividades de silvicultura e defesa da floresta e as entidades que podem ser titulares de equipas de Sapadores Florestais são: **a)** Entidades gestoras de zonas de intervenção florestal; **b)** Associações e cooperativas reconhecidas como organizações de produtores florestais registadas no ICNF, I.P.; **c)** Órgãos de gestão dos baldios e suas associações; **d)** Cooperativas de interesse público; **e)** Autarquias locais e entidades intermunicipais; **f)** Órgãos e serviços da administração direta e indireta do Estado. - Que, no ano de 2007 o Município de Oliveira de Azeméis (MOA) apresentou uma candidatura à constituição de uma Equipa de Sapadores Florestais (GTF 221/07, de 31 de julho), nunca tendo sido efetivamente aprovada, transitando sucessivamente para épocas seguintes de seleção; - Que o MOA solicitou, junto da Direção-Geral dos Recursos Florestais, informações relativas à possibilidade de colaboradores receberem formação de forma a atribuir título de Sapadores Florestais de acordo com a legislação vigente, tendo-se revelado infrutífera a tentativa; - Que, a 05.04.2017, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 08/2017, de 9 de janeiro, dos diplomas de Defesa da Floresta contra Incêndios, e no âmbito das competências atribuídas aos Municípios, foi apresentada uma candidatura para a constituição de uma equipa de Sapadores Florestais, a qual veio a ser indeferida pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestais; - Todos os esforços desenvolvidos no sentido de criar uma Equipa de Sapadores

*Florestais cujo titular fosse o Município de Oliveira de Azeméis, e de encontrar uma solução com recurso aos colaboradores do Município (mediante a formação de colaboradores junto de entidades acreditadas), sem qualquer resultado, torna-se necessário dar início ao procedimento de contratação para a Prestação de Serviços de Gestão Florestal; - A RQI n.º 1996/17 e Informação Interna de fundamentação com a referência I/79034/2017, torna-se necessário proceder à contratação de serviços, pelo período de 30 meses, para: a) Intervenção em espaços municipais rurais; b) Gestão de combustível florestal, assegurando todos os recursos humanos (equipa de sapadores florestais) e técnicos (veículo e equipamentos); c) Assessoria técnica relativa ao setor agrícola e florestal. - Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é de **323.640,00 EUR** (trezentos e vinte e três mil, seiscentos e quarenta euros), a que correspondem 168.000,00 EUR (cento e sessenta e oito mil euros) para os serviços de intervenção em espaços municipais rurais, 141.090,00 EUR (cento e quarenta e um mil e noventa euros) para os serviços para a gestão de combustível florestal e 14.550,00 EUR (catorze mil, quinhentos e cinquenta euros), para os serviços de assessoria técnica relativa ao setor agrícola e florestal. Aos valores mencionados acresce o IVA à taxa legal em vigor (6% para serviços de intervenção em espaços municipais rurais e gestão de combustível florestal e 23% para a assessoria técnica); - Que se prevê que a verba seja distribuída do seguinte modo:*

SERVIÇOS	ANO			VALOR GLOBAL (S/ IVA)
	2018	2019	2020	
<i>Intervenções em espaços municipais rurais</i>	39.200,00€	67.200,00€	61.600,00€	168.000,00€
<i>Gestão de combustível florestal</i>	32.921,00€	56.436,00€	51.733,00€	141.090,00€
<i>Assessoria técnica relativa ao sector agrícola e florestal</i>	3.395,00€	5.820,00€	5.335,00€	14.550,00€
<i>Valores globais (s/ iva)</i>	75.516,00€	129.456,00€	118.668,00€	323.640,00€

- Que, para efeitos do n.º 2, do artigo 49.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (LOE 2017), os serviços a prestar mostram-se equivalentes em termos de objeto de contrato vigente em 2016, não sendo ultrapassados os preços unitários então praticados. - Que, para efeitos do previsto no artigo 50.º, da LOE 2017, e de acordo com a fundamentação apresentada pelo serviço

*requisitante da necessidade através da Informação Interna com a referência I/79034/2017 (apensa ao processo), os serviços objeto de contratação não poderão ser satisfeitos/assegurados por via dos recursos próprios do Município de Oliveira de Azeméis, dada a inexistência de quadros técnicos competentes e devidamente credenciados para a realização dos mesmos. - Que o valor encontra-se cabimentado na rubrica 020220, pela Proposta de Cabimento n.º 1868; - Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a) do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22.º, do referido diploma legal, de 99.759,58 EUR (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contratação; - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do C.C.P.) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20.º do C.C.P., **propõe-se** a adoção de um concurso público com publicidade internacional. Assim, por tratar-se de um compromisso plurianual, **propõe-se** que Órgão Executivo: **1.** Nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, submeta à autorização do Órgão Deliberativo o referido compromisso plurianual de acordo com os valores acima indicados; **2.** Submeta à autorização do Órgão Deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.”* =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto é como eu acabei de falar há pouco, agora de um concurso que vai custar 323.640,00€. Temos aqui definidos os espaços de intervenção e o tipo de atividades que vão sendo desenvolvidas e vocês têm a oportunidade de verem aqui a distribuição pelos diferentes anos. A única nota que vos deixo sobre esta matéria é que com isto fazemos apenas uma pequeníssima parte daquilo que nós temos para fazer. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e três:** Mapa de Pessoal para o ano 2018 – Aprovação. =====

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Considerando: - A necessidade de se planejar para cada exercício orçamental, as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis (na.º1 do art.º 28º do Anexo à Lei n.º35/2014, de 20.06); - Que o planeamento deve incluir eventuais alterações a introduzir nas unidades orgânicas flexíveis, bem como o respetivo mapa de pessoal à acompanhar a proposta de orçamento (n.º2 do mesmo artigo); - Que estes elementos devem acompanhar a proposta de orçamento (n.º3 do citado artigo); - As necessidades previsionais de pessoal para 2018; - Que o mapa de pessoal no atual contexto de restrições, contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função: a. Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; b. Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam; c. Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular; d. Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho (n.º2 do art.º 29º do referido diploma). **Propõe-se:** - A apresentação, para apreciação da Câmara Municipal, do mapa e respetivos anexos, o qual representa e incorpora a previsão de pessoal que se estima ser necessário para 2018 (em anexo); - Que se submeta o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, na mesma sessão da apresentação do orçamento municipal para o mesmo ano; - Que posteriormente, se torne público, por afixação no órgão/serviço e inserção na página eletrónica, assim devendo permanecer, em cumprimento do determinado no n.º4 do art.º 29º do Anexo à Lei n.º35/2014, de 20.06 conjugado com a alínea o) do n.º1 do art.º 25º do Anexo I, à Lei n.º75/2913, de 12.09.”=====

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== De forma muito breve porque na prática já vos disse o que é que estava neste mapa de pessoal para 2018. Estamos a falar de seis novas admissões e elas são unicamente para operacionais e estou a falar do recrutamento de três jardineiros que vão substituir dois que vão sair por aposentação e assim reforçar o nosso quadro de jardineiros com mais uma pessoa. E três assistentes operacionais que nós queremos para reforçar as nossas equipas de intervenção no terreno. Dando aqui um sinal de que a administração direta para nós é o caminho a seguir. Dizer-vos, só, que isto tem uma repercussão no orçamento de 40.000€/ ano. =====

=====
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e quatro:** Plano de alinhamentos e recuos a salvaguardar na Rua Prof. Dr. Joaquim Silva e Av. Pinto Bessa- Cucujães – Aprovação da alteração. =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Considerando: - a implementação do PDM13, nomeadamente no que concerne às orientações municipais para estabelecimento de alinhamentos e recuos da edificação; - a necessidade de adequação do plano aprovado, decorrente da confrontação deste com a pretensão de execução de muro de vedação frontal de um proprietário, conforme esclarece e fundamenta o parecer técnico I/78330/2017, **Propõe-se** a aprovação da Alteração ao Plano de Alinhamentos e Recuos a Salvaguardar na Rua Prof. Dr. Joaquim Silva e Av. Pinto Bessa - Cucujães, face às atribuições municipais conferidas pelas disposições conjugadas e constantes no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 80/2015, no n.º 2 do artigo 26º do regulamento do PDM13, e ainda da alínea a) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, conforme peças desenhadas em anexo.” Retirado a pedido da Câmara Municipal.=====

=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Pela Senhora Presidente da Assembleia foi dito: =====

=====Antes de terminar esta Assembleia queria pedir aos senhores deputados um minuto de silêncio em memória da mãe da nossa deputada Ana Neves, que faleceu recentemente. =====

===== A Assembleia Municipal fez um minuto de silêncio. =====

===== Antes de terminar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra solicitada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Gostaria de agradecer em nome do executivo camarário todos os contributos que aqui foram dados pelos senhores deputados. Dizer-lhes que partilho de muitas das preocupações que aqui foram referidas. Dizer-vos, também, que conjuntamente com estas oito pessoas que me

acompanham, vamos procurar no próximo ano corporizar um conjunto de respostas e procurar iniciar um percurso de resolução de algumas dessas preocupações. Naturalmente, em nome do executivo camarário desejar-vos um excelente 2018, com muita saúde, com muita felicidade. Desejar, também, que os vossos projetos pessoais e profissionais se concretizem e naturalmente, disponibilizarmo-nos todos para aquilo que vocês precisarem de nós. Muito obrigado.=====

===== Para terminar a Sessão a Senhora Presidente da Assembleia Municipal disse: ==

===== Queria desejar a todos um Feliz Ano Novo, cheio de esperança, paz e alegria. Agradecer a todos a vossa participação, a forma simpática e civilizada com que estivemos. Agradecer, também, a participação do público. Desejamos que venha a ser cada vez mais participativo. Muito obrigado, uma noite feliz. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, declarou encerrada a Sessão, eram 22 horas e 20 minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====